

UFRRJ
INSTITUTO DE FLORESTAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PRÁTICAS
EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

DISSERTAÇÃO

**O Território e o Parque: Análise do Processo de
Recategorização das Águas Escondidas**

Lucas Abreu Xavier

2024



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE FLORESTAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PRÁTICAS EM
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

**O Território e o Parque: Análise do Processo de
Recategorização das Águas Escondidas**

LUCAS ABREU XAVIER

*Sob a Orientação do Professor
Leandro Martins Fontoura*

Dissertação submetida como
requisito parcial para obtenção do
grau de **Mestre**, no Programa de
Pós-Graduação em Práticas em
Desenvolvimento Sustentável

Seropédica, RJ
Fevereiro de 2024

AX3t

Abreu Xavier, Lucas, 1995-

O Território e o Parque: Análise do Processo de Recategorização das Águas Escondidas / Lucas Abreu Xavier. - Rio de Janeiro, 2024.
109 f.

Orientador: Leandro Martins Fontoura.
Dissertação(Mestrado). -- Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Programas de Pós-graduação em Práticas em Desenvolvimento Sustentável, 2024.

1. Unidades de conservação. 2. Pesquisa Orientada para Ação de Decisão. 3. Territorialização. I. Martins Fontoura, Leandro , 1980-, orient. II Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Programas de Pós graduação em Práticas em Desenvolvimento Sustentável III. Título.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PRÁTICAS EM DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL**

LUCAS XAVIER ABREU

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre**, no Programa de Pós-Graduação em Práticas em Desenvolvimento Sustentável da UFRRJ.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 20/03/2024.

**Leandro Martins Fontoura. Prof. Dr. – UFRRJ
(Orientador)**

**Teresa Cristina de Miranda Mendonça. Prof.ª Dr.ª - UFRRJ
(Membro Interno)**

**Maria Geralda de Miranda. Prof.ª Dr.ª - UNISUAM
(Membro Externo)**

AGRADECIMENTOS

A última vez que redigi agradecimentos por um trabalho foi em 2017 quando me formei na graduação. Comecei agradecendo aos meus pais, Sandra Helena Muniz Abreu e Cleber Gil Teixeira Xavier. Neste trabalho, sigo agradecendo aos dois por todo o amor e respeito envolvidos na nossa relação e por continuarem me ensinando até os dias de hoje.

Porém, nesta dissertação gostaria de agradecer aos que vieram antes. Escrevi o projeto deste trabalho em 2020 enquanto estava na casa da minha avó paterna, Eloízia Helena Teixeira, no contexto da pandemia. Apesar da situação delicada da época, ali encontrei um espaço para me dedicar ao estudo. Minha avó Eloízia, professora que sempre valorizou a educação, transmitiu essa paixão pelas gerações, até chegar a mim e eu só posso agradecer por isto.

Alguns meses depois, neste mesmo contexto, perdi minha avó materna, Maria de Lourdes Muniz Abreu. Minha mãe, depois de um tempo, teve uma conversa comigo sobre a importância de manter a memória dela viva da maneira que conseguíssemos, e mencionou que estava pensando em anotar as receitas de pratos, chás, xaropes e outras sabedorias dela para que isso não se perdesse com o tempo. Portanto, gostaria de seguir demarcando essa lembrança e agradecer a Maria de Lourdes por todos os seus ensinamentos, ciente de que sua partida é na verdade encantamento já que as estrelas que mais brilham realmente ficam lá no céu.

Neste processo de reagradeecimento, quero agradecer Mayra Carvalho novamente neste trabalho. Em 2017 eu disse que seu nome era sinônimo de companheirismo e realmente eu não estava errado. Seguiremos sempre juntos e sou muito feliz pelo nosso (re)encontro. Quero agradecer também à Verenna Pereira por literalmente sempre abençoar minha vida com a sua presença (quem conhece ela sabe do que eu estou falando). Reagradeço à Joana Penêdo por me inspirar a correr atrás dos meus objetivos de maneira firme, mas com a calma de quem se planeja e já sabe que vai chegar lá.

Gostaria também de expressar minha gratidão ao João Victor Costa de Souza, meu companheiro. Fiquei pensando em qual palavra eu usaria para descrever a nossa relação e realmente é complicado. João é meu namorado, parceiro, esposo, amigo, incentivador e tantas outras palavras boas parecem que não são suficientes para explicar a presença dele na minha vida. Te admirar me faz crescer e juntos ainda vamos construir muito (e juntos).

O presente trabalho foi realizado com apoio da coordenação de aperfeiçoamento de pessoal de nível superior - Brasil (CAPES) - código de financiamento 001.

RESUMO

XAVIER, Lucas Abreu. **O Território e o Parque: Análise do Processo de Recategorização das Águas Escondidas.** 2023. 101 p. Dissertação (Mestrado em Práticas em Desenvolvimento Sustentável). Instituto de Florestas, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2023.

Esta dissertação aborda o processo de recategorização da Área de Proteção Ambiental das Águas Escondidas para Parque Natural Municipal em Niterói, RJ, analisando as multifacetadas implicações socioambientais e culturais dessa transformação. O principal objetivo deste estudo é investigar os processos de recategorização da área, além de entender as motivações e como essa mudança influencia as relações entre a comunidade, o meio ambiente e as políticas de gestão territorial, sob a perspectiva de práticas sustentáveis e inclusivas. Adotando a metodologia de Pesquisa Orientada para Ação e Decisão (PAD), esta pesquisa envolveu uma série de entrevistas com atores locais, além de uma extensiva análise documental. Este enfoque metodológico, participativo e multidimensional, busca uma compreensão profunda das dinâmicas de poder, sentimento comunitária e práticas de gestão que circundam a recategorização, destacando a necessidade de abordagens que promovam maior participação comunitária e reconhecimento dos saberes locais. Inspirado nas teorias contra-coloniais e de territorialidade de Antônio Bispo dos Santos, o trabalho traz à tona as tensões e os potenciais de uma gestão de áreas protegidas que sejam verdadeiramente inclusivas e respeitosas das histórias e culturas locais. A pesquisa revela como a recategorização, além de suas implicações ecológicas, reflete e influencia as relações sociais e a visão de um determinado grupo sobre aquele espaço. Os resultados indicam que, apesar dos desafios, existem caminhos viáveis para a gestão ambiental que harmonizem a conservação da biodiversidade com os direitos e aspirações das comunidades locais. Esta dissertação sugere que políticas públicas e práticas de gestão devem ser repensadas para incluir diálogos mais abertos e colaborativos com todas as partes interessadas, promovendo assim a justiça ambiental e social, considerando que a recategorização das Águas Escondidas representa uma oportunidade significativa para reimaginar os modos e práticas de conservação, buscando abordagens integradas e participativas na gestão do território.

Palavras-chave: Unidades de conservação. Plano de Manejo. Pesquisa Orientada para Ação e Decisão. Parque Natural Municipal das Águas Escondidas. Territorialização.

ABSTRACT

XAVIER, Lucas Abreu. **The Territory and the Park: An Analysis of the Recategorization Process of Águas Escondidas.** 2023. 101 p. Dissertation (Master's Degree in Sustainable Development Practices). Institute of Forests, Federal Rural University of Rio de Janeiro, Seropédica, 2023.

This dissertation addresses the process of recategorizing the Águas Escondidas Environmental Protection Area into a Municipal Natural Park in Niterói, RJ, analyzing the multifaceted socio-environmental and cultural implications of this transformation. The main objective of this study is to investigate the processes of area recategorization, in addition to understanding the motivations and how this change influences the relationships between the community, the environment and territorial management policies, from the perspective of sustainable and inclusive practices. Adopting the Action and Decision Oriented Research (PAD) methodology, this research involved a series of interviews with local actors, in addition to an extensive documentary analysis. This methodological, participatory and multidimensional approach seeks a deep understanding of the power dynamics, community sentiment and management practices that surround recategorization, highlighting the need for approaches that promote greater community participation and recognition of local knowledge. Inspired by Antônio Bispo dos Santos' counter-colonial and territorial theories, the work brings to light the tensions and potentials of managing protected areas that are truly inclusive and respectful of local histories and cultures. The research reveals how recategorization, in addition to its ecological implications, reflects and influences social relations and the feeling of belonging in that space. The results indicate that, despite the challenges, there are viable paths for environmental management that harmonize biodiversity conservation with the rights and aspirations of local communities. This dissertation suggests that public policies and management practices should be rethought to include more open and collaborative dialogues with all interested parties, thus promoting environmental and social justice, considering that the recategorization of Águas Escondidas represents a significant opportunity to reimagine the ways and conservation practices, seeking integrated and participatory approaches to territorial management.

Keywords: Protected Areas. Management Plan. Action-Oriented Research and Decision-Making.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIAÇÕES

APA	Área de Proteção Ambiental
CLIN	Companhia de Limpeza de Niterói
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
LaBEH	Laboratório de Estudos em História da PUC do Rio de Janeiro
PAD	Pesquisa Orientada para Ação e Decisão
PNMAE	Parque Natural Municipal das Águas Escondidas
PPGPDS	Programa de Pós-Graduação em Práticas em Desenvolvimento Sustentável
SEMARHS	Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Sustentabilidade
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza
TAC	Termo de Ajustamento de Conduta
TdR	Termo de Referência
UC	Unidade de Conservação

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Fotografia feita pelo autor na entrada da Área de Proteção Ambiental (APA) em 10/08/2021, antes da recategorização para Parque Natural Municipal da Água Escondida.

Figura 2: Ruínas da antiga Chácara do Vintém, fotografadas em 19/05/2021 pelo autor. Figura 3: Captura de tela do mapa da unidade de conservação, obtida através do Sistema de Gestão da Geoinformação (SIGeo), ferramenta de GIS da Prefeitura de Niterói. Data da captura de tela: 01 de outubro de 2023.

Figura 4: Sobreposição de unidades da antiga APA e área da do Parque Natural Municipal da Água Escondida. Fonte: Prefeitura de Niterói (2019).

Figura 5: Vista da varanda da minha casa voltada para o Parque. Fonte: acervo pessoal do autor.

Figura 6: Captura de tela do sistema de georreferenciamento Google Maps mostrando a marcação referente ao "mistério das máscaras de chumbo" no Morro da Boa Vista. Fonte: Google Maps. Data da captura de tela: 01 de outubro de 2023.

Figura 7: Esboço do projeto para o Parque Natural Municipal da Água Escondida, conforme postado no Instagram do escritório Burle Marx. Fonte: Instagram

Figura 8: Representação digital do relato do Residente Local sobre as tampas de madeira que existiam no reservatório. A imagem foi criada a partir de uma fotografia e editada através do software de edição Photoshop. Data da edição: 03 de outubro de 2023

Figura 9: Fotografia tirada na sede da CLIN demonstrando os efeitos do reflorestamento.

Figura 10: Fotografia tirada na sede da CLIN da Rua Indígena, mostrando o mapa do projeto de reflorestamento. O mapa aponta os bolsões de lixo e os corredores de fogo identificados na área.

Figura 11: Fotografia de cartaz que demonstra a luta da população local contra os incêndios na região

Figura 12: Fotografia de um cartaz com antiga missão institucional do Viveiro de Mudas

Figura 13: Fotografia tirada em 29 de junho de 2023, mostrando o Viveiro de Mudas e as plantas cultivadas em caixas de leite recicladas. A imagem destaca a utilização de materiais recicláveis como parte das práticas sustentáveis do projeto.

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS

LISTA DE SIGLAS E ABREVIAÇÕES

INTRODUÇÃO

12

2 PESQUISA ORIENTADA PARA AÇÃO E DECISÃO (PAD)	24
2.1 Termo de Referência	25
2.1.1. Tema do estudo	26
2.1.2. Contexto	26
2.1.3. Justificativa	27
2.1.4. Problematização	28
2.1.5. Objetivos (<i>Outcomes</i>)	28
2.1.6. Produto	28
2.1.6. Área de estudo	29
2.1.7. Atores chaves/parceiros:	30
2.2 Entendendo do contexto de utilização (FASE 1) - o caso do PNMAE	31
2.2.1. Identificação e Definição da Razão ou do Problema	31
2.2.2. Definição de Objetivos e Análise de Impacto	32
2.2.3. Formulação de Perguntas-Chaves:	32
2.2.4. Análise de Utilizadores	32
3 DEFINIÇÃO DO CONTEÚDO (FASE 2)	33
3.1 Conceitos de Unidade de Conservação	35
3.2 Conceitos de Território	38
3.3 Pesquisa de Campo	45
3.4 Metodologia da Revisão Bibliográfica	48
4 PLANEJAMENTO DOS MÉTODOS (FASE 3)	48
4.1 Definição do procedimento metodológico	49
4.2 Determinação das unidades de observação	49
4.3 Instrumentos empíricos para recolha de dados	50
4.4 Panorama Bibliográfico: Da Literatura Acadêmica aos Documentos de Campo	52
5 RELATOS E VIVÊNCIAS DO PARQUE	54
5.1 Vozes do Entorno e Saber Local: A Perspectiva de um Residente Local	63
5.2 Educação e Sustentabilidade: A Visão de um Especialista Técnico	68
5.3 Estudo, Preservação e Acesso: Reflexões com um Líder Religioso	75
6 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	82
6.1 Pesquisas Acadêmicas e Estudos sobre o Parque	82
6.2 Legislação e Recategorização	91
7 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	97
8 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	103
ANEXOS	107

INTRODUÇÃO

Antes de introduzir o principal tema do trabalho, acredito que seja interessante explicitar a utilização do recurso gramatical e sintático da primeira pessoa do singular para a descrição das minhas ideias. A escolha desse recurso propõe não só aproximar da leitura quem está buscando entender meu pensamento, mas, também, explicitar que a ideia da pesquisa surge a partir da minha própria vivência enquanto morador de um bairro onde se situa o Parque Natural Municipal das Águas Escondidas e enquanto aluno do Programa de Pós-graduação em Práticas em Desenvolvimento Sustentável. Sobre essa questão, é interessante destacar o pensamento do educador Rubem Alves no livro “Conversas com quem gosta de ensinar”:

A começar pelo estilo. Se cada teoria social é uma teoria pessoal, falar no impessoal, sem sujeito, não passa de uma consumada mentira, um passe de mágica que procura fazer o perplexo leitor acreditar que não foi alguém muito concreto que escreveu o texto, mas antes um sujeito universal, que contempla a realidade de fora dela (Alves, 1981, p. 31).

Dessa forma, pretendo reforçar que a escolha pelo Parque do bairro onde resido não foi aleatória, mas sim motivada pelo meu envolvimento direto e quase diário com a unidade. Portanto, o conhecimento não pode ser produzido a partir de uma posição de neutralidade, mas sim a partir do diálogo entre o sujeito e o objeto de estudo, o que pressupõe uma relação de comprometimento e envolvimento com a realidade estudada. Neste momento introdutório, ao assumir a responsabilidade e a autoria das minhas ideias, espero trazer mais comprehensibilidade e transparência aos leitores sobre as motivações e escolhas que permeiam minha pesquisa.

Além disso, a partir dessa perspectiva do envolvimento, informo que a escolha pelo Parque tem relação direta com os princípios do Programa de Pós-graduação em Práticas em Desenvolvimento Sustentável, que busca fomentar a reflexão crítica sobre os processos de desenvolvimento e suas implicações socioambientais. Como bem destaca o líder indígena Ailton Krenak, é preciso entender que o verdadeiro desenvolvimento só pode acontecer a partir do envolvimento real com o ambiente em que estamos inseridos (Krenak, 2019).

Com essas observações preliminares, é importante seguir com a apresentação da contextualização e justificativa deste estudo de maneira mais aprofundada. Afinal, a fundamentação teórica é essencial para que o leitor compreenda o contexto e os motivos que levaram à realização desta pesquisa. Dessa forma, serão abordados elementos que contextualizam o objeto de estudo,

além de explicitar as razões que justificam a importância e a relevância desta pesquisa para o campo do desenvolvimento sustentável.

Antes de apresentar a justificativa e o contexto que me levaram a entrar em contato com a unidade, é importante que eu compartilhe um pouco da minha história e como tive meu primeiro contato com o Parque Natural Municipal das Águas Escondidos. Isso será fundamental para entender a motivação que me trouxe até aqui e posteriormente quais são meus objetivos em relação ao estudo.

Sou natural da cidade de Belford Roxo, na Baixada Fluminense, na região metropolitana do Estado do Rio de Janeiro. No entanto, passei a residir em Niterói no bairro do Ingá em 2013 quando ingressei no curso de Bacharel em Direito pela Universidade Federal Fluminense. Após meu percurso na graduação, que culminou em minha formação no final de 2017, resolvi buscar outros bairros mais acessíveis na cidade para que eu pudesse me mudar.

Neste contexto em agosto de 2020, eu mudei para o bairro de Fátima em Niterói, que oferecia uma localização acessível para mim, próximo ao Centro da cidade. Após ter me estabelecido na região, constatei a existência de uma vasta área verde que não fora mencionada por quaisquer dos indivíduos com os quais havia conversado a respeito do bairro antes de minha mudança, tampouco pela imobiliária responsável pela locação do imóvel onde passei a residir. Decidi, então, valer-me do espaço para realizar caminhadas rotineiras com minha cachorra chamada Katara (figura 1). À medida que adentrava o recinto, deparei-me com as ruínas (figura 1) de um aqueduto que, em sua beleza singular, instigou minha curiosidade. Em dezembro de 2020, iniciei uma pesquisa acerca do local e, para minha surpresa, constatei que a área em que passeava com minha cachorra de estimação havia sido recentemente convertida em um Parque Municipal.

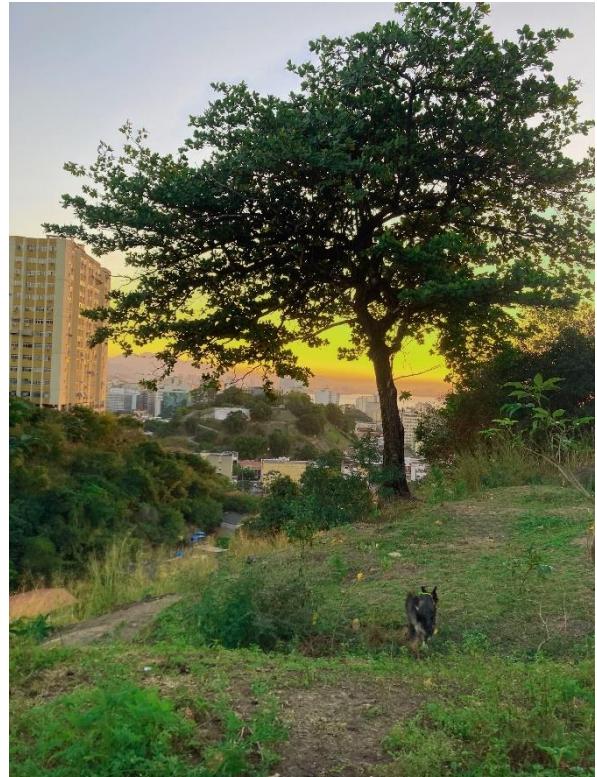


Figura 1 – Fotografia feita pelo autor de Katara na entrada da Área de Proteção Ambiental (APA) em 10/08/2021, antes da recategorização para Parque Natural Municipal da Água Escondida.

A unidade em questão era a antiga Área de Proteção Ambiental da Água Escondida que antes era uma unidade de conservação de uso sustentável que a Prefeitura recategorizou dando origem ao Parque Natural Municipal das Águas Escondidas, passando a ser de proteção integral. A escolha faz referência ao nome da cidade que em tupi-guarani se traduz como “*yterõi*= água escondida”

Figura 2: Ruínas da antiga Chácara do Vintém, fotografadas em 19/05/2021 pelo autor.



A criação do Parque se deu a partir de um estudo da Secretaria de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Sustentabilidade e foi apresentado no Conselho Municipal de Meio Ambiente de Niterói e discutido em uma audiência pública em fevereiro de 2019. O objetivo foi enquadrar a área no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000), bem como a

“valorização não somente da proteção ambiental, mas também resgate histórico a importância histórica do local”. Dentro desta perspectiva, a Lei Municipal 3.560/2020 foi sancionada, dando origem ao Parque. A área abrange o Morro da Boa Vista e tem localização nos bairros de São Lourenço, Cubango, Fonseca, Fátima e Pé-Pequeno.

O artigo 3º da legislação, que deu origem à unidade, elenca os objetivos da criação do Parque, como o proteger ecossistemas com grande potencial para oferecer oportunidades de visitação, aprendizagem, interpretação, educação, pesquisa, recreação, inspiração, relaxamento e demais atividades ambientalmente compatíveis, incentivar o desenvolvimento do turismo ecológico em Niterói, valorizando o município e gerando empregos e renda e manter populações de animais e plantas nativas, contribuindo para a preservação da biodiversidade de Niterói (Niterói, 2020).

Os objetivos desta unidade de conservação, também, devem ser levados em consideração na elaboração do Plano de Manejo da área afetada. Segundo a Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000 (Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC) todas as unidades de conservação devem dispor de um plano de manejo. O plano de manejo é uma ferramenta essencial para garantir a efetividade destas áreas (Brasil, 2000). A própria ferramenta, informa em seu artigo 4º que a elaboração deve ser realizada no prazo máximo de 05 (cinco) anos.

Neste sentido, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade editou a Instrução Normativa nº 7/2017/GABIN/ICMBIO, de 21 de dezembro de 2017, estabelecendo as diretrizes e procedimentos para elaboração e revisão dos planos de manejo. Entre estas orientações, o artigo 3º informa a necessidade de buscar um engajamento mais amplo da sociedade por meio da participação de outras instituições de governo, de ensino e pesquisa e da sociedade civil, de maneira a possibilitar a troca de informações e promover o alinhamento com políticas públicas e ações de caráter ambiental, social e econômico (Ministério do Meio Ambiente, 2017).

A partir do meu contato com a legislação recém aprovada e com a própria unidade de conservação, algo chamou a minha atenção: a existência de moradias dentro das delimitações da área. Essa descoberta me levou a refletir sobre qual seria o destino pensado institucionalmente para aquelas pessoas, uma vez que agora se trata de uma unidade de proteção integral de maneira que não poderiam existir residentes do local. Apesar disso, era possível enxergar casas e outras formas de presença de pessoas enquanto olhava o parque pela janela da minha casa.

Apesar dessa situação ser contraditória, não é incomum este tipo de acontecimento e não foi a primeira vez que me deparei com este tipo de conflito socioambiental. Isto porque enquanto frequentava o Núcleo de Pesquisas sobre Práticas e Instituições Jurídicas (NUPIJ) na época da minha

graduação tive contato com situações parecidas no município, como o caso do Morro das Andorinhas, em Itaipu, no contexto do Parque Estadual da Serra da Tiririca (PESET) e Parque Natural Municipal de Niterói (PARNIT), ambas unidades de conservação de proteção integral que tiveram conflitos por terem pessoas residindo dentro do território.

Dentro desta perspectiva, desenvolvi um projeto de pesquisa que culminou na minha aprovação no Mestrado Profissional em Práticas em Desenvolvimento Sustentável do Programa de Pós-graduação em Práticas em Desenvolvimento Sustentável (UFRRJ), trazendo como principais justificativas para o estudo o fato de ser um Parque recém criado com poucas produções acadêmicas sobre o mesmo, o possível conflito socioambiental que será enfrentado pela gestão e a necessidade de contribuições para o plano de manejo da unidade.

Os elementos presentes no contexto de gestão e manejo do parque tornam evidente a necessidade de uma abordagem colaborativa para a tomada de decisões. Diversos atores são envolvidos e suas perspectivas e interesses devem ser considerados a fim de alcançar soluções efetivas e sustentáveis. Em busca de contribuir para este objetivo e aplicar conhecimentos adquiridos durante meu percurso acadêmico, decidi empregar a metodologia da Pesquisa Orientada para Ação e Decisão (PAD) na elaboração da presente dissertação.

Esta escolha metodológica baseia-se na premissa de que a pesquisa não deve ser vista apenas como uma atividade de produção de conhecimento mas, também, como uma ferramenta para a solução de problemas práticos. Trata-se de uma abordagem participativa que envolve diferentes atores no processo de investigação e busca de soluções. Neste sentido, a metodologia PAD oferece um caminho para a construção de soluções coletivas e sustentáveis, ao mesmo tempo em que contribui para o avanço do conhecimento científico.

No início desta pesquisa, delineio o cenário e a importância de focar no Parque Natural Municipal das Águas Escondidas. A motivação para essa escolha vem da minha interação constante e significativa com o local, que se torna um elemento crucial na metodologia adotada. Esse método prioriza o diálogo contínuo entre quem pesquisa e o que é pesquisado.

Quanto aos objetivos, eles são variados e bastante revisitados até serem definidos. Primeiro, almejo desvendar os mecanismos por trás da transformação da antiga Área de Proteção Ambiental das Águas Escondidas em Parque Natural Municipal. Em segundo lugar, busco preencher um vazio nos estudos acadêmicos sobre a recategorização de áreas protegidas em Niterói. Também tenho a intenção de entender as diferentes perspectivas e interesses dos atores envolvidos nesse processo.

Finalmente, as descobertas desta pesquisa têm o potencial de contribuir com o Plano de Manejo do parque, fornecendo informações valiosas para uma gestão mais eficaz e sustentável.

Além de estabelecer o contexto e os objetivos, sublinho a escassez de trabalhos acadêmicos sobre o parque e a importância de incluir uma gama diversificada de vozes. Isso não apenas eleva a relevância da minha pesquisa no âmbito acadêmico mas, também, tem implicações práticas para a administração do parque. A metodologia escolhida, a Pesquisa Orientada para Ação e Decisão (PAD), serve como um pilar para abordar essas questões complexas. E é com essa base metodológica que adentro no próximo capítulo, onde aprofundo os conceitos teóricos que fundamentam este estudo.

No segundo capítulo, dedico-me a explicar a metodologia da Pesquisa Orientada para Ação e Decisão (PAD), que serve como a espinha dorsal deste estudo. A PAD não é apenas uma estrutura metodológica, mas uma abordagem que visa a aplicabilidade prática dos resultados da pesquisa. Ela enfatiza a necessidade de contribuições diretas para a solução de problemas comunitários e institucionais, tornando o pesquisador um agente de mudança ativo.

O Termo de Referência (TdR) é introduzido como um elemento crucial na PAD. Ele orienta as atividades de pesquisa e estabelece as expectativas e diretrizes para o estudo. Isso garante que a pesquisa seja alinhada com as necessidades e expectativas dos parceiros de cooperação, tornando o estudo direcionado para resultados concretos e relevantes para a tomada de decisões.

O terceiro capítulo da minha dissertação, intitulado "Definição do Conteúdo (Fase 2)", serve como um marco no desenvolvimento da pesquisa. Nesta fase, a atenção se volta para a concretização do conteúdo da pesquisa, delimitando as áreas temáticas e fornecendo ao pesquisador os conhecimentos específicos necessários para a execução do estudo. O capítulo aborda conceitos fundamentais como Unidade de Conservação e Território, além de justificar a necessidade de um Estudo de Campo e apresentar uma revisão bibliográfica pertinente.

Neste contexto, as teorias e conceitos apresentados são cruciais. O pensamento de Milton Santos sobre território, por exemplo, nos oferece uma visão mais abrangente e dinâmica, que vai além de uma simples demarcação geográfica. Ele nos convida a considerar o território como um espaço em constante transformação, moldado pelas relações humanas e pela interação com o ambiente. Além disso, a visão cosmológica de Ailton Krenak nos faz refletir sobre a Terra como um ser vivo, com o qual mantemos uma relação recíproca e não apenas exploratória.

Com esse alicerce teórico e conceitual bem estabelecido, estamos prontos para avançar para o quarto capítulo, "Planejamento dos Métodos (Fase 3)". Este próximo estágio da pesquisa detalhará

o procedimento metodológico a ser seguido, identificará as unidades de observação e selecionará os métodos empíricos para coleta de dados. Também fornecerá um panorama bibliográfico abrangente, que vai desde a literatura acadêmica até documentos de campo, preparando assim o cenário para a fase prática da pesquisa.

Neste capítulo, abordo aspectos essenciais como a definição do procedimento metodológico, a determinação das unidades de observação e a seleção de instrumentos empíricos para a coleta de dados. Além disso, pondero sobre a generalização dos dados e a importância de focar nas especificidades da área em estudo. A escolha metodológica é feita de forma a maximizar os recursos disponíveis, considerando a familiaridade que tenho com o Parque por ser residente da região.

Com esse planejamento metodológico ~~bem estruturado~~, a pesquisa está pronta para avançar para as fases de execução e análise. Este capítulo serve como um guia para a realização da pesquisa, garantindo que ela seja eficaz e adaptada às necessidades do contexto estudado. Com isso, estou preparado para dar os próximos passos na minha jornada acadêmica.

Ao adentrar a fase de coleta de dados e imersão no Parque Natural Municipal das Águas Escondidas, a pesquisa ganha uma dimensão mais humana e palpável. Este período de coleta e imersão se mostrou essencial para compreender de forma mais próxima o Parque e as interações com os diversos atores envolvidos, sejam eles gestores, moradores locais ou visitantes.

Portanto, elaborei um capítulo onde destaco as vozes e perspectivas de indivíduos que têm uma relação direta e significativa com o Parque. Entre eles, "Residente Local", um morador do entorno, oferece outras concepções interessantes sobre a evolução da relação entre o Parque e a comunidade circundante. "Especialista Técnico", um engenheiro florestal, e "Líder Religioso", ambos atuantes na região, fornecem um olhar institucional, elucidando sobre as intervenções, desafios e aspirações em relação à unidade.

Para assegurar a confidencialidade e proteger a identidade dos participantes envolvidos nesta pesquisa, optou-se pelo uso de pseudônimos em substituição aos seus nomes reais em todas as citações e referências dentro desta dissertação. Tal medida está alinhada com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido assinado pelos participantes, que não autoriza a divulgação de seus dados pessoais. Este procedimento é fundamental para garantir a ética da pesquisa, respeitando a privacidade e a segurança dos dados dos envolvidos.

Com esses relatos e vivências, a pesquisa se enriquece, permitindo uma compreensão mais profunda e multifacetada do objeto de estudo. Essa etapa da pesquisa não apenas valida a metodologia e os conceitos discutidos nos capítulos anteriores, mas também prepara o terreno para

as análises e conclusões que se seguirão. A escolha por abordar o campo primeiro e a revisão bibliográfica posteriormente no corpo desta dissertação ocorre porque foi através do contato com estes indivíduos e instituições que tive acesso a documentos e estudos que utilizei para estruturar a revisão.

O capítulo seis da minha dissertação se concentra na revisão da literatura, um elemento-chave que estabelece as bases teóricas e contextuais para o estudo. Esta seção envolve uma análise meticulosa de pesquisas e trabalhos anteriores que se relacionam com o Parque Natural Municipal das Águas Escondidas, ajudando a identificar áreas ainda não exploradas e a posicionar minha própria pesquisa dentro de um contexto mais amplo.

Nesta etapa, adotei uma abordagem multifacetada para a coleta de dados, consultando uma variedade de fontes acadêmicas e plataformas digitais. O objetivo era compreender o que já foi estudado, quais são os conceitos e teorias predominantes e onde existem oportunidades para futuras investigações.

A análise da literatura existente não só enriqueceu minha compreensão sobre a gestão e conservação do Parque, mas também sublinhou a carência de estudos acadêmicos no campo. Assim, este capítulo serve não apenas como um alicerce para as fases seguintes da minha pesquisa, mas também sugere novas linhas de investigação que podem ser úteis para outros pesquisadores.

Através deste prisma, os objetivos delineados na sequência desta dissertação buscam não apenas entender as dinâmicas envolvidas na recategorização e sua gestão subsequente, mas também contribuir para o corpo acadêmico sobre conservação de áreas protegidas e fornecer entendimentos práticos que possam auxiliar na elaboração do Plano de Manejo do parque. Assim, ao adentrar na exploração destes objetivos, carrego comigo as experiências e percepções que moldaram minha jornada até este ponto, empregando-as como um farol para a pesquisa que se desdobra.

O principal objetivo deste estudo é investigar os processos de recategorização da antiga Área de Proteção Ambiental das Águas Escondidas para o Parque Natural Municipal das Águas Escondidas, além de explorar as motivações e implicações dessa transformação. Este objetivo será abordado por meio de uma perspectiva teórica, analisando o que as teorias de território e territorialidade, desenvolvimento sustentável, conservação ambiental e políticas públicas podem oferecer, assim como de um ponto de vista empírico, através da análise do arcabouço jurídico, documentos oficiais e dados referentes ao processo de recategorização.

Em segundo lugar, o objetivo é preencher uma lacuna na literatura acadêmica sobre o processo de recategorização de áreas protegidas nesta região de Niterói. Ao fazer isso, pretende-se

proporcionar uma base sólida para futuras investigações nesse campo. Este objetivo é baseado na constatação inicial de que existem poucos estudos detalhados que exploram a transição de uma Área de Proteção Ambiental para um Parque Natural Municipal, apesar da relevância dessa mudança, principalmente no contexto abordado.

O terceiro objetivo é compreender o papel dos diferentes atores envolvidos nesse processo e as respectivas perspectivas e interesses de cada um deles. Isso é fundamental para apreciar a complexidade da situação e abordar a questão da gestão e manejo do Parque Natural Municipal das Águas Escondidas de uma maneira abrangente e inclusiva. Essa análise permitirá avaliar o potencial de conflitos socioambientais e a necessidade de estratégias colaborativas e participativas.

Por fim, o quarto objetivo é contribuir com novos olhares e perspectivas sobre a recategorização e suas consequências, que possam ser úteis em estudos acadêmicos ou planos de gestão de áreas protegidas.

O produto final é um conjunto de recomendações e diretrizes embasadas nas descobertas da pesquisa, visando uma gestão que favoreça tanto a conservação ambiental quanto o desenvolvimento sustentável da região. Dessa forma, o estudo busca atingir resultados específicos (*outcomes*) relacionados aos objetivos, promovendo a potencial utilidade prática dos resultados e produtos gerados.

A metodologia adotada para o estudo proposto é a Pesquisa Orientada para a Ação e Decisão (PAD). Essa abordagem foi desenvolvida com o objetivo de produzir conhecimento e soluções relevantes para as necessidades dos parceiros e participantes envolvidos em um projeto de pesquisa. Um dos princípios fundamentais da PAD é a adaptabilidade e flexibilidade da metodologia. Isso significa que a metodologia é projetada para ser ajustada de acordo com as necessidades e circunstâncias do projeto em questão. Dessa forma, a metodologia permite que os pesquisadores possam responder às necessidades e problemas específicos dos parceiros e participantes envolvidos no projeto.

Outro aspecto importante da metodologia PAD é a colaboração. A metodologia incentiva a participação ativa de todos os envolvidos no processo de pesquisa, incluindo os parceiros, os participantes e os pesquisadores. Isso significa que a metodologia é projetada para facilitar a colaboração e o trabalho em equipe para alcançar os objetivos do projeto.

No caso deste estudo, por se tratar de uma proposta metodológica com fins de pesquisa científica tradicional com alguns aspectos de pesquisa aplicada, o pesquisador vai assumir o papel de parceiro

e equipe de pesquisa. O Termo de Referência é uma peça-chave na PAD, uma vez que orienta as atividades que serão desenvolvidas para atender às necessidades do estudo.

Após a elaboração do termo de referência, o processo de análise seguirá três fases distintas. A primeira fase consistirá na elucidação do contexto de utilização do parque, considerando as suas particularidades, desafios e oportunidades. Essa fase é essencial para o entendimento da realidade do parque e para a identificação dos principais problemas a serem abordados no estudo. Ao final dessa fase serão propostos os *outputs* e *outcomes* que vão dar prosseguimento às próximas fases do estudo.

A segunda fase do processo de análise terá como objetivo a definição do conteúdo, por meio do levantamento de informações sobre o parque e sua gestão. A terceira fase é a de pesquisa e coleta de dados, que se concentrará na escolha e aplicação de ferramentas e técnicas. Nesta etapa, serão selecionados os métodos que melhor se adequam às necessidades do projeto e à situação específica do parque.

Interessante destacar que na segunda fase do processo de análise, que visa a definição do conteúdo, será realizado um levantamento de referências teóricas que vão além da revisão bibliográfica sobre o parque em questão. Seguindo as contribuições de Milton Santos (1978), entende-se que o território vai além de um mero espaço delimitado, envolvendo a relação intrínseca entre um povo e seu uso do território. Essa relação vai além das dimensões físicas e naturais, englobando também aspectos simbólicos, identitários e sociais. O território, assim compreendido, é permeado por relações de poder, pela ação dos diferentes agentes sociais e pelas dinâmicas socioespaciais que se estabelecem.

Ao considerar as reflexões de Milton Santos (2006), percebe-se a interdependência entre território, mercado e instituições. O território é tanto moldado pelo mercado quanto o influencia, sendo um espaço onde se desenvolvem atividades econômicas, trocas materiais e simbólicas, bem como relações sociais. Nesse sentido, o mercado urbano e o território urbano são inseparáveis, sendo que diferentes submercados e subcircuitos espaciais da produção podem coexistir, cada qual com sua lógica e racionalidade próprias.

Além disso, a obra de Santos e Becker (2007) evidencia a importância de compreender as relações entre o território, o dinheiro e o mercado no contexto das chamadas ecologias urbanas. A análise dessas relações possibilita entender como o mercado, as instituições e o meio ambiente construído se interconectam, influenciando as temporalidades e as modalidades de ação no espaço.

O entendimento dessas dinâmicas é essencial para compreender as transformações territoriais, os processos de territorialização e as formas de apropriação do espaço por diferentes atores sociais.

Dessa forma, ao explorar os conceitos de territorialidade presentes nessas referências, o estudo proposto buscará compreender as relações entre o território, o mercado e o contexto sociopolítico e econômico da região do parque. Isso permitirá uma análise mais ampla das dinâmicas espaciais, das relações de poder e dos impactos da criação do parque nesse contexto, fornecendo subsídios teóricos fundamentais para a compreensão das particularidades do caso em estudo.

Na busca por uma compreensão mais abrangente das questões territoriais, será realizada uma articulação com os pensamentos de Antônio Bispo dos Santos (1959-2023), que aborda a temática da colonização, quilombos e o pensamento contra colonial. Ao analisar as relações entre os colonizadores e os povos pagãos politeístas, Bispo do Santos (2015, p. 98) ressalta a guerra territorial presente no processo de colonização. Essa disputa de territorialidades envolveu a desterritorialização e a desnaturalização dos colonizadores, que se sentiram autorizados pelo seu Deus a fazer uso dos produtos das suas artificialidades.

Por outro lado, os povos politeístas interagiam com suas divindades e com os elementos da natureza presentes em seus territórios, encontrando condições naturais e biointerativas para uma vida satisfatória. Essa dinâmica de desterritorialização e reterritorialização resultou em processos de invasão e descaracterização dos territórios ocupados por povos pagãos politeístas, como uma forma de satisfazer suas necessidades artificiais.

A partir desse contexto, é essencial refletir sobre as possibilidades de convivência entre os diversos povos, considerando a ressignificação de identidades, a readaptação dos modos de vida e a interlocução das linguagens orais e escritas dos colonizadores conforme Antonio Bispo do Santos, (2015). Essa convivência requer a participação plena de todos os envolvidos nos processos de transformação da natureza e das condições de vida da população, respeitando-se as diversas formas de linguagem e comunicação.

A partir destas constatações, o autor aponta que é necessário superar o caráter autoritário do atual Estado Democrático de Direito e garantir a participação e o entendimento na diversidade em diversos tipos de projetos. É fundamental estabelecer um processo de entendimento na diversidade, onde tanto a maioria quanto a minoria sejam ouvidas e consideradas em suas manifestações. Neste sentido, é necessário considerar o caráter territorial desses empreendimentos, reconhecendo que o que for feito em determinado território também pertence ao grupo ou povo que o habita (Santos, 2015).

Essa abordagem é especialmente relevante quando se trata da criação de uma unidade de conservação, como é o caso do parque em questão. A compreensão da complexidade das relações territoriais, dos impactos socioambientais e das diferentes perspectivas é essencial para a tomada de decisões participativas e democráticas. A partir do pensamento de Antônio Bispo dos Santos (Nêgo Bispo), fica evidente a necessidade de levar em consideração as diversas perspectivas envolvidas nos empreendimentos, buscando um equilíbrio entre os interesses da maioria e os direitos e perspectivas da minoria.

Neste sentido, cabe destacar que estudo busca alicerce em pensamentos de autores decoloniais ou contra coloniais, com o intuito de elaborar uma abordagem analítica e crítica que desafie as estruturas de poder que perpetuam as desigualdades socioespaciais e ambientais. Neste sentido, os trabalhos de pensadores notáveis como Ailton Krenak e Antônio Bispo dos Santos são extremamente relevantes.

A integração do pensamento contra colonial neste estudo não é apenas uma postura teórica, mas sim uma abordagem prática que visa desafiar e revisitar as premissas tradicionalmente aceitas no estabelecimento de unidades de conservação. Compreendemos que o processo de criação de tais unidades, muitas vezes, pode perpetuar práticas colonizadoras ao sobrepor valores exógenos aos saberes e práticas locais. Esta intrusão pode desrespeitar e desvalorizar tradições ancestrais e formas de relação com o território. Portanto, ao trazer a perspectiva de autores decoloniais e contra coloniais, buscamos questionar, analisar e propor alternativas que respeitem e incorporem a diversidade de vozes, conhecimentos e direitos das comunidades locais. Assim, esta pesquisa visa não apenas entender as dinâmicas territoriais e ambientais, mas também desvelar e confrontar as colonialidades inerentes ao próprio ato de designar e gerenciar espaços protegidos.

Sobre a pensamento decolonial, o autor Quijano (2005) aponta que no debate decolonial pode se observar que a colonização pode ter acabado em muitos países, porém a colonialidade se mantém viva na configuração do sistema capitalista do contexto atual. Isso porque quem continua ditando regras e controlando são os mesmos.

O decolonial é um posicionamento político que reivindica o posicionamento em relação aos dilemas que afetam a sociedade no atual contexto posto como pós-colonial. Em vista disso, essa posição busca expandir os estudos e dar visibilidade e protagonismo as vozes que por muito tempo foram abafadas, marginalizadas e na maioria das vezes foram colocadas de maneira histórica, cultural e política abaixo hierarquicamente em relação a muitos grupos que se utilizam e falam por estes povos.

Ainda nesta perspectiva, surge o conceito do contra-colonialismo trazido pelo autor quilombola Antônio Bispo dos Santos, o Nêgo Bispo. O debate contra-colonial surge numa confluência entre as ideias do autor e do que a academia vinha discutindo sobre a questão, numa tentativa também de reconstruções de narrativas que fujam das referências eurocentradas e hegemônicas:

As Academias inventaram o decolonialismo. Eu não sabia que isso existia, eu queria era enfrentar o colonialismo. Aí eu fui assim, bati a cara na parede e trouxe o contra-colonialismo. Mas eu não sabia que as Academias estavam discutindo o decolonial. Mas aí, foi outra confluência. Quando eu fui ver que as Academias estavam discutindo decolonial, então eu disse assim: "agora eu vou avançar no contra-colonial"¹.

Portanto, tanto no campo teórico quanto na prática, este estudo procurará reconhecer, respeitar e considerar as diversas vozes e perspectivas envolvidas no território do parque, promovendo uma compreensão das dinâmicas territoriais.

Através dessa análise crítica, será possível compreender as implicações socioespaciais, as dinâmicas de poder e os desafios para a gestão participativa desse espaço, considerando as demandas e perspectivas de todos os atores envolvidos. A articulação desses pensamentos contribuirá para uma compreensão mais abrangente das questões territoriais e subsidiará a tomada de decisões mais informadas e justas no âmbito da conservação ambiental e do desenvolvimento sustentável.

2. PESQUISA ORIENTADA PARA AÇÃO E DECISÃO (PAD)

A pesquisa proposta neste estudo seguirá as orientações do manual "Configurar a Pesquisa em função da Prática: Pesquisa Orientada para a Ação e Decisão (PAD)" de Fiege et al. (2019). O manual aborda a relevância da pesquisa científica para a sociedade, enfatizando a necessidade de contribuições concretas e diretas para a solução de problemas das comunidades e suas instituições. Além disso, discute a importância de projetar e realizar estudos acadêmicos que tenham uma elevada relevância prática, visando abordar questões urgentes, como a degradação ambiental, a pobreza e as mudanças climáticas.

¹ Fala do Nêgo Bispo extraída do artigo “Das confluências, cosmologias e contracolonizações. Uma conversa com Nego Bispo.” publicado na Revista EntreRios do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal do Piauí, 2019.

No contexto da pesquisa orientada para a ação e decisão, o manual oferece um guia passo a passo para a elaboração de um conceito de pesquisa, destacando a importância do Termo de Referência (TdR). O TdR desempenha um papel crucial na PAD, orientando as atividades de pesquisa e estabelecendo as expectativas e diretrizes para o estudo. Ao seguir as orientações do manual, busca-se fortalecer as competências institucionais para a solução de problemas e tomada de decisões, bem como facilitar a implementação dos resultados da pesquisa.

Ao adotar a abordagem PAD, os pesquisadores deixam de ser meros produtores de conhecimento e se tornam intermediários do conhecimento e agentes de mudança. A pesquisa direcionada para a ação busca não apenas coletar informações mas, também, propor soluções adequadas ao contexto local e contribuir para processos de decisão em curso. A PAD é pautada por quatro princípios centrais: orientação para os resultados, trabalho em equipe e orientação para os parceiros, qualidade adequada e abordagem multinível e multidimensional.

Portanto, o TdR desempenha um papel fundamental, fornecendo diretrizes claras sobre os problemas a serem abordados, os objetivos a serem alcançados, a abordagem metodológica a ser adotada e os resultados esperados. Por meio dele, é possível alinhar as atividades de pesquisa com as necessidades e expectativas dos parceiros de cooperação, garantindo que o estudo seja direcionado para resultados concretos e relevantes para a tomada de decisões. É importante ressaltar que a qualidade desse documento tem um impacto significativo na condução da pesquisa PAD (Fiege et al., 2019). Portanto, a elaboração cuidadosa do termo é essencial para orientar as atividades de pesquisa de acordo com as necessidades e objetivos do estudo.

No caso do presente estudo, que se trata de uma proposta metodológica de pesquisa, assumirei o papel de proponente e equipe de pesquisa na elaboração do mesmo. Embora seja uma tarefa geralmente realizada pelo parceiro de cooperação, reconheço a importância dessa etapa e a necessidade de uma abordagem personalizada.

Para isso, basearei o TdR no “Estudo técnico para criação do Parque Natural Municipal da Água Escondida: recategorização da área de proteção ambiental da água escondida”, elaborado pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Sustentabilidade de Niterói, em 2019. Além disso, levarei em consideração minhas observações como ouvinte durante a 1ª Oficina Participativa para a elaboração do Plano de Manejo do Parque Natural Municipal da Água Escondida, ocorrida em 28 de abril de 2022. Outra fonte de informação para a elaboração do Termo de Referência será a própria Lei Municipal nº 3.560, de 18 de dezembro de 2020, que deu origem à unidade. Essa abordagem permitirá que o TdR reflita adequadamente as especificidades do estudo e contribua para o alinhamento entre todas as partes envolvidas

2.1. Termo de Referência

Este Termo de Referência delineia as fases da pesquisa, identificando o contexto, os atores-chave envolvidos, estabelecendo as questões de pesquisa centrais para definir os produtos esperados do estudo, estruturando a investigação dentro de um quadro conciso para a análise eficaz do caso em estudo.

2.1.1. Tema do Estudo

Criação do Parque Natural Municipal da Água Escondida a partir da Lei Municipal Lei nº 3.560, de 18 de dezembro de 2020, transformando uma Área de Proteção Ambiental em Parque Municipal.

2.1.2. Contexto

O Parque Natural Municipal da Água Escondida, criado pela Lei nº 3.560, de 18 de dezembro de 2020, representa um importante marco para a conservação ambiental e o desenvolvimento sustentável do município. Localizado em uma área de rica biodiversidade, o parque abrange uma extensão territorial de 62 hectares e possui uma variedade de ecossistemas, incluindo vegetações, nascentes, cursos d'água e áreas de preservação permanente.

No entanto, apesar dos esforços em estabelecer o parque como uma área protegida, é necessário um estudo aprofundado da legislação e do contexto técnico para garantir sua efetividade na conservação da biodiversidade e no cumprimento de seus objetivos. Além disso, é importante considerar a necessidade de uma gestão participativa e o envolvimento de diversos atores interessados, a fim de fortalecer a governança ambiental e promover a sustentabilidade.

A criação do Parque Natural Municipal da Água Escondida busca conciliar a conservação da natureza com o uso sustentável dos recursos naturais, bem como promover a educação ambiental e o ecoturismo. Para isso, é fundamental compreender o contexto legal e técnico que embasa a gestão do parque, avaliando sua conformidade com a legislação municipal, estadual e federal, e identificando possíveis lacunas ou desafios a serem superados. A análise crítica da legislação e do estudo técnico fornecido permitirá uma compreensão mais aprofundada dos princípios, diretrizes e instrumentos de gestão do parque, bem como contribuirá para a identificação de oportunidades de melhoria e o estabelecimento de ações mais efetivas de manejo e conservação.

Além disso, a revisão bibliográfica e as contribuições teóricas sobre o território e a recategorização do parque ampliarão o conhecimento disponível, promovendo reflexões

fundamentais para o desenvolvimento do Plano de Manejo. Nesse sentido, é necessário realizar um estudo técnico abrangente, que envolva uma análise crítica da legislação vigente, uma revisão bibliográfica atualizada e a consulta a especialistas e pesquisadores com experiência em áreas protegidas, ecologia e gestão ambiental. Somente assim será possível fortalecer a base de conhecimento sobre o Parque Natural Municipal da Água Escondida, ampliar a participação social e garantir a sua efetiva conservação a longo prazo.

2.1.3. Justificativa

A criação do Parque Natural Municipal da Água Escondida é uma iniciativa que visa a proteção e preservação de um patrimônio natural e histórico de grande relevância para a cidade de Niterói. Com base nos objetivos estabelecidos pela Lei nº 3.560, de 18 de dezembro de 2020, e respaldada por um estudo técnico detalhado, essa proposta busca atender às demandas de conservação da biodiversidade, promoção do turismo ecológico, valorização da paisagem, preservação das áreas de preservação permanente e salvaguarda do patrimônio histórico.

O Parque Natural Municipal da Água Escondida tem como objetivo central a proteção de ecossistemas que possuem potencial para oferecer uma série de oportunidades, desde atividades de visitação e aprendizagem até pesquisas científicas, recreação e inspiração para a comunidade. Essa iniciativa se fundamenta na necessidade de preservar áreas naturais remanescentes, garantindo a manutenção das populações de animais e plantas nativas, e contribuindo para a conservação da biodiversidade do município e do Estado do Rio de Janeiro.

Além da importância ambiental, o parque busca impulsionar o desenvolvimento do turismo ecológico em Niterói. A valorização das belezas naturais e dos mirantes presentes na área protegida atrairá visitantes interessados em desfrutar de ambientes preservados, gerando empregos e renda para a população local. Essa proposta sustentável visa não apenas preservar o meio ambiente, mas também promover a economia do município de forma responsável. A preservação das áreas de preservação permanente é uma das metas essenciais do parque. A conservação das florestas e dos remanescentes de Mata Atlântica é vital para garantir serviços ambientais como o controle de erosão, a proteção de nascentes e a manutenção do equilíbrio do ciclo hidrológico. Essas áreas são de importância estratégica para a manutenção do ecossistema local e para a proteção dos recursos hídricos, essenciais para a qualidade de vida da população (Prefeitura de Niterói, 2022).

A criação da unidade também visa à preservação do patrimônio histórico presente na região. O Sistema de Abastecimento da Chácara do Vintém, implantado em 1837, representa um marco

histórico para a cidade de Niterói. As construções e ruínas associadas a esse sistema são testemunhas de um passado importante e devem ser preservadas como forma de valorizar a história e promover a educação patrimonial.

Com base nesses fundamentos, a proposta para a criação do Parque Natural Municipal da Água Escondida surge como uma oportunidade para conciliar a conservação ambiental, o desenvolvimento sustentável e a valorização do patrimônio histórico. Esse espaço proporcionará à comunidade local e aos visitantes a oportunidade de desfrutar de uma natureza exuberante, conhecer e aprender sobre a biodiversidade e a história da região, e contribuir para a construção de um futuro mais equilibrado e harmonioso entre seres humanos e a natureza.

2.1.4. Problematização

- Carência de produções acadêmicas: Verifica-se a falta de estudos e pesquisas realizados por acadêmicos e especialistas externos à prefeitura, o que limita a diversidade de perspectivas e conhecimentos na elaboração do Plano de Manejo. ok
- Necessidade de entender mais perspectivas: É fundamental abrir espaço para ouvir e considerar as contribuições de diferentes atores, como pesquisadores, comunidades locais e demais interessados, para aprimorar a gestão do parque e fortalecer a participação social.
- Reflexões teóricas sobre o território e a recategorização do parque: É necessário promover discussões e reflexões teóricas acerca do território abrangido pelo parque, sua importância histórica, cultural e ambiental, e os impactos da recategorização, visando embasar as decisões de manejo e conservação.

2.1.5. Objetivos (*Outcomes*)

Realizar uma revisão bibliográfica da legislação municipal, estadual e federal relacionada à criação e gestão do Parque Natural Municipal da Água Escondida. Além disso, analisar o estudo técnico fornecido, identificando suas principais conclusões, recomendações e lacunas de conhecimento. A ideia é que estas informações possam contribuir com reflexões teóricas e análises críticas sobre o território e a recategorização do parque e que por fim possa ser elaborado uma revisão bibliográfica, análises teóricas e contribuições para aprimoramento do Plano de Manejo.

2.1.6. Produto (Outputs)

- Contribuições teóricas e reflexões sobre o território abrangido pelo parque, incluindo aspectos históricos, culturais e ambientais relevantes.
 - Estudo sobre a recategorização da área protegida, incluindo os aspectos jurídicos e interesses envolvidos
 - Análise crítica do estudo técnico fornecido, destacando suas contribuições, lacunas e recomendações para o aprimoramento do Plano de Manejo.

2.1.7. Área de Estudo

O estudo será focado no Parque Natural Municipal da Água Escondida, abrangendo sua extensão territorial de 62 hectares, conforme descrito na Lei nº 3.560, de 18 de dezembro de 2020.

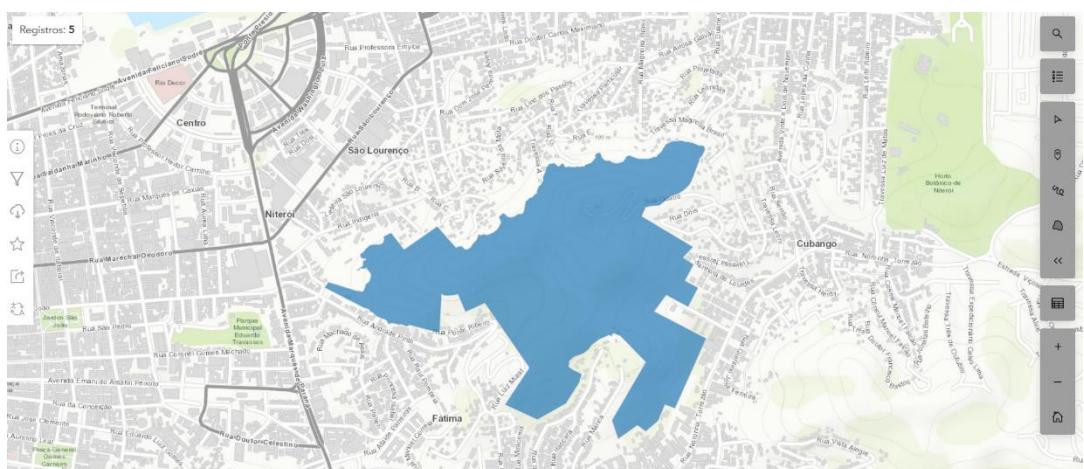


Figura 3: Captura de tela do mapa da unidade de conservação, obtida através do Sistema de Gestão da Geoinformação (SIGeo), ferramenta de GIS da Prefeitura de Niterói. Data da captura de tela: 01 de outubro de 2023.

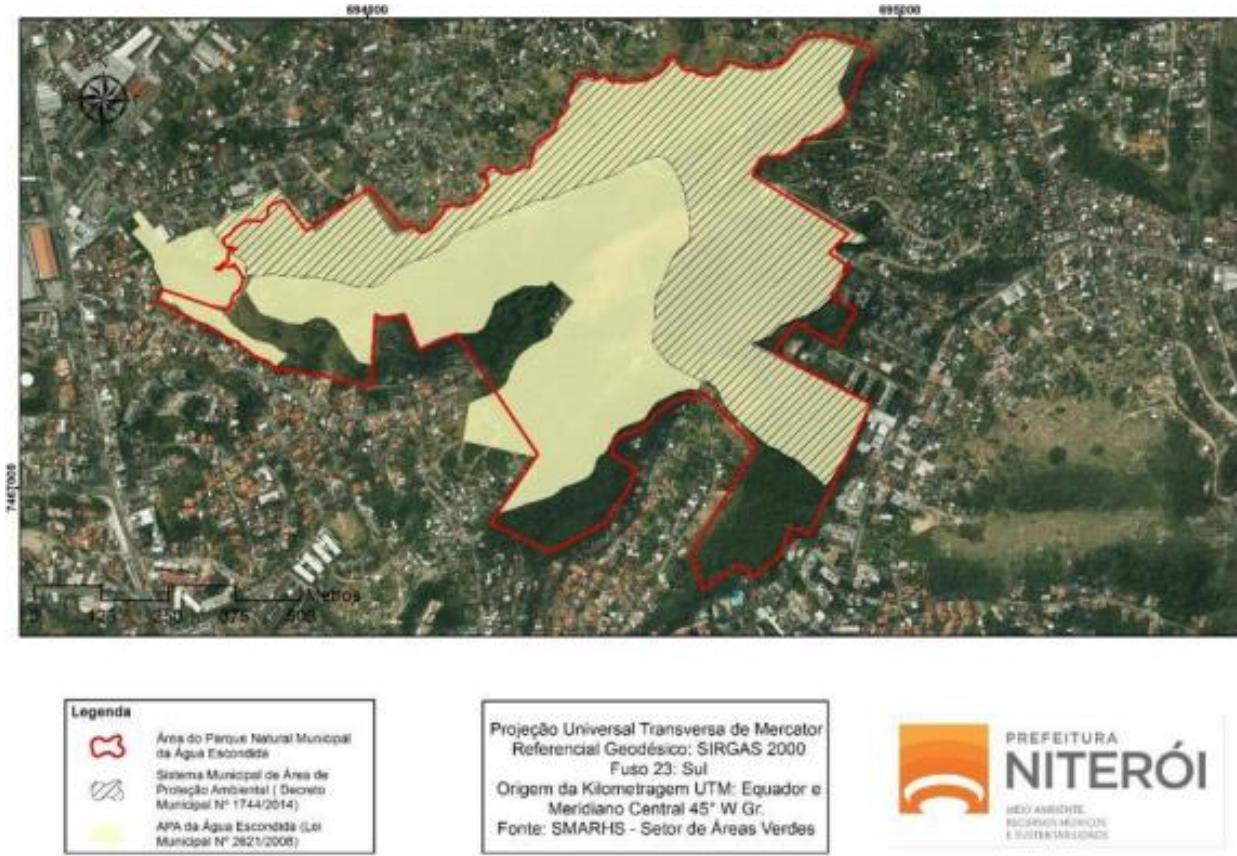


Figura 4: Sobreposição de unidades da antiga APA e área da do Parque Natural Municipal da Água Escondida. Fonte: Prefeitura de Niterói (2019).

2.1.8. Atores chaves/parceiros:

- Prefeitura Municipal de Niterói: Responsável pela gestão do Parque Natural Municipal da Água Escondida.
- Secretaria de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Sustentabilidade: Órgão responsável pela coordenação das ações de conservação ambiental.
- Pesquisadores e especialistas: Atores acadêmicos e profissionais com expertise em áreas relacionadas à gestão de áreas protegidas, meio ambiente e desenvolvimento sustentável.
- Comunidades locais: Representantes das comunidades adjacentes ao parque, que possuem conhecimento e vivência na área.

Concluindo o TdR com os atores-chave identificados, iniciamos o estudo sobre a metodologia PAD, enfocando nas estratégias para a gestão sustentável do Parque Municipal da Água

Escondida. Esta fase amplia a colaboração com *stakeholders* e aprofunda a análise prática dos desafios e oportunidades no parque.

2.2. Fase 1: Elucidação do contexto de utilização - o caso do Parque Natural Municipal das Águas Escondidas

A Fase 1 da pesquisa orientada para a ação e decisão, de acordo com Fiege et al. (2019), tem como objetivo principal a clarificação exata do contexto de utilização, definindo os utilizadores, objetivos e resultados esperados do estudo. É necessário dedicar tempo à análise aprofundada do problema, evitando soluções superficiais. Essa fase estabelece as bases para as etapas subsequentes do processo de pesquisa (FIEGE et al., 2019). A partir disso, a elaboração da primeira fase no presente estudo levará em consideração: Identificação e Definição da Razão ou do Problema e Definição dos Objetivos e Análise do Impacto, Análise de Utilizadores e Formulação de Perguntas-chave.

2.2.1. Identificação e Definição da Razão ou do Problema:

No processo de elaboração do Termo de Referência, identifiquei diversas questões e desafios associados à fundação do Parque Natural Municipal da Água Escondida. Entre eles, destaca-se a escassez de produções acadêmicas. A limitação de estudos e pesquisas por acadêmicos e especialistas independentes da administração municipal restringe a diversidade de perspectivas e saberes necessários para a formulação do Plano de Manejo. Isso pode acarretar uma compreensão restrita e superficial dos desafios e oportunidades envolvidos na conservação e administração do parque.

Além disso, há uma urgente necessidade de engajar diversas vozes no processo de gestão do parque. A inclusão de diferentes grupos, como acadêmicos, moradores locais e outros interessados, é crucial. Ouvir e considerar suas enfoques e experiências não apenas enriquecerá o manejo do parque, mas também fortalecerá a participação comunitária e a integração de conhecimentos variados.

Outro ponto fundamental é a necessidade de reflexões teóricas profundas sobre o território e o processo de recategorização do parque. Discussões detalhadas sobre a relevância histórica, cultural e ambiental do território que compõe o parque são essenciais. Essas análises teóricas fundamentarão

as decisões de conservação e manejo, assegurando que se baseiem em conhecimento robusto e levem em consideração uma variedade de aspectos relevantes.

Tais reflexões e inclusões são imprescindíveis para assegurar uma gestão eficaz e responsável do Parque Natural Municipal da Água Escondida, promovendo uma abordagem holística que beneficie tanto a comunidade local quanto o meio ambiente.

2.2.2. Definição de Objetivos e Análise de Impacto

Considerando as reflexões anteriores, conclui que objetivo da PAD será a expansão da discussão acadêmica sobre o parque e a produção de novos conhecimentos que possam ser utilizados no plano de manejo. A expectativa será através desta produção suprir parcialmente a lacuna existente na falta de produção acadêmica sobre o espaço, criando informações que possam ser úteis para a Prefeitura desenvolver o plano de manejo e centralizar referências teóricas sobre o parque (*Outcome*).

O resultado esperado será a elaboração de um relatório técnico que englobe uma extensa revisão bibliográfica e um estudo de campo sobre a área e ofereça reflexões teóricas relevantes para a discussão (*Output*). Esse relatório fornecerá subsídios para a ampliação do conhecimento acadêmico sobre o parque, além de ser uma fonte consolidada de referências teóricas para a gestão e o planejamento do parque (*Impact*).

2.2.3. Formulação de Perguntas-Chaves:

Na etapa de Formulação de Perguntas-chave, destacamos as seguintes questões para orientar a pesquisa:

- Quais são as principais motivações e objetivos que levaram à criação do parque? Quais benefícios esperados são esperados para a conservação da biodiversidade, proteção dos recursos naturais ou qualidade de vida das comunidades locais?
- Quais são as possíveis mudanças na recategorização do parque e quais seriam seus impactos na relação das comunidades com o território?
- Quais conceitos teóricos relacionados ao território são relevantes para compreender a criação do parque e garantir uma abordagem inclusiva e participativa? Como os conceitos de governança participativa, direitos territoriais, justiça ambiental, empoderamento comunitário ou territorialidade podem contribuir para a tomada de decisões e a gestão do parque?

- Quais estratégias podem ser adotadas para garantir a participação efetiva de diferentes atores na discussão e criação do parque? Como promover a inclusão de comunidades locais, povos tradicionais, organizações da sociedade civil, especialistas acadêmicos e outros interessados, garantindo a diversidade de perspectivas e o respeito às necessidades e conhecimentos locais?

2.2.4. Análise de Utilizadores

No contexto da análise dos utilizadores dos resultados da pesquisa, é importante considerar tanto os utilizadores diretos quanto os indiretos. Conforme o Manual (Fiege et al, 2019), indiretos. Os primeiros são aqueles que utilizarão os produtos diretamente. O segundo é aquele que, de alguma forma, serão beneficiados pelos produtos, mas não os utilizarão diretamente.

Entre os utilizadores diretos estão a Secretaria de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Sustentabilidade de Niterói, que pode utilizar os resultados como fonte de consulta para discutir a gestão do parque e o plano de manejo, e também eu, que utilizarei os resultados para elaborar minha dissertação. Além disso, os moradores e pessoas interessadas pela região também podem ser considerados utilizadores diretos, uma vez que o estudo, apesar do escopo acadêmico, pode ser interessante para a consulta destas pessoas.

Já entre os utilizadores indiretos estão a Prefeitura de Niterói e pessoas interessadas na área do parque, bem como futuros pesquisadores que desejem estudar essa região. Todos os moradores da região, além dos utilizadores indiretos podem se beneficiar dos resultados da pesquisa, seja por meio de uma melhor compreensão do parque, do apoio na tomada de decisões políticas e administrativas, ou do incentivo à realização de novas pesquisas na área.

3. FASE 2 – DEFINIÇÃO DE CONTEUDO

Na fase 2 do PAD, a atenção está voltada para a concretização do conteúdo da pesquisa. Este estágio se caracteriza pela definição do conteúdo, cujo propósito principal é delimitar as áreas temáticas e ao mesmo tempo prover o pesquisador dos conhecimentos específicos necessários para a execução do estudo (Fiege et al., 2019).

Através da adaptação dos passos propostos pelo livro, procedeu-se à seleção das principais áreas temáticas do estudo. Essa definição tem como principal objetivo aprimorar e focar o estudo. As áreas temáticas são dimensões específicas em que a equipe de pesquisa se aprofunda para atingir

seus objetivos, garantindo que haja uma conexão lógica entre eles e a análise contextual em que o estudo está inserido.

É interessante destacar que existem três principais dimensões que podem ser consideradas para a definição das áreas temáticas. Em primeiro lugar, quais são os temas empíricos relevantes para o estudo, visando aprofundar o entendimento sobre os aspectos intrínsecos da área investigada. Em segundo, é indispensável uma fundamentação sólida em conceitos e teorias importantes de serem apreendidas para embasar o estudo. Por fim, a seleção apropriada de métodos e ferramentas torna-se essencial para medições precisas e análises das áreas temáticas definidas (Fiege et al., 2019).

Considerando então o presente estudo sobre o Parque Natural Municipal das Águas Escondidas e o Termo de Referência elaborado, é crucial entender a gênese e os nuances dos conceitos de unidade de conservação, particularmente ao discernir a categoria exata em que a unidade em estudo se enquadra dentro do Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Adicionalmente, é vital pensar no conceito de "território", pois isso nos permite desvendar a dinâmica da região, identificando os principais agentes atuantes e suas inter-relações.

Ao estabelecer as demarcações e entendimentos, torna-se crucial identificar e articular com os agentes territoriais que podem contribuir significativamente para a pesquisa. Esta busca não se limita apenas a uma visão institucional, envolvendo órgãos como prefeituras, mas estende-se a outras vozes, desde indivíduos locais até organizações que operam no território. Trabalhar com uma variedade tão diversificada de contribuintes não só enriquece a análise, mas também aprofunda o entendimento do contexto. Entretanto, é fundamental reconhecer e trabalhar dentro das limitações inerentes à minha posição como pesquisador, sempre com o intuito de integrar estas perspectivas ao núcleo do estudo.

Quando se trata da metodologia, a definição de como serão realizadas tanto a revisão bibliográfica quanto as abordagens de estudo de campo é vital. A pesquisa bibliográfica será estruturada de maneira sistemática, buscando compilar e analisar informações teóricas relevantes para o tema. No âmbito do estudo de campo, a abordagem priorizará a coleta de depoimentos e vivências das pessoas relacionadas ao território em questão. Dada a ênfase em incluir múltiplas vozes e perspectivas, permitindo uma integração mais profunda e significativa destes relatos ao estudo.

A partir do estabelecimento destas áreas temáticas e seguindo os passos da Pesquisa Orientada para Ação de Decisão, foi elaborado o seguinte quadro contendo as áreas temáticas, bem como quais questões serão analisadas e a partir de qual fonte:

Quadro 1 – Quadro de áreas temáticas

Área Temática	Questões a Analisar	Fontes de Informação
Conceito de Unidade de Conservação	O que é uma unidade de conservação? Como a unidade em estudo se enquadra dentro do SNUC?	- Legislação Vigente - Pesquisa teórica
Conceito de Território	O que é território no contexto da pesquisa?	- Pesquisa a partir dos referenciais teóricos
Pesquisa de Campo	Por que um estudo de campo? Como os depoimentos e vivências serão coletados?	- Observação participante - Metodologias para entrevista
Revisão Bibliográfica	Como será estruturada a revisão bibliográfica?	- Base de dados acadêmicas - Estudos Técnicos - Legislação - Notícias

Fonte: Produção do próprio autor, 2023

3.1 Conceito de Unidade de Conservação

A conservação da biodiversidade e de áreas naturais é um tema que remonta a sociedades antigas, muito antes das formulações legislativas modernas. A criação de áreas protegidas não é uma novidade do século XIX. De fato, históricos relatam a existência de "reservas de caça" instituídas pelos Assírios e Persas e de "florestas sagradas" na Índia e na Rússia desde o século IV a.C. (Davenport; Rao, 2002 *apud* Leuzinger et al., 2020). Em algumas dessas florestas, era até mesmo proibida a presença humana. Essa tradição de áreas protegidas tem evoluído e se adaptado ao longo dos séculos, refletindo as mudanças na relação entre humanidade e meio ambiente.

O marco moderno no contexto da proteção de áreas naturais contra os impactos negativos da ação humana se consolidou com a criação do Parque Nacional de *Yellowstone* em 1872. Este parque, situado nos Estados Unidos, foi estabelecido para preservar sua vasta gama de características naturais. Sua instituição não apenas representou um significativo avanço nas questões ambientais

globais, mas também sentou as bases para futuras iniciativas de conservação em outros locais (Leuzinger et al., 2020; Milano, 2001; Philips, 2020).

Nesse período histórico, o movimento ambientalista já estava robustamente estabelecido em vários países. Nos Estados Unidos, esse movimento encontrou-se dividido em duas vertentes principais. De um lado, estavam os preservacionistas, que defendiam fervorosamente a criação de parques nacionais como mecanismo para conter a degradação ambiental em várias regiões. Essa degradação era uma consequência direta da expansão agrícola, atividades minerárias, crescimento urbano, construção de estradas de ferro, entre outras atividades. Por outro lado, estavam os conservacionistas, que argumentavam em favor de um uso racional dos recursos naturais, enfatizando a importância de evitar o desperdício. Ambas as perspectivas, embora distintas em seus princípios, evidenciavam um crescente interesse na conscientização sobre a importância de proteger e gerenciar o ambiente natural (Franco, 2000 *apud* Leuzinger et al., 2020).

No entanto, como todos os conceitos globalizados, ao chegar no Brasil, a ideia de UCs passou por uma metamorfose, moldando-se às complexidades e particularidades do país. Segundo a Lei 9.985/2000 (Brasil, 2000), o Brasil estabeleceu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC). Esta legislação divide as UCs em categorias, nomeadamente Unidades de Proteção Integral e Unidades de Uso Sustentável. Enquanto a primeira busca a conservação inalterada da natureza, a segunda procura uma coexistência entre a humanidade e o meio ambiente, priorizando práticas sustentáveis.

Conforme o SNUC, unidade de conservação (UC) é conceituada como "o espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias de proteção" (Brasil, 2000).

Estas unidades estão divididas em dois grupos principais. O primeiro é o de Unidades de Proteção Integral, cujo objetivo é a preservação da natureza, permitindo apenas o uso indireto dos recursos naturais. Nesse grupo estão incluídas: Estação Ecológica, Reserva Biológica, Parque Nacional, Refúgio de Vida Silvestre e Monumento Natural.

O segundo grupo é o das Unidades de Uso Sustentável, que permite uma harmonização entre a conservação da natureza e o uso sustentável dos recursos. As categorias que compõem este grupo são: Área de Proteção Ambiental, Área de Relevante Interesse Ecológico, Floresta Nacional, Reserva Extrativista, Reserva de Fauna, Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Reserva Particular do Patrimônio Natural (SNUC).

A Unidade de Conservação em questão neste estudo é o Parque Natural Municipal das Águas Escondidas. Dentro da legislação mencionada, este tipo de unidade está prevista no parágrafo 4º do art. 11 que determina que o Parque Nacional quando estabelecido pelo município será denominado “Parque Natural Ambiental”. O mesmo artigo ainda destaca que parques nacionais são patrimônios públicos, e qualquer área privada contida dentro de seus limites deve ser devidamente desapropriada conforme as normativas legais. Além disso, visitas ao parque são regulamentadas e sujeitas a diversas normas, incluindo as estabelecidas pelo plano de manejo da unidade e outras disposições do órgão administrativo responsável.

Cabe ressaltar, também, que conforme já exposto, antes de ser um parque a área era considerada um Área de Proteção Ambiental. Uma APA difere de um parque por ser uma categoria de Unidade de Conservação de uso sustentável, e não de proteção integral. Além disso, se difere fundamentalmente em sua forma de gestão e ocupação: enquanto os parques, especialmente os de proteção integral, têm restrições mais severas à presença humana e ao uso direto dos recursos, as APAs permitem certo grau de ocupação humana e atividades econômicas sustentáveis. Outra diferença é um parque, além de objetivar a conservação de ecossistemas naturais, prevê a desapropriação de terras privadas inseridas em seus limites.

Esta mudança é indicativa dos possíveis conflitos surgidos de tal transição, reforçando a necessidade de uma avaliação crítica das unidades de conservação. A transição de uma APA para a categoria de parque não é trivial e pode acarretar em impasses, visto que ambas as categorias possuem diretrizes e objetivos distintos. Tal mudança exige uma reflexão aprofundada, sobretudo no que tange à gestão e uso do espaço, equilibrando conservação e desenvolvimento.

Segundo Quijano (1988 *apud* Costa, 2012), a distinção entre os conceitos de privado e público, como são atualmente concebidos na América Latina, situa essas sociedades em molduras que não necessariamente se alinham às realidades cotidianas de todos os seus membros. O binômio privado-público, em sua visão, revela duas facetas da razão instrumental, as quais mascaram as relações dos agentes sociais que competem pelo controle do capital e poder.

As formas de propriedade enraizadas nas tradições dos povos autóctones brasileiros se distanciam dessa lógica instrumental dominante, que costuma operar com base na dicotomia entre o privado e o público (Costa, 2012). Para esses povos, o território é não apenas um espaço de reprodução econômica mas, também, um campo profundo de significados, representações e mitos (Diegues & Arruda, 2001 *apud* Costa, 2012). Esta ligação íntima com a terra contrasta diretamente

com a abordagem das unidades de conservação que, muitas vezes, ao serem criadas, ignoram as complexidades destas relações ali já existentes e resultam em conflitos.

Desta maneira, críticas tem surgido bem como o debate sobre racismo ambiental (Costa, 2012) torna-se cada vez mais proeminente. Trata-se um tema relevante que reflete a dimensão das injustiças socioambientais sofridas por grupos vulneráveis. Em sua essência, o racismo ambiental no Brasil refere-se às consequências sociais e ambientais que impactam de forma desigual as etnias mais vulneráveis. Notavelmente, esta questão não se limita apenas às ações deliberadamente racistas, mas também às que, intencionalmente ou não, resultam em consequências desproporcionais a esses grupos (Costa, 2012).

A realidade brasileira apresenta inúmeros exemplos de deslocamento de comunidades tradicionais e urbanas, tanto pela expansão de grandes projetos empresariais como pela criação de áreas de conservação. A relação intrínseca dessas comunidades com seus territórios é um aspecto central, pois não se trata apenas de uma conexão econômica, mas também cultural, recheada de simbolismo e tradição. As ações do governo, muitas vezes, sob o pretexto de conservação ou desenvolvimento, desterritorializam essas populações de seus espaços tradicionais, afetando seu modo de vida e comprometendo sua autonomia.

Assim, o estabelecimento unidades de conservação, por exemplo, podem ser visto sob uma perspectiva crítica como um instrumento de racismo ambiental, dada sua consequência adversa sobre etnias já em situação de vulnerabilidade.

Portanto, é fundamental, portanto, uma revisão profunda do conceito de território ao se pensar em unidades de conservação. Isso envolve uma compreensão holística que considere os sistemas de representações, práticas, e as tradições dos povos que habitam e cuidam desses espaços, ao invés de simplesmente categorizá-los sob a ótica da razão instrumental.

3.2. Conceitos de Território

Território, conforme Milton Santos (2006), não é apenas uma porção de terra delimitada por fronteiras políticas. É, sobretudo, um espaço apropriado e usado, que se constrói e se transforma a partir das relações humanas e da interação com o meio ambiente. O território não é estático; ele é produto e produtor da sociedade, sendo constantemente redefinido por conflitos, acordos e significados sociais. Em sua proposta de uma "geografia nova", Santos (2006) enfatiza que é essencial compreender o território em sua totalidade, considerando todas as suas dimensões. Nesse

sentido, um território não é somente um espaço físico mas, também, um espaço de vivências, memórias e significados.

A questão do território, com seu potencial decolonial, tem sido amplamente discutida no contexto da América Latina. Notadamente, a geografia brasileira, embora tenha inicialmente ocupado uma posição marginal no movimento Modernidade/Colonialidade, posteriormente revelou sua relevância neste diálogo, em especial através das contribuições de geógrafos como Milton Santos (Santos, 2006 *apud* Haesbaert, 2021). Este, conforme citado anteriormente, redefine território não apenas como espaço físico, mas como um espaço de vivências, memórias e significados.

Dando destaque à perspectiva de Milton Santos sobre o território, ele construiu um olhar geográfico “terceiro-mundista”, antecipando aspectos hoje identificados como de(s)coloniais. Seu conceito de território evoluiu, desde sua associação com a materialidade até ser entendido como nosso "quadro de vida", ressaltando a fluidez do território e o poder das empresas na configuração territorial, superando até mesmo o poder dos Estados (Haesbaert, 2021).

A compreensão de território por Milton Santos não pode ser completamente entendida sem a análise de seus contínuos esforços para identificar e desvelar as estruturas econômicas subjacentes que moldam a espacialidade. Em muitos aspectos, Santos tentou desfazer os binarismos simplistas que tendem a dividir o campo do conhecimento geográfico. Seu enfoque transcendeu a análise puramente política do território, focando na relação multifacetada entre espaço, poder e sociedade. Santos também foi um pioneiro em integrar uma leitura do espaço que se distancia da lente eurocêntrica e busca situar o Brasil e a América Latina no centro de suas análises. Sua abordagem enfatiza a importância de compreender os territórios não apenas por suas representações políticas formais mas, também, por suas manifestações culturais, simbólicas e vivenciadas.

Em um contexto mais amplo, o trabalho de Milton Santos serve como um lembrete de que os territórios são, antes de tudo, construções sociais e culturais. A materialidade do espaço está intrinsecamente ligada às práticas e às percepções dos sujeitos que nele habitam. Santos, ao longo de sua carreira, dedicou-se a examinar como as dimensões econômicas, políticas e culturais se entrelaçam para formar territórios complexos e multifacetados.

Este reconhecimento da complexidade do território leva à necessidade de uma abordagem interdisciplinar, que combina a geografia com outras ciências sociais. Território, conforme conceituado por Haesbaert (2021), é tanto um espaço de resistência quanto de existência - uma resistência. Cruz Hernández (*apud* Haesbaert, 2021, p. 162) nos convida a enxergar os corpos como

territórios vivos, integrados na rede da vida. Esse olhar transcende as concepções geográficas tradicionais, trazendo para o debate a interconexão entre corpos, histórias e terras, e propondo uma relação ética com o "outro".

Considerando contexto da América Latina, fica explícito que a compreensão do território frequentemente ocorre em diálogo com os movimentos sociais, suas identidades e seu uso como instrumento de luta e transformação social. Diferente das abordagens anglo-saxônicas, que priorizam aspectos jurídico-políticos, na América Latina, o território ganha contornos de resistência, interagindo com a defesa da vida e uma ontologia terrena/territorial (Haesbaert, 2021).

O livro *Território e descolonialidade: sobre o giro (multi)territorial/de(s)colonial na “América Latina”* (Haesbaert, 2021) destaca que o território pode ser sintetizado em três abordagens principais:

- Abordagem Relacional Espaço-Poder: Considera o território como conceito geográfico central para analisar as relações espaço-poder, mas amplia a compreensão de poder e enfatiza sua dimensão simbólica, mergulhando na descolonialidade do poder, especialmente em suas dimensões étnico-cultural e de gênero
- Abordagem Corpo-Território: Enfatiza o território à escala do corpo, ressaltando o poder da corporeidade como objeto de exercício do poder e também como sujeito de resistência. Tal abordagem é influenciada por pesquisadoras feministas e pelo movimento indígena, que destacam a conexão entre corpo e território
- Abordagem Espaço de Vida: Amplia a concepção de território, equiparando-o ao espaço de vida, tanto humano quanto não-humano. A inspiração vem de trabalhos como o do antropólogo Arturo Escobar, que examina as comunidades afrodescendentes da região do Pacífico colombiano

O autor propõe que há um entrelaçamento entre os estudos territoriais e descoloniais, enfatizando a necessidade de abordagens críticas que ultrapassem o eurocentrismo. Zaragocin (2018) amplia essa noção ao enfocar o "corpo-território", especialmente na perspectiva feminista decolonial. Em sua análise, Zaragocin (2018) examina o conceito de “colonialidade de colonos”, baseada nos estudos de Wolfe (1999) e Veracini (2011, 2014) *apud* Haesbaert (2021). Este conceito ressalta a dimensão espacial das dinâmicas colonizadoras, evidenciando não apenas genocídios e etnocídios mas, também, uma “invasão estrutural” que visa a reapropriação do território (Haesbaert, 2021).

O amplo uso das designações território e territorialidade, ainda que fundamentado em práticas do senso comum, exige precisão conceitual. Haesbaert (2021) ressalta a necessidade de compreender que não são simplesmente as "partes do corpo" que geram territorialidades. A noção de "territorialidade" é intrinsecamente ligada ao indivíduo ou grupo, como evidenciado por Zaragocin (2018) e Cruz Hernández (2016) *apud* Haesbaert (2021), onde corpos e territórios são vistos como ontologicamente conectados.

Além disso, o território como espaço de afeto é vital para os processos de descolonização, como mencionado por Hutta (2020) e Rivera Cusicanqui *apud* Haesbaert (2021). O corpo torna-se fundamental nesse contexto, funcionando como um ponto central nos esforços de descolonização e repolitização do cotidiano.

Rogério Haesbaert (2021), em sua perspectiva, tece reflexões densas e profundas sobre a concepção de território. Seu entendimento vai além da simples definição de um espaço demarcado por limites geográficos ou políticos. O território é tratado como um *locus* de experiências, memórias, lutas e relações de poder que se manifestam de diversas maneiras, desde o corpo humano até a Terra enquanto totalidade, sobretudo quando compreendida a partir do legado moderno-colonial capitalista extrativista. Haesbaert também enfatiza a interconexão entre corpos, histórias e terras, propondo uma relação ética com o "outro".

Ao analisar o Parque Natural Municipal das Águas Escondidas é importante, também, pensar na reflexão do território a partir da correlação entre território e água. Percebemos que a água não é simplesmente um recurso natural ou um bem a ser gerenciado. Ela é um território em si, intrinsecamente ligado à terra e à vida. Panez (2018 *apud* Haesbaert, 2016) avança nessa discussão ao propor o conceito de "água-território", enfatizando que as discussões sobre a água muitas vezes falham ao não reconhecer sua profunda dimensão territorial. Neste viés, a água não é vista apenas como recurso, mas como parte integrante e inseparável do conceito de território.

As "lógicas de organización espacial", conforme propõe Panez (2018 *apud* Haesbaert, 2016), são fundamentais para compreender como as pessoas se relacionam com a água em diferentes contextos. Isso abrange desde as disputas pelo acesso e controle da água até as práticas culturais e espirituais associadas a ela. Algo a ser destacado levando em consideração todo o processo de criação desta unidade de conservação que tem a água como um fator de disputa central ao longo de toda sua história.

Zaragocin (2018b *apud* Haesbaert, 2016), por sua vez, traz uma perspectiva inovadora ao conectar a noção de corpo-território à de água-território. Ela sugere que a relação entre a água, o

corpo e o território não é apenas física ou geográfica mas, também, ontológica. Essa ligação intrínseca entre os corpos e a água aponta para uma concepção de território que é ao mesmo tempo física, emocional e espiritual.

Nesse contexto, o Parque Natural Municipal das Águas Escondidas não pode ser visto apenas como um espaço de conservação ambiental. Ele é um território onde a água, em sua dimensão mais ampla, desempenha um papel central. É um espaço de memórias, lutas e resistências, onde a relação entre seres humanos, **terra e água** se manifestam de maneiras complexas e profundas.

A consolidação da territorialidade de um grupo está intrinsecamente ligada ao grau de ameaça que este enfrenta de outros grupos (Haesbaert, 2021). Essas variações na ameaça e na reação a essa intimidação resultam em diferentes interpretações de território e territorialização. Nos povos originários da América Latina, a ameaça de desterritorialização tem sido intensa e dramática. Moira Millán, uma líder mapuche, classifica essa situação mais do que como um genocídio, chamando-a de "terrícido" (Millán *apud* Haesbaert, 2004).

Sem território, não há apenas a ausência do "meio de produção" (em uma visão capitalista) ou "cidadania" (sob a ótica da territorialidade estatal clássica); pode simplesmente não haver vida. Esse vínculo essencial entre os processos foi descrito por Haesbaert (2021), inspirado em Henri Lefebvre, como dominação e apropriação territorial.

O reconhecimento do território não como um mero recurso econômico, mas como um espaço sagrado e essencial para a vida, ressoa com as reflexões de Ailton Krenak em "Ideias para Adiar o Fim do Mundo". Krenak, líder indígena e ambientalista, destaca que o planeta não é uma mercadoria a ser explorada, mas sim um ser vivo com o qual temos uma relação recíproca. Para Krenak (2019), a Terra não é um objeto; ela é a extensão do nosso corpo e de nossa existência. Essa visão contrasta fortemente com a perspectiva dominante que vê o território como uma propriedade ou recurso a ser explorado. Em sua obra, Krenak critica a maneira como a sociedade contemporânea tem tratado o planeta e convida seus leitores a se reconectarem com a natureza. A ideia de território como algo que "é" ao invés de algo que se "tem".

Outra contribuição relevante para o trabalho na questão do território são as reflexões de Nego Bispo. Em sua obra, a questão do território é central para a compreensão das lutas dos povos indígenas e quilombolas contra a colonização. Ele destaca que a expropriação dos territórios não se dá apenas no campo material, mas também no mundo simbólico, no imaterial: na cultura, nas danças, na língua, nos símbolos, na diversidade e nas divindades (Santos, 2015).

Nego Bispo (2015), em sua obra “Colonização, quilombos: modos e significados”, aborda a territorialidade a partir da perspectiva dos quilombolas, comunidades descendentes de escravos africanos que se estabeleceram em áreas rurais isoladas no Brasil após a abolição da escravatura. Para Nego Bispo, o território não é apenas um espaço físico, mas também um espaço de memória, resistência e identidade. Ele destaca a importância do território como um lugar de pertencimento, onde as comunidades quilombolas podem preservar suas tradições, cultura e modo de vida. A territorialidade quilombola é vista como uma forma de resistência contra as opressões históricas e contemporâneas, e o território é fundamental para a sobrevivência e continuidade dessas comunidades.

Para Bispo (Santos, 2015), a luta pela terra é uma das principais formas de resistência desses povos, que buscam preservar suas tradições e modos de vida diante da ameaça da colonização. Além disso, Nego Bispo, também, destaca a importância da territorialidade para a construção da identidade desses povos. Em sua obra, ele aborda a relação entre a terra e a cultura, destacando como a expropriação dos territórios afeta não apenas a subsistência desses povos, mas também sua identidade cultural (Santos, 2015). Para Bispo (Santos, 2015), a luta pela terra é, portanto, uma luta pela preservação da cultura e da identidade desses povos.

Outro aspecto importante abordado por Nego Bispo (Santos, 2023) em relação à questão do território é a disputa pelo controle dos recursos naturais. Em sua obra, ele destaca como a colonização tem como objetivo a expropriação dos recursos naturais dos territórios ocupados pelos povos indígenas e quilombolas, o que gera conflitos e disputas territoriais. A luta pela terra é, portanto, também uma luta pelo controle dos recursos naturais e pela preservação do meio ambiente.

Tanto o adestrador quanto o colonizador começam por desterritorializar o ente atacado quebrando-lhe a identidade, tirando-o de sua cosmologia, distanciando-o de seus sagrados, impondo-lhe novos modos de vida e colocando-lhe outro nome. O processo de denominação é uma tentativa de apagamento de uma memória para que outra possa ser composta. (Santos, 2023, p. 2)

Neste sentido, é importante abordar o conceito de desterritorialização que é um fenômeno complexo e multifacetado que pode afetar de forma significativa as comunidades locais, especialmente aquelas que são consideradas não-hegemônicas.

Segundo Nates (2010 *apud* Haesbert, 2021), a desterritorialização pode ser entendida como a perda dos limites territoriais criados a partir de códigos culturais historicamente localizados. Isso significa que a desterritorialização pode levar à perda de conexão com o território e com as práticas

culturais associadas a ele, o que pode afetar diretamente a vida das pessoas que dependem do território para sua subsistência e reprodução social.

Além disso, a desterritorialização pode ter implicações políticas e sociais significativas, uma vez que pode levar à exclusão e marginalização das comunidades locais que são afetadas por ela. Como destaca Milton Santos (2000 *apud* Haesbart, 2021), a desterritorialização é um processo que afeta principalmente os grupos subalternos, que são os mais vulneráveis às mudanças territoriais impostas pelas forças hegemônicas. Nesse sentido, é fundamental levar em conta as perspectivas e experiências das pessoas afetadas pela desterritorialização e incluí-las no processo de elaboração de políticas públicas que visem proteger seus direitos e interesses.

Rogério Haesbaert (2021), em sua obra, desafia a ideia tradicional de desterritorialização como um simples processo de perda ou dissolução de territórios. Em vez disso, ele propõe uma visão mais complexa e dinâmica, na qual a desterritorialização e a reterritorialização ocorrem simultaneamente e estão intrinsecamente ligadas. Para Haesbaert, a desterritorialização não implica necessariamente em uma "ausência" de território, mas em uma transformação ou reconfiguração do mesmo.

A reterritorialização, conforme proposto por Haesbaert, é o processo complementar à desterritorialização. Enquanto a desterritorialização envolve a dissolução ou transformação de territórios, a reterritorialização envolve a criação ou reconfiguração de novos territórios. Estes novos territórios podem surgir como resposta a processos de desterritorialização, e são moldados por novas relações sociais, culturais e políticas. A reterritorialização, portanto, não é apenas uma reação, mas um processo ativo de construção e reconfiguração territorial (Haesbaert, 2021).

Haesbaert (2021) enfatiza a interconexão entre desterritorialização e reterritorialização, argumentando que elas não são processos isolados, mas partes de uma dinâmica contínua de transformação territorial. Esta perspectiva desafia as impressões tradicionais que veem a desterritorialização como um fim em si mesma. Em vez disso, Haesbaert propõe que a desterritorialização e a reterritorialização são dois lados da mesma moeda, e que a compreensão de uma requer a consideração da outra (Haesbaert, 2021).

A territorialidade quilombola, como descrita por Nego Bispo (2015), pode ser vista como um exemplo de reterritorialização mencionada por Haesbaert. Enquanto as forças da globalização e da modernização podem ameaçar a existência e a cultura dessas comunidades, elas também encontram maneiras de reafirmar sua conexão com a terra e de resistir às tentativas de deslocamento e assimilação.

A criação do Parque Natural Municipal das Águas Escondidas pode ser vista sob a lente da desterritorialização proposta por Haesbaert (2021). A transformação de uma Área de Proteção Ambiental (APA) em um parque natural implica em uma reconfiguração do território, tanto em termos de uso quanto de significado. Esta mudança, impulsionada por fatores como urbanização, pressões ambientais e políticas de conservação, não representa apenas uma perda ou deslocamento do território anterior, mas uma transformação contínua que envolve aspectos materiais e simbólicos. No contexto do Parque, a desterritorialização pode ser observada nas mudanças de uso da terra, nas políticas de gestão e na relação das comunidades locais com o espaço.

A desterritorialização e a reterritorialização no Parque Natural Municipal das Águas Escondidas são processos interconectados que refletem a dinâmica contínua de transformação territorial. A criação do Parque não é um fim em si mesma, mas parte de uma série de transformações que o território tem experimentado ao longo do tempo. A compreensão desses processos é essencial para garantir que as políticas e práticas adotadas no Parque respeitem e valorizem as histórias, memórias e relações que moldam o território.

Ao integrar a discussão sobre território, desterritorialização e reterritorialização com o contexto específico do Parque Natural Municipal das Águas Escondidas, podemos obter uma compreensão mais profunda das complexas dinâmicas territoriais em jogo e das implicações dessas transformações para as comunidades locais e para o meio ambiente.

Diante da profundidade das implicações dessas dinâmicas, percebi a necessidade de transcender as meras análises teóricas ou dados secundários. A realidade de tais territórios, frequentemente, revela nuances que o papel não consegue capturar. Por isso, acredito na importância de uma pesquisa de campo, um instrumento crucial para integrar as vozes daqueles que vivem e respiram o contexto territorial diariamente.

Sendo eu mesmo morador do bairro onde o parque está situado, posso uma vivência intrínseca que me permite não apenas observar, mas também compreender as complexidades do ambiente. Esta conexão pessoal com o território fortalece minha determinação em realizar esta pesquisa de campo, garantindo que as perspectivas autênticas sejam ouvidas e representadas em minha dissertação. No tópico subsequente, detalharei a metodologia e abordagem que pretendo adotar para tal empreitada.

3.3. Pesquisa de Campo

A compreensão dos espaços e das pessoas que os habitam requer mais do que uma análise distante ou teórica. Ao mencionar “pesquisa de campo”, é válido explicitar que não me refiro apenas à recolha de dados em seu estado bruto. É uma vivência, um diálogo contínuo e, principalmente, um ato de escuta. Como já mencionado no início do trabalho, minha vivência enquanto morador do bairro foi algo que me motivou desenvolver a pesquisa.

Ao longo dos anos, construí relações, memórias e compreensões sobre este espaço que vão além de uma relação com o acadêmico. Como já mencionado, desde que me mudei para o bairro, o Parque Natural Municipal das Águas Escondidas tem sido um cenário recorrente em minha vida. É a vista da minha varanda.

Assim que me mudei para o bairro, em agosto de 2020, comecei a realizar caminhada com minha cachorra, Katara. Foi em uma dessas andanças que um homem, trabalhador de um lava-jato situado defronte a uma das entradas do Parque, precisamente na rua onde eu morava, me sugeriu entrar e ver o interior daquele espaço, garantindo que havia muito a ser visto. Esta sugestão, que parecia simples, revelou-se um portal para um universo de histórias e conexões.

Não demorou muito para que as minhas caminhadas fossem aprofundadas com informações locais. Um morador próximo à outra entrada do Parque me ofereceu uma breve introdução ao espaço, me explicando como chegar nas ruínas. Após um tempo, conheci o Residente Local, meu vizinho e que possui uma mercearia local, e frequentemente conversamos não apenas sobre nosso cotidiano, mas também sobre questões intrincadas do parque - como o problema da água da nascente que, durante as chuvas, corre livremente pelas ruas há muitos anos. O Líder Religioso da paróquia do bairro, com quem mantive contato, chegou a compartilhar um estudo detalhado sobre o parque, incluindo vídeos intrigantes de túneis ocultos. Meu vizinho Residente Local, com sua narrativa envolvente, reforçou esta última informação, explicando existência de túneis misteriosos por lá.

Assim, a minha curiosidade foi crescendo. Na própria *internet* encontrei histórias sobre o espaço, em especial o Morro da Boa Vista, que está nas delimitações do parque. Eventos insólitos, como o "mistério das máscaras de chumbo", que ganhou destaque nacional no programa "Linha Direta" (2004), e descobertas como o fato de cenas da novela "A Viagem" (1994) terem sido gravadas ali, foram fatos que fui descobrindo sobre o local. Essa trajetória investigativa foi se desdobrando naturalmente conforme os dias passavam.

Sobre o mistério das máscaras de chumbo, cabe destacar que este caso envolveu a morte misteriosa de dois homens encontrados com máscaras de chumbo nos olhos. O evento, que ocorreu no Morro da Boa Vista, ganhou destaque nacional e é objeto de diversas teorias, incluindo envolvimento com OVNIs e práticas esotéricas (O Dia, 2021). As informações sobre este caso estão simplesmente marcadas no sistema de georreferenciamento Google Maps.

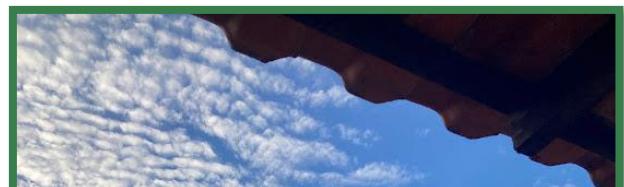


Figura 5: Vista da varanda da minha casa voltada para o Parque. Fonte: acervo pessoal do autor.



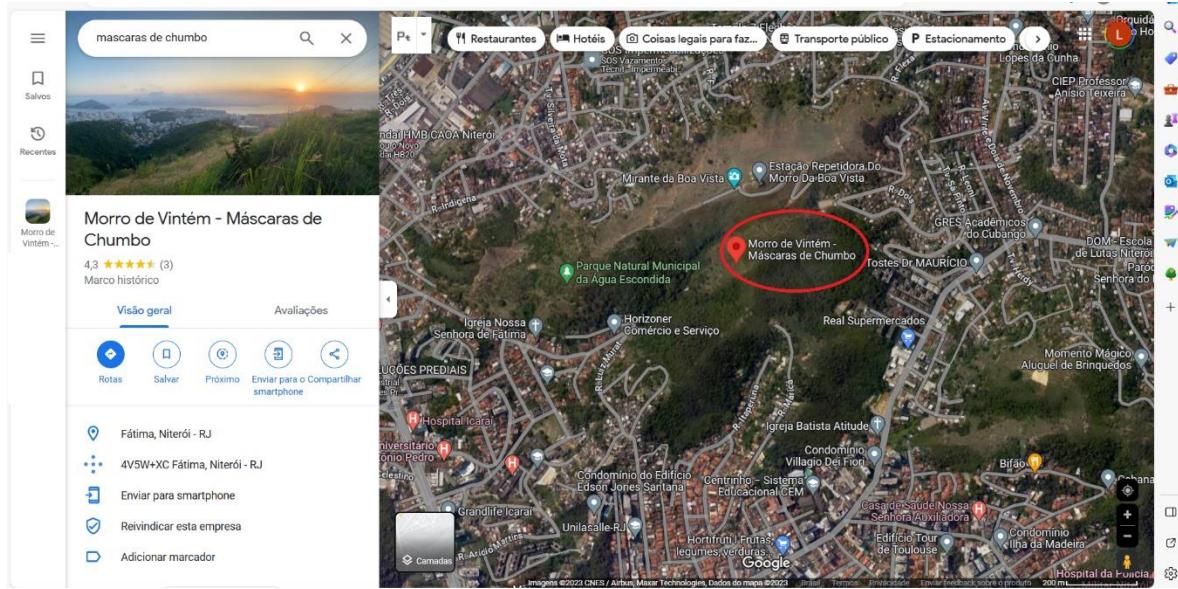


Figura 6: Captura de tela do sistema de georreferenciamento Google Maps mostrando a marcação referente ao "mistério das máscaras de chumbo" no Morro da Boa Vista. Fonte: Google Maps. Data da captura de tela: 01 de outubro de 2023.

Essa dualidade, de pesquisador e residente, oferece um posicionamento privilegiado e sinto que pode ser melhor desenvolvido através de uma pesquisa de campo com estes indivíduos com quem eu converso e convivo. Minha familiaridade com o espaço, e mais crucialmente, com as pessoas, permite um acesso mais genuíno a suas histórias, percepções e sentimentos. Conheço as ruas, os sons, os aromas, mas, acima de tudo, conheço as pessoas.

De certa forma, já venho realizando uma pesquisa informal através dessas conversas e descobertas. No entanto, ao olhar os estudos técnicos do município, notei a falta dessas histórias locais. Além disso, no decorrer do levantamento sobre a questão do território e sobre a criação de unidades de conservação, fica explícito a necessidade destas escutas para evitar possíveis desterritorializações daquele espaço que está passando por mudanças institucionais.

Antonio Bispo dos Santos (1959-2023), uma figura proeminente quando falamos de tradições e sabedoria ancestral, descreve-se como um "tradutor". Desde jovem, foi-lhe confiada a importante tarefa de converter a rica sabedoria oral de seu povo para a forma escrita. Esta habilidade não foi apenas uma questão de preservação cultural, mas também uma forma de mediar as relações com um Estado que, por vezes, manifesta sua violência através da invalidação da oralidade (Santos, 2023). Assim, somos lembrados da vitalidade e relevância dos discursos orais, e da necessidade de reconhecê-los e valorizá-los no contexto acadêmico e social.

Assim, minha metodologia se desenvolverá em dois eixos principais: entrevistas e observação. As entrevistas permitirão a coleta de narrativas, memórias e opiniões através de conversas, enquanto a observação proporcionará uma compreensão mais aprofundada dos usos, significados e transformações do espaço. Juntos, esses métodos permitirão uma análise multifacetada da pesquisa, potencializando até a própria pesquisa bibliográfica que será realizada posteriormente.

3.4. Metodologia da Revisão Bibliográfica

Outra metodologia escolhida para este estudo é a revisão bibliográfica. Esta técnica consiste em buscar informações em fontes documentais, como artigos científicos, teses, dissertações e relatórios técnicos, com o objetivo de identificar o estado da arte do tema estudado, os principais conceitos e teorias, as lacunas de conhecimento e as possibilidades de pesquisa futura. De acordo com Vergara (2016 *apud* Oliveira, 2011, p. 41):

Segundo Vergara (2000), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído, principalmente, de livros e artigos científicos e é importante para o levantamento de informações básicas sobre os aspectos direta e indiretamente ligados à nossa temática. A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de fornecer ao investigador um instrumental analítico para qualquer outro tipo de pesquisa, mas também pode esgotar-se em si mesma.

Para a busca das referências bibliográficas, foram utilizados como base de dados o Google Acadêmico e a base de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que é uma plataforma que disponibiliza acesso a diversas revistas científicas nacionais e internacionais. Além disso, foi realizada uma busca em livros que tratem sobre o histórico da área onde atualmente se situa o Parque Natural Municipal das Águas Escondidas.

4. PLANEJANDO A METODOLOGIA (FASE 3)

Após a fase de entendimento do contexto e definição de objetivos (fase 1) e da definição dos conteúdos da pesquisa (fase 2) sobre o Parque Natural Municipal das Águas Escondidas, a etapa subsequente é consolidar um planejamento concreto da metodologia, conforme abordado no manual “Configurar a Pesquisa em função da Prática Pesquisa Orientada para a Ação e Decisão (PAD)” de FIEGE et al. (2019). Esta Fase 3, relacionada ao planejamento dos métodos no processo PAD, é essencial para garantir uma pesquisa eficaz, detalhada e adaptada ao contexto do Parque.

4.1 Definição do Procedimento Metodológico

Segundo Fiege et al. (2019), antes de avançar na escolha da metodologia e dos instrumentos, é imprescindível refletir sobre diversos aspectos centrais. Um deles é o tipo de pesquisa. No contexto deste estudo, o objetivo não é combinar um estudo de campo e uma revisão bibliográfica detalhada. Esta escolha metodológica reflete a necessidade de entender tanto a teoria quanto a práticas relacionadas ao Parque.

Outra ponderação relevante envolve a questão da generalização dos dados. Conforme descrito por Fiege et al. (2019), é vital determinar se o objetivo é conduzir um estudo de caso específico ou se há a intenção de transferir os resultados para outras realidades. No caso do Parque Natural Municipal das Águas Escondidas, a pesquisa adota uma postura qualitativa, focando nas especificidades da área e evitando a generalização.

Os recursos disponíveis também têm um papel crucial na definição da metodologia, como apontado pelos autores (Fiege et al, 2019). Embora este estudo não conte com uma equipe extensa ou um orçamento abundante, a familiaridade do pesquisador com o Parque, por ser residente da região, torna-se um recurso valioso. Assim, embora os métodos PAD tipicamente se beneficiem de mais recursos, a abordagem adotada para este estudo é moldada para maximizar os recursos disponíveis.

Conforme já mencionado, este estudo, embora inspirado no PAD tradicional, representa uma adaptação que combina a estrutura proposta por Fiege et al. (2019) com a minha proposta acadêmica enquanto do pesquisador. Em vez de seguir rigidamente cada etapa como seria em uma configuração de equipe, adapta-se para acomodar a singularidade do contexto e a abordagem pessoal do pesquisador.

4.2 Definição de Unidade de Pesquisa

Ao nos debruçarmos sobre a investigação no Parque Natural Municipal das Águas Escondidas, o foco é dirigido para o entendimento das multifacetadas relações entre o parque e seus diversos *stakeholders*. Fiege et al. (2019) em seu Passo 2 da Fase 3 destacam a centralidade de identificar corretamente as unidades de observação relevantes, e é justamente esse processo meticuloso que determina a fonte primária de informações para a pesquisa.

Em pesquisas em Ciências Sociais, a ênfase é muitas vezes colocada em indivíduos como as unidades primárias de observação. No entanto, conforme elucidado por Fiege et al. (2019), essas

unidades podem variar e englobar grupos, organizações, e outras entidades, dependendo das questões centrais que a pesquisa procura responder. Neste contexto específico, o espectro das unidades de observação é amplamente diversificado.

Inicialmente, temos os moradores do entorno do parque, residentes do Bairro de Fátima onde resido. Essas são as pessoas que eu conheço pessoalmente que têm histórias e interações com o parque há mais tempo. Essas narrativas podem fornecer informações relevantes sobre a evolução da relação entre o parque e a comunidade circundante.

Além dos moradores, é evidente que existem indivíduos residentes dentro da Unidade de Conservação, conforme mencionado anteriormente. Eles são, sem dúvida, atores importantes de serem acessados uma vez que estão morando em uma área que após a recategorização da Prefeitura não pode mais ser habitado por pessoas.

Juntando-se a estas unidades de observação estão atores institucionalizados, cujo envolvimento e interação com o parque tem contornos mais formais e estruturados. O Especialista Técnico entrevistado que é Engenheiro Florestal da Companhia de Limpeza de Niterói – CLIN, que atua no reflorestamento da área há mais de 10 anos e o Líder Religioso da Paróquia Nossa Senhora de Fátima que atua na região também, por exemplo, oferecem um olhar a partir de uma perspectiva institucional. Eles podem elucidar sobre as intervenções, desafios, sucessos e aspirações em relação ao parque, fornecendo assim uma visão holística do cenário.

É crucial evitar a "falácia ecológica", como bem alertado por Fiege et al. (2019), garantindo que as interpretações e conclusões derivadas de grupos não sejam incorretamente aplicadas a indivíduos e vice-versa. Em conclusão, a escolha e definição precisas das unidades de observação, alinhadas à abordagem proposta por Fiege et al. (2019), formam o alicerce sobre o qual a pesquisa sobre o Parque Natural Municipal das Águas Escondidas é construída, garantindo uma compreensão abrangente e profunda das complexas relações entre o parque e seus múltiplos *stakeholders*.

4.3 Instrumentos para a coleta de dados

Neste cenário, para a pesquisa no Parque Natural Municipal das Águas Escondidas, um estudo de campo qualitativo será aplicado, optando pela entrevista como principal ferramenta. Esta escolha está alinhada com as recomendações de Fiege et al. (2019), que pontuam a entrevista como um instrumento amplamente utilizado em diversas abordagens e metodologias de pesquisa. Neste cenário, o estudo de campo terá a entrevista como principal instrumento de coleta de dados.

Seguindo as recomendações de Fiege et al. (2019), a escolha da entrevista se justifica pela sua versatilidade e adequação a diferentes metodologias.

Como bem mencionado por Fiege et al., a entrevista qualitativa é orientada para captar a visão subjetiva dos entrevistados. Ela é caracterizada por sua abertura e flexibilidade, priorizando perguntas que expliquem as vivências e experiências dos participantes. Esta abordagem vê o entrevistado como um participante ativo no processo de pesquisa, o que pode influenciar os resultados.

Dependendo dos objetivos da pesquisa e dos recursos disponíveis, a entrevista pode ser estruturada de diferentes maneiras, porém, em estudos de campo como o proposto, é frequentemente aconselhado usar entrevistas orientadas por um guia. Os instrumentos de coleta de dados, como destacado pelos autores (Fiege, et al., 2019), são ferramentas cuja eficácia é determinada pela sua adequação ao contexto da pesquisa. Ao escolher um instrumento, deve-se levar em conta variáveis como o público-alvo, objetivos, entre outros.

Dado o contexto e as diretrizes propostas sobre a natureza flexível e aberta da entrevista qualitativa, as entrevistas planejadas para este estudo serão conduzidas de forma aberta. Estas se centrarão em três perguntas-chave, que servirão como ponto de partida para aprofundar a discussão com os entrevistados. As perguntas são:

- Qual é sua relação com o Parque Natural Municipal das Águas Escondidas (PNMAE)?
- Como e quando ficou sabendo da recategorização da unidade?
- O que espera desta recategorização?

Contudo, vale ressaltar que, durante as entrevistas, dependendo do fluxo da conversa e das respostas dos entrevistados, novas perguntas ou desdobramentos dessas questões principais poderão surgir. Dessa maneira, o formato aberto não se limita apenas às três perguntas iniciais, mas também acolhe variações, permitindo a adaptação e flexibilidade ao longo da interação. Esta abordagem alinha-se à visão a entrevista qualitativa é vista como um espaço de diálogo e troca, em que o entrevistado é um participante ativo no processo de pesquisa, influenciando e moldando a direção da conversa (Fiege et al. 2019). Assim, espera-se que os participantes se sintam à vontade para compartilhar suas vivências, experiências e percepções, proporcionando dados ricos e profundamente contextualizados.

Para a coleta de depoimentos durante a pesquisa de campo, foi imprescindível a elaboração de um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Este instrumento é fundamental para garantir a ética na pesquisa, assegurando que os participantes estejam cientes dos objetivos do estudo e concordem voluntariamente em participar. A elaboração do TCLE foi baseada nas diretrizes estabelecidas pela UFRRJ.

Além disso, fiz modificações específicas relacionadas à autorização do uso de vídeos e fotos dos informantes. Considerando que as entrevistas seriam gravadas apenas em áudio, para posterior análise e transcrição, optei por excluir qualquer menção a registros visuais. Assim, o termo finalizado garante que não haverá utilização de imagens ou vídeos dos participantes, respeitando sua privacidade e garantindo a integridade da pesquisa. O TCLE elaborado, que é lido e assinado pelos participantes antes de cada entrevista, está disponível no Anexo I deste trabalho.

Importante ressaltar, no contexto deste estudo, a utilização de pseudônimos para todos os entrevistados é uma medida adotada para garantir a privacidade e a confidencialidade das informações compartilhadas. Este cuidado alinha-se com as normas éticas de pesquisa e visa proteger a identidade e a integridade dos participantes. Ao utilizar pseudônimos, asseguramos que as contribuições dos entrevistados possam ser exploradas de forma ética e responsável, sem expor dados pessoais. Este procedimento não apenas respeita o direito à privacidade dos envolvidos, mas também fortalece a confiança entre os pesquisadores e os participantes, criando um ambiente mais seguro e aberto para o diálogo e a troca de experiências.

Além das entrevistas, a observação participante é outra ferramenta que será empregada nesta pesquisa. Morando no bairro e tendo a oportunidade de observar o parque diariamente, essa técnica se torna fundamental. Fiege et al. abordam a observação como um método valioso que pode revelar aspectos até então não considerados e oferecer noções sobre o cotidiano.

Por fim, os autores também reforçam que combinar diferentes métodos pode compensar as desvantagens inerentes a cada abordagem. Neste sentido, além das entrevistas e observações que vão compor a pesquisa de campo do estudo, conforme já mencionado a Revisão Bibliográfica será também realizada.

4.4 Panorama Bibliográfico: da literatura acadêmica aos documentos de campo

A revisão bibliográfica constitui uma etapa crucial em qualquer pesquisa, pois fornece o alicerce teórico e contextual sobre o tema investigado. Ela envolve a análise cuidadosa e criteriosa

de trabalhos anteriores relacionados ao assunto de interesse, permitindo compreender o que já foi estudado, quais lacunas existem e como o presente estudo se insere nesse contexto mais amplo. Neste segmento, detalharemos as fontes consultadas e o processo pelo qual foram selecionadas e analisadas, focando no Parque Natural Municipal das Águas Escondidas.

A etapa de revisão bibliográfica envolveu uma abordagem multifacetada, na qual diversificamos as fontes de pesquisa para obter uma compreensão abrangente do tema. Utilizamos plataformas digitais consolidadas no meio acadêmico, como o Google Acadêmico e a base de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Esta última, em especial, nos ofereceu um vasto acervo de revistas científicas, tanto nacionais quanto internacionais. Adicionalmente, expandimos nossos horizontes para além dos artigos e periódicos, mergulhando em literaturas e obras que se debruçam sobre o contexto histórico, geográfico e socioambiental da região em que o Parque Natural Municipal das Águas Escondidas está inserido. Tal estratégia buscou enriquecer nossa base teórica, aliando conhecimentos tradicionais e contemporâneos para uma compreensão holística do objeto de estudo.

Compreendendo a importância de uma busca ampla e diversificada, também foram consultados repositórios de universidades e instituições de pesquisa que pudessem ter produções relacionadas ao Parque Natural Municipal das Águas Escondidas. Estes repositórios frequentemente abrigam teses, dissertações e trabalhos de conclusão de curso que, por vezes, abordam temas específicos e locais, e que não necessariamente aparecem em plataformas mais amplas de pesquisa acadêmica.

Foram utilizadas como termos de busca palavras-chave relacionadas ao assunto, como por exemplo: "parque natural municipal das águas escondidas", "unidades de conversação" e "Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC)". Além disso, o histórico de ocupação da área onde se localiza o Parque será considerado, sendo assim termos como "Morro do Vintém", "Área de Proteção Ambiental da Água Escondida" e "Chácara do Vintém" também foram pesquisados².

Para complementar a revisão bibliográfica, serão consideradas notícias de portais de notícias, redes sociais e veículos de comunicação institucionais sobre a questão do parque. Isso permitirá montar um panorama histórico sobre a criação da unidade ao longo do tempo.

² Segundo a Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Niterói (2020), a região do Parque Natural Municipal das Águas Escondidas, antes de ser conhecida por esse nome, era conhecida como Morro do Vintém e Chácara do Vintém. Disponível em: http://www.sma.niteroi.rj.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=6398:2020-02-06-16-34-13. Acesso em: 08 mar. 2024.

Após a coleta de referências bibliográficas, as fontes serão organizadas e selecionadas. Serão selecionados os artigos, notícias, livros e relatórios técnicos que mais se relacionem com o tema, levando em consideração a data de publicação.

Por fim, os resultados da revisão bibliográfica serão apresentados e discutidos, buscando-se identificar os principais aspectos relacionados ao tema do Parque Natural Municipal das Águas Escondidas, como sua criação, gestão, conservação da biodiversidade e utilização pública. A partir da análise dos resultados, serão elaboradas recomendações para futuras pesquisas e para a gestão do parque.

É importante destacar que a pesquisa bibliográfica não se limitará aos aspectos mencionados, mas vai buscar ampliar as fontes de informação a fim de obter um panorama completo sobre a unidade. A revisão bibliográfica será complementada com a análise de outros documentos relevantes, como relatórios, planos de manejo, documentos institucionais, entre outros.

Além das fontes já identificadas e discutidas anteriormente, é importante ressaltar que a pesquisa em campo, uma fase crucial deste estudo, proporcionará acesso a uma série de textos, documentos e relatos que não estão imediatamente disponíveis em fontes acadêmicas tradicionais ou na mídia. A experiência em campo, a imersão na realidade do Parque Natural Municipal da Água Escondida e as interações com os diversos atores envolvidos – sejam eles gestores, moradores locais ou visitantes – abrirão portas para uma compreensão mais profunda e multifacetada do objeto de estudo.

A abertura para coleta de documentos durante a fase de campo é estratégica. Muitas vezes, registros locais, relatórios técnicos de ações específicas, ou mesmo documentos informais, podem fornecer dados que complementam e enriquecem a visão obtida através das fontes já pesquisadas. Além disso, a interação direta com os indivíduos envolvidos pode levar à descoberta de materiais escritos, gravações, fotografias e outros registros que, de outra forma, poderiam passar despercebidos.

Após estabelecer a fundamentação teórica e a metodologia de pesquisa, cabe ressaltar que a pesquisa de campo foi realizada entre os dias 01 e 15 de setembro de 2023. Este período de coleta e imersão se mostrou essencial para compreender de forma mais próxima o Parque Natural Municipal das Águas Escondidas. As observações e relatos coletados durante esses dias deram origem ao próximo capítulo da dissertação, intitulado "Relatos e Vivências do Parque", onde se busca retratar, da forma mais fiel possível, as realidades e perspectivas do local e de seus frequentadores.

5. RELATOS E VIVÊNCIAS DO PARQUE

Escolhi iniciar este capítulo com um relato elaborado por mim, explicando um pouco do que foi a experiência de criar e recriar este processo de pesquisa, enquanto aluno do Programa de Pós-Graduação em Práticas em Desenvolvimento Sustentável, morador da região que estou estudando e do que é pesquisar a partir dessas condições. Desta forma, acredito também que ficará mais bem estabelecido o nexo causal que explica a escolha de conversar com as pessoas com quem conversei.

Dando continuidade a essa jornada, optei por utilizar métodos de observação como uma ferramenta para a coleta de dados e análise. A escolha por esse método não é aleatória; ela se alinha com as diretrizes propostas por Fiege et al (2019) em seu manual sobre Pesquisa Orientada para a Ação e Decisão (PAD). Segundo os autores, os métodos de observação oferecem "numerosas vantagens: podem ter em conta aspectos quotidianos e normais, contribuir para a compreensão do contexto" (Fiege et al, 2019).

Essa abordagem se torna especialmente relevante quando consideramos que estou não apenas estudando mas, também, vivendo na região em foco. A observação permite explorar essa imersão, capturando nuances que muitas vezes escapam a métodos mais estruturados de pesquisa. Além disso, a observação é frequentemente aplicada em conjunto com outros instrumentos, tornando a pesquisa mais robusta e multidimensional.

A observação também se alinha com a minha preocupação em entender as complexidades do território. Afinal, o território não é apenas um espaço físico, mas um campo de forças sociais, culturais e políticas. A observação me permite captar essas dinâmicas de forma mais orgânica, contribuindo para uma análise mais rica e contextualizada.

A partir dessa lógica, é importante entender que minha escolha por pesquisar o PNMAE se estabelece a partir da minha própria relação de entendimento do que seria desenvolvimento sustentável a partir das fontes que eu acessei ao longo dos meus estudos. No âmbito de uma das disciplinas do programa de mestrado, pude participação da organização do 11º Seminário Diálogos para a Prática do Desenvolvimento Sustentável: parcerias para a sustentabilidade, tendo sido responsável especificamente pelo painel que a princípio se chamava “Painel 8: Articulando potências: comunidades tradicionais e indígenas”.

A mediadora do painel foi a Mona Lima, pesquisadora contracolonialista, escritora, educadora e Doutoranda em Educação também pela UFRRJ, começou o debate renomeando o painel para “Painel Éjioníle - Articulando propósitos de envolvimento para adiar o fim de alguns mundos”.

Ela fundamentou essa mudança na numerologia dos orixás, onde o número oito é simbolizado por Éjioníle e é regido por Oxaguiã, Ogum e Xangô Airá.

Essa renomeação não foi apenas simbólica, mas também estabeleceu o tom para a discussão subsequente sobre o conceito de "envolvimento" em contraposição ao de "desenvolvimento". Ela articulou sua crítica ao desenvolvimento convencional, afirmando que "o desenvolvimento é um desconectar, como o Mestre Nego Bispo fala, é uma afastar das outras vidas e é a ter uma hierarquia" (11º Seminário Diálogos para a Prática do Desenvolvimento Sustentável, 2022)³. Ela contrastou essa visão com a de "envolvimento", que ela descreve como "a proposta do ser, do estar, do proteger e do compartilhar". Enquanto por outro lado existe o "(des)envolvimento", descrito como sintético, colonialista, um desconectar e um "afastar das outras vidas".

A mediadora também recorreu à tradição oral ao contar um Itã de Oxum, que ilustra a revolução das mulheres dentro da comunidade Yorubá. Esse Itã serviu como um poderoso exemplo de resistência e transformação, e reforçou a ideia de que o envolvimento é uma forma mais cosmológica e inclusiva de interação que respeita e valoriza todas as formas de vida.

Mona Lima (2022) articulou sua visão de envolvimento da seguinte forma:

Por que isso tudo? Porque é preciso a gente entender que o envolvimento percebe todas as vidas como importantes, que todos os seres merecem ser respeitados, ouvidos que são também nossos parentes, como o é meu parente o Coco Babaçu e o Rio que me criou e me ensinou. Eu só pude entender isso uma vez que eu vejo que o ser humano não vai ali fazer o domínio da natureza, na verdade, é uma relação de parentesco. Nossa matéria, afinal, é a mesma matéria e estamos sempre voltando, seja nessa corpa humana ou encantado em outras corpas, como a montanhas, os pássaros e o próprio vento. (Lima, 2022)

Finalmente, ela questionou o valor intrínseco de elementos naturais como o vento, a água e o tempo. Ela instigou os participantes a refletirem sobre essas questões, ressaltando que "o melhor lugar para guardar um peixe é no Rio". Ela também afirma que "o envolvimento acontece editando e reeditando os modos de existência historicamente compartilhado pelos povos e suas trajetórias nessa Terra Pindorama" (Lima, 2022).

Como pesquisador e morador do bairro do entorno da unidade de conservação em questão, minha relação com o território sempre foi pautada por um sentido de envolvimento. Esse envolvimento não é apenas físico, mas também emocional e intelectual. Ao longo da minha

³ Os trechos citados foram palavras proferidas pela pesquisadora contracolonial Mona Lima na qualidade de mediadora no contexto do 11º Seminário Diálogos para a Prática do Desenvolvimento Sustentável: parcerias para a sustentabilidade. Painel 8: Articulando potências: comunidades tradicionais e indígenas. YouTube, 3 de jun. de 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=EHKpeTqfhk8&t=517s>

pesquisa, fui percebendo que esse espaço é moldado não apenas por políticas públicas e decisões administrativas, mas também pelos desejos, aspirações e visões de mundo de todos aqueles que com ele interagem. Compreender essas múltiplas interpretações tornou-se um elemento crucial para o desenvolvimento do meu trabalho acadêmico.

Participei da 1^a Oficina Participativa para a elaboração do Plano de Manejo do Parque Natural Municipal da Água Escondida, organizada pela Prefeitura de Niterói. Durante o evento, foram apresentadas diversas propostas metodológicas para discutir coletivamente o futuro da unidade de conservação. Líderes comunitários, pesquisadores e moradores do entorno, como eu, tiveram a oportunidade de expressar suas opiniões. Foi nesse contexto que conheci o Líder Religioso e o Especialista Técnico, figuras que se tornaram colaboradores importantes na minha pesquisa de campo. Também tive acesso a um relatório fornecido pelo Instituto Mão na Jaca, que se mostrou essencial para o meu estudo.

Durante a oficina e nas entrevistas para o trabalho de campo, percebi que cada participante tinha uma visão única sobre o que seria ideal para a unidade de conservação. O Líder Religioso, por exemplo, vê o espaço como uma "cápsula do tempo" e acredita no potencial do turismo. O Especialista Técnico trouxe contribuições valiosas sobre reflorestamento e a importância das nascentes para a educação ambiental. Muitas pessoas imaginaram aquele espaço, por exemplo, como um lugar para a prática de esportes. Enquanto o Residente Local acredita que o espaço sirva para trazer mais segurança e vida para o Bairro de Fátima. Essas diferentes perspectivas são reflexo das diversas lógicas que todos nós carregamos em nossa existência, algo que fui aprendendo ao longo da minha pesquisa.

No entanto, a questão vai além das visões individuais e entra no campo político e institucional. Afinal o espaço foi recategorizado. Era uma coisa e virou outra e não só no universo das leis, mas em todos os outros mundos. Durante a oficina, questionei a Prefeitura sobre o planejamento para as pessoas que residem dentro da unidade de conservação. A resposta foi que cerca de nove famílias seriam indenizadas. Quando perguntei se essas famílias haviam sido convidadas para o evento, a resposta foi afirmativa, mas ninguém se manifestou como morador da unidade durante a reunião. Apenas escutei alguns cochichos de outros participantes dizendo "Convidar para que? Aquilo é invadido!". Esse movimento revelou para mim a necessidade de entender os processos de desterritorialização e a complexidade das relações estabelecidas nesse espaço.

A Prefeitura delineou uma série de propostas metodológicas para discutir coletivamente o destino da unidade de conservação. Entre as iniciativas apresentadas, uma que gerou particular controvérsia foi a criação de um lago artificial. Este não seria um lago comum, mas sim um elemento paisagístico integrado a um novo estacionamento planejado para o local a partir das nascentes. A ideia foi recebida com ceticismo pelos participantes, que questionaram o uso das nascentes apenas para fins estéticos, especialmente no contexto de um estacionamento, que já era visto como problemático em termos de sustentabilidade.

Além disso, isso incluiria a derrubada de algumas jaqueiras, árvores muitas vezes vistas como invasoras do ecossistema local no contexto de Mata Atlântica, mas que tem uma importância histórica e simbólicas para muitos. Esses pontos levantaram questões sobre os processos de desterritorialização e a necessidade de uma abordagem mais sensível e inclusiva.

Ao longo da minha pesquisa, comecei a notar que a recategorização da unidade de conservação em Niterói não era apenas uma questão de preservação ambiental ou desenvolvimento sustentável. Através do Estudo Técnico fornecido pela Prefeitura e de outras fontes, como notícias, percebi que havia um forte interesse econômico subjacente a essas decisões. Niterói conquistou o 4º lugar no ranking do ICMS Ecológico do estado, o que sugere que a cidade está ativamente buscando maximizar sua receita através deste mecanismo (Prefeitura de Niterói, 2023).

O ICMS Ecológico é um instrumento de política pública que tem o potencial de incentivar a preservação ambiental. No entanto, como Brito e Marques (2015) apontam, a eficácia deste instrumento depende de uma série de fatores, incluindo a forma como os recursos são alocados e utilizados. Em seu estudo, eles observam que a estrutura de distribuição do ICMS Ecológico varia de estado para estado e que, em média, apenas 6% do montante é alocado com base em indicadores ambientais.

Isso levanta questões críticas sobre a eficácia do ICMS Ecológico como um instrumento de política ambiental. Se o objetivo é realmente incentivar a preservação e o desenvolvimento sustentável, então é crucial que os recursos sejam alocados de forma que reflitam essas prioridades. Neste sentido, é necessário entender o risco de que o ICMS Ecológico seja utilizado para perpetuar lógicas coloniais ou para priorizar interesses econômicos em detrimento das realidades sociais e ambientais das comunidades afetadas.

Neste contexto, o ICMS Ecológico emerge como uma ferramenta ambígua. Por um lado, ele pode servir como um incentivo significativo para a preservação ambiental. Por outro lado, ele também pode ser interpretado como uma forma de "territorialização do capital", onde o valor

econômico do território é priorizado em detrimento das realidades sociais e culturais das comunidades que o habitam. Isso pode levar a processos de desterritorialização, onde as comunidades locais são deslocadas ou suas formas de vida são drasticamente alteradas.

Portanto, na hora de pensar sobre as ferramentas institucionais para incentivar práticas sustentáveis, é imperativo que elas sejam implementadas e gerenciadas de forma responsável e inclusiva. Isso requer uma abordagem multidisciplinar que leve em consideração não apenas fatores econômicos, mas também sociais e ambientais.

Neste sentido, venho percebendo que o território não é apenas um espaço físico delimitado por fronteiras geográficas, mas um complexo entrelaçamento de relações sociais, culturais e emocionais. Inspirado por teóricos como Milton Santos e Haesbaert (2006, 2021), comprehendo que o território é um espaço de "r-existência", onde resistência e existência coexistem. Este conceito se torna especialmente relevante quando consideramos as implicações da recategorização do Parque Natural Municipal da Água Escondida e a introdução do ICMS Ecológico como um mecanismo de incentivo à preservação ambiental.

A recategorização do espaço da unidade de conservação não é apenas uma mudança no universo das leis, mas também afeta todos os outros mundos que interagem com esse território. O planejamento para as pessoas que residem dentro da unidade de conservação, por exemplo, revela a necessidade de entender os processos de desterritorialização e a complexidade das relações estabelecidas nesse espaço. A desterritorialização não é apenas uma mudança física, mas também uma erosão das redes de significado, das práticas culturais e das formas de vida que definem um território.

É crucial, portanto, que qualquer tentativa de recategorizar ou redefinir o uso do território seja feita com extrema cautela, considerando não apenas os benefícios econômicos ou ambientais, mas também os impactos sociais e culturais. Afinal, o território é um espaço de memórias, lutas e resistências, onde a relação entre seres humanos, terra e água se manifesta de maneiras complexas e profundas.

No contexto da minha pesquisa sobre o Parque Natural Municipal das Águas Escondidas, em março de 2023, tomei a iniciativa de contatar a prefeitura por e-mail para solicitar informações cruciais. Este contato visava obter não apenas a gravação da 1ª Oficina Participativa, um evento chave para o entendimento das diretrizes do parque, mas também detalhes sobre o projeto de paisagismo do renomado escritório Burle Marx. A inclusão desses dados tinha o potencial de enriquecer significativamente a análise e discussão em minha dissertação, oferecendo uma

perspectiva mais aprofundada sobre as iniciativas de preservação e desenvolvimento paisagístico em curso.

A resposta da prefeitura, recebida apenas em outubro de 2023, destacou um desafio notável no acesso à informação pública, evidenciando uma demora que ultrapassou os prazos estabelecidos pela Lei de Acesso à Informação. Essa legislação, que visa garantir a transparência e a eficiência na comunicação entre órgãos públicos e cidadãos, estipula um prazo máximo de 30 dias úteis para respostas, um marco temporal que foi significativamente excedido. Esta situação impôs limitações críticas ao desenvolvimento da minha dissertação, restringindo a incorporação de informações atualizadas e relevantes que poderiam ter ampliado o escopo da análise e contribuído para uma discussão mais rica e embasada.

Este retorno de outubro tratou-se de um pedido de documentação adicional para processar minha solicitação, mas sem fornecer as informações específicas solicitadas. Providenciei a documentação requerida e reiterei meu pedido, expressando contínuo interesse nas informações do parque e questionando sobre um edital mencionado durante a oficina. Em novembro, a prefeitura compartilhou a apresentação da oficina, mas explicitou que o projeto do Burle Marx ainda estava em ajustes e o edital referia-se a um Termo de Referência para contratação de consultoria especializada, ainda não publicado.

Na nossa troca final de e-mails, a prefeitura indicou que o processo de licitação para a consultoria estava em análise interna, prometendo divulgar o termo e o chamamento para licitação em breve. Agradeci pela rápida resposta e pelo compartilhamento das informações, ainda que limitadas, destacando minha intenção de incorporar os novos dados na minha dissertação.

Na apresentação compartilhada pela prefeitura sobre a 1ª Oficina Participativa do Plano de Manejo do Parque Natural Municipal da Água Escondida, detalha-se a jornada do parque desde sua concepção como Área de Proteção Ambiental até sua recategorização. Destaca-se a importância da conservação do ecossistema local, a proteção das nascentes vitais para a região, o valor do patrimônio histórico dentro do parque, e o potencial turístico como uma ponte entre a comunidade e a unidade de conservação.

A metodologia proposta para o plano de manejo, inspirada nas diretrizes do ICMBio e do INEA, visa um manejo que respeite a vocação natural do parque, promovendo a conservação enquanto facilita a relação da comunidade com essa área verde central. A apresentação também aborda a importância de delinear os recursos e valores fundamentais do parque, destacando questões-chave como gestão, fiscalização, e o avanço da restauração ecológica.

O zoneamento da unidade de conservação é discutido, propondo áreas de conservação estrita, conservação moderada e zonas transitórias que contemplam tanto a proteção ambiental quanto a presença humana organizada. Este planejamento estratégico é crucial para equilibrar as necessidades de conservação com as atividades humanas, garantindo a sustentabilidade e o bem-estar da comunidade local.

Além disso, enfatizou-se o propósito da unidade de conservação, reiterando sua vocação e a importância de tornar a linguagem mais acessível ao público. Discutiu-se a significância do parque, identificando aspectos como a integração à Reserva da Biosfera da Mata Atlântica e a presença de ruínas históricas.

Foram destacados exercícios participativos de 15 minutos, onde os participantes definiram a Significância do parque e os Recursos e Valores Fundamentais, essenciais para a gestão futura. Questões-chave foram levantadas para focar em áreas críticas como gestão, fiscalização e avanço da restauração ecológica, essenciais para a implementação efetiva do plano.

Interessante destacar que estes momentos interativos foram essenciais para engajar os presentes e coletar reflexões para o plano de manejo, demonstrando a importância da participação ativa na gestão do parque. Este envolvimento direto ajuda a garantir que o plano de manejo reflita as necessidades e valores da comunidade, além de reforçar a conexão entre os cidadãos e o espaço natural. Tais atividades fomentam uma abordagem colaborativa para a conservação, crucial para o sucesso a longo prazo do parque, garantindo que ele continue a ser um recurso valioso para a região e para as gerações futuras.

Esta troca de mensagens, embora tenha finalmente levado à obtenção de algumas informações, destaca os desafios generalizados na coleta de dados oficiais, não apenas para pesquisadores, mas para todos os interessados na elaboração do plano de manejo. A lentidão nas respostas e a complexidade dos processos burocráticos sublinham a necessidade crítica de estabelecer uma comunicação mais ágil e transparente entre órgãos públicos e a comunidade. Tal abordagem é essencial para facilitar a participação efetiva e informada de todos os *stakeholders* em processos ambientais e comunitários significativos.

A troca de mensagens e a participação na oficina evidenciam a necessidade de uma comunicação contínua e aberta entre a prefeitura e todos os envolvidos na elaboração do plano de manejo, além do evento. A lentidão nas respostas e a burocracia destacam a importância de canais de comunicação mais ágeis e transparentes, essenciais para manter todos os stakeholders informados e engajados em todo o processo de gestão ambiental e comunitária do parque.

Uma outra fonte de informação que acessei foi o próprio site da Prefeitura de Niterói, que informa que está previsto um investimento de R\$ 400 milhões para transformar o centro da cidade, dos quais R\$ 14 milhões seriam destinados especificamente para o Parque Natural Municipal da Água Escondida (Prefeitura de Niterói, 2022), no contexto do projeto “Niterói 450”. Este programa foi lançado para celebrar os 450 anos da cidade e tem como objetivo promover uma série de melhorias urbanas e sociais. Portanto, o investimento no parque não é um evento isolado, mas parte de uma estratégia de desenvolvimento mais ampla que visa melhorar a qualidade de vida na cidade como um todo. Este dado sugere que há um projeto em andamento, embora, como mencionei anteriormente, não tenha conseguido acessar detalhes específicos desse projeto, apesar de múltiplas tentativas de comunicação com as autoridades responsáveis.

Em minha busca por informações adicionais sobre o Parque Natural Municipal da Água Escondida, descobri que o escritório de Paisagismo Burle Marx foi contratado para desenvolver o projeto paisagístico do espaço. Esta iniciativa faz parte do programa Niterói 450, sob o eixo de 'Sustentabilidade'.



Figura 7: Esboço do projeto para o Parque Natural Municipal da Água Escondida, conforme postado no Instagram do escritório Burle Marx. Fonte: Instagram do escritório Burle Marx (2022)

Segundo informações divulgadas pelo jornal O Globo, a prefeitura tem planos de investir cerca de R\$ 5,5 milhões para melhorar a infraestrutura do parque, que se estende por 62 hectares e abrange várias comunidades locais, incluindo São Lourenço, Cubango, Fonseca, Fátima e Pé Pequeno. O projeto também prevê a restauração de algumas ruínas e a recuperação de nascentes na área. No entanto, é importante ressaltar que, apesar dessas informações estarem disponíveis, não tive acesso ao projeto completo.

Além das informações obtidas através do jornal O Globo, encontrei mais detalhes sobre o projeto no Instagram do próprio escritório Burle Marx. A postagem apresentava uma prancheta com esboços do projeto, o que sugere que há um plano em desenvolvimento, embora detalhes específicos ainda não tenham sido divulgados ao público.

Esta falta de transparência é preocupante, especialmente considerando a importância do parque para a comunidade local e para a biodiversidade da região. A informação sobre o investimento, vinda diretamente do site da Prefeitura, dá a entender que existe um projeto estruturado, mas o acesso a esse projeto se mostrou inviável até o momento. Isso reforça a necessidade de um diálogo mais aberto e transparente entre as diversas partes interessadas, para que tais investimentos sejam feitos de forma a beneficiar a comunidade como um todo.

Essa falta de comunicação também se reflete no estado atual do parque. Durante este ano de 2023, o acesso ao espaço tornou-se cada vez mais difícil devido ao crescimento descontrolado da vegetação e ao acúmulo de terra nos caminhos, tornando, por exemplo, o acesso às ruínas praticamente impossível. Essa inércia foi sentida não apenas por mim, mas também por outros colaboradores deste trabalho.

Para dar continuidade ao trabalho, é fundamental abordar as entrevistas que foram realizadas. Residente Local, meu vizinho, trouxe uma visão local sobre o espaço e compartilhou diversas histórias e memórias que enriquecem a compreensão sobre o território em estudo. Ele nos oferece uma visão que, embora seja apenas uma fatia desse universo complexo, nos permite entender um pouco mais sobre as diversas realidades que compõem esse espaço.

O Especialista Técnico, engenheiro florestal, contribuiu com uma perspectiva mais técnica e institucional, falando sobre um projeto de reflorestamento desenvolvido pela CLIN. Essas informações são cruciais para entender as intervenções que estão sendo planejadas e já realizadas no espaço, e como elas se alinham ou não com as necessidades e desejos da comunidade local.

O Líder Religioso, por sua vez, trouxe uma perspectiva muito interessante para entender como aquele espaço foi sendo institucionalizado ao longo do tempo. Ele compartilhou seus sonhos e entendimentos sobre o espaço, o que nos ajuda a entender as diferentes formas como o território é percebido e vivenciado pelos seus habitantes. É importante notar que essas são apenas algumas das muitas vozes que compõem a complexidade de perspectivas sobre o Parque Natural Municipal da Água Escondida.

Cada uma dessas vozes oferece uma visão que, embora seja apenas uma fatia desse universo complexo, nos permite entender um pouco mais sobre as diversas realidades que compõem esse

espaço. Obviamente, este é apenas um estudo inicial e muitas outras vozes poderiam e deveriam ser ouvidas em pesquisas futuras. No entanto, acredito que essas ideias gerais possam contribuir de alguma forma para as discussões em torno do Plano de Manejo do parque e outros processos decisórios relacionados ao território.

5.1. Vozes do Entorno e Saber Local: A Perspectiva de Residente Local

No dia 06/07/2023, às 11:30 da manhã, tive a oportunidade de conversar com o Residente Local. A vista do seu comércio é direcionada para o Parque Natural Municipal das Águas Escondidas e foi justamente onde conversamos.

Antes de iniciarmos a entrevista formal, ele e eu nos perdemos em uma conversa sobre literatura. Ele é um ávido leitor e, naquele dia, estava imerso nas páginas de "As Veias Abertas da América Latina", de Eduardo Galeano. Discutimos brevemente as previsões e colocações do autor, o que serviu como um aquecimento para o tema principal de nossa conversa.

Ao explicar a dinâmica da entrevista e ler o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), notei um desconforto visível nele sempre que me referia ao espaço como "parque". Sua primeira observação foi sobre o estado de abandono em que a área se encontra atualmente. Ele mencionou a instalação de uma grade na biquinha e lamentou o crescimento descontrolado da vegetação. Mesmo depois que eu explicitei a prefeitura ainda está no prazo para regularizar a área como parque, de acordo com o plano de manejo, ele não se mostrou convencido.

Ao mencionar a placa instalada pela Prefeitura anunciando o Parque Natural Municipal das Águas Escondidas, ele fez questão de ressaltar que não a havia visto e, com seu humor característico, lançou uma piada sobre o estado "natural" do parque, fazendo alusão ao mato alto e à falta de manutenção. Em meio à conversa, não pude deixar de concordar com sua observação e compartilhar uma risada. Ele alertou também para o número de cobras e disse que enxerga isso como um risco dado a situação de abandono atual do espaço.

Continuando nossa conversa, o Residente expressou sua insatisfação com a atual situação do parque, destacando a falta de limpeza, a ausência de vigilância e o crescimento descontrolado da vegetação. Ele também manifestou preocupação com a presença de jararacas na área. Apesar dessas críticas, ele reconheceu a beleza natural do parque, mencionando a vasta quantidade de árvores frutíferas e a extensão do terreno.

Ao questioná-lo sobre seu primeiro contato com a unidade, ele revelou que nasceu e cresceu na mesma casa onde hoje funciona sua mercearia. Ele recordou que, em 1963, a região era uma

fazenda com uma sede residencial. Falou sobre Tenêncio, um trabalhador da fazenda que ele conheceu, e sugeriu que eu conversasse com o neto de Tenêncio, Almir, que atualmente reside na Rua Pontes Ribeiro, ao lado da entrada do parque. Ele e Almir compartilham memórias de aventuras pelo parque, incluindo explorações pelos túneis existentes.

Sobre estes túneis, ele mencionou que uma expedição internacional em 1968, composta por pesquisadores dos Estados Unidos, que veio estudar as estruturas que serviam para captação de água. Ele lembrou que os pesquisadores usavam equipamentos de oxigênio devido à dificuldade de respirar dentro dos túneis. Em relação à construção dos mesmos, ele acredita que foram os indígenas escravizados da região que em sua maioria os construíram.

O ponto mais revelador da conversa foi quando ele trouxe à tona a verdadeira natureza das estruturas que, para as pessoas do bairro, são conhecidas como "caixas d'água", que em pesquisas são referidas como "reservatórios de decantação", que eu entendia como "ruínas", mas que ele, com uma perspectiva local e histórica, chama de "senzala". Ele trouxe essa informação dizendo "O pessoal não gosta que fale, mas todo mundo sabe o que é: era uma senzala com a caixa d'água embaixo. Lá que dormiam os índios e os escravos.".

Ele descreveu que esses reservatórios eram fechados por grossas ripas de madeira (figura 8), fixadas com pregos grandes, semelhantes aos usados para fixar trilhos de trem. Ele chegou a se machucar com uma dessas ripas em sua juventude. O que mais me deixou impressionado é que ele diz ter recordação disso e que estava narrando algo que ele viu com seus próprios olhos na década de 1960.



Figura 8: Representação digital do relato do Residente Local sobre as tampas de madeira que existiam no reservatório. A imagem foi criada a partir de uma fotografia e editada através do software de edição Photoshop. Data da edição: 03 de outubro de 2023.

A revelação sobre a senzala me deixou profundamente surpreso. As ruínas foram justamente o que me chamou a atenção quando visitei o lugar pela primeira vez. São imponentes, antigas e uma construção feita em pedra que, mesmo após tantos anos, ainda mantém sua beleza. Estou há dois anos pesquisando sobre o espaço e, em meio a tantos estudos e produções acadêmicas sobre o mesmo, nunca encontrei qualquer menção de que aquilo era uma senzala, seja em tempos antigos ou mais recentes, como ele trouxe. Esse novo entendimento reforça a necessidade de valorizar e resgatar a memória e a história das pessoas que viveram naquela época e naquela área.

O Residente Local também compartilhou informações valiosas sobre a origem da área que hoje compreende o parque. Segundo ele, o terreno originalmente fazia parte de uma vasta fazenda pertencente a uma família cujo nome ele não conseguiu se recordar. Esta propriedade, de acordo com suas lembranças, se estendia até o bairro vizinho, Fonseca.

Em um mergulho mais profundo na história local, ele mencionou que, após a abolição da escravatura, ainda havia "negros livres" que continuaram trabalhando na fazenda. Ele destacou que chegou a conhecer descendentes dessas pessoas escravizadas, o que reforça a conexão profunda e duradoura dessas comunidades com aquela terra. Além disso, ele trouxe à tona um detalhe geográfico interessante: antes do processo de aterrramento que moldou o centro de Niterói, a Baía de Guanabara chegava bem próxima da entrada do parque, o que pode ter influenciado a dinâmica e a utilização da área ao longo dos anos.

A conversa evoluiu quando abordamos a questão das etnias indígenas que habitavam a região. Ele mencionou não ter certeza sobre a especificidade da etnia, mas acredita que não eram os mesmos que vinham da aldeia de São Lourenço dos Índios. Uma observação interessante feita por ele foi a distinção arquitetônica entre a Igreja de São Lourenço dos Índios e as igrejas localizadas no centro de Niterói. Segundo o Residente, é possível identificar, por meio da arquitetura, que uma foi construída sob o intenso trabalho escravizado, enquanto as outras não carregam essa mesma marca.

Em seguida, o tema das nascentes do parque veio à tona. Ele lamentou o fato de algumas nascentes terem desaparecido com o tempo, mas destacou a existência de uma nascente tão significativa que ele se referiu a ela como "lençol freático". Ele expressou sua frustração com o desperdício de água que brota dessas nascentes, jorrando rua abaixo sem ser devidamente canalizada. Para ele, isso representa um grande desperdício de um recurso tão valioso.

Em um gesto demonstrativo, ele me mostrou sua cisterna que fica dentro de sua loja e um antigo cano de ferro que, no passado, conduzia água diretamente das nascentes do parque para abastecer sua residência. Ele mencionou que muitos moradores do bairro, especialmente aqueles em casas mais antigas, possuíam sistemas semelhantes. No entanto, em algum momento, esse abastecimento direto foi interrompido, o que, para ele, é mais uma evidência do descaso com a rica fonte de água presente na área.

A entrevista se encaminhou para suas expectativas dele em relação ao parque, última pergunta do questionário que eu havia montado. Ele expressou o desejo de que o parque trouxesse desenvolvimento para o bairro, especialmente no que tange à segurança pública. Segundo ele, o bairro tem sofrido com a crescente insegurança, levando muitos moradores a se mudarem.

Ele acredita que a criação de um parque poderia revitalizar o bairro e atrair mais atenção das autoridades para a questão da segurança. O Residente Local revelou que, recentemente, um depósito clandestino de motos roubadas foi descoberto dentro desta Unidade de Conservação, o que trouxe a polícia de volta ao bairro.

Além disso, o Residente também mencionou um projeto da Prefeitura que visa construir um túnel por trás do morro do parque, ligando os bairros de Icaraí e São Lourenço. Ele vê esse projeto com preocupação, acreditando que ele pode entrar em conflito com os planos de estabelecer uma unidade de conservação no local. Além disso, ele considera a ideia de um túnel nessa área como potencialmente perigosa.

Ele compartilhou comigo o histórico de desmatamento de uma parte específica do morro. Segundo ele, durante a época da privatização das empresas de telefonia no Brasil, a área foi desmatada para facilitar o acesso a algumas antenas de telecomunicações pelas empresas que estavam assumindo o serviço e culpou as mesmas pelo desbasteamento do espaço. Ele apontou para uma construção repleta de antenas no topo do morro, explicando que originalmente pertencia à Marinha e era voltada para previsões meteorológicas, mas que ao longo dos anos mudou de propriedade.

O Residente Local também trouxe à tona uma história local conhecida como "mistério das máscaras de chumbo". Ele acredita que as versões divulgadas pela mídia não são precisas e que as máscaras podem estar relacionadas a itens remanescentes da antiga fazenda que existia na região. Ele também compartilhou uma lembrança pessoal de um evento em 1972, quando, em uma noite quente, ele e sua família foram surpreendidos por um clarão intenso e um estrondo. Ele acredita que foi uma manifestação extraterrestre, mas não necessariamente um "disco voador", como é

popularmente retratado. Ele disse que os fios de eletricidade próximo da área foram destruídos, o mato da região não estava queimado mas encolheu e secou de maneira que até hoje não nasce mais vegetação naquela região.

Outro ponto mencionado foi que uma parte do parque que já foi um clube pertencente à Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro. O local tinha piscinas e era frequentado pela comunidade, mas teve que ser fechado após um trágico incidente em que duas pessoas foram assassinadas dentro do espaço. Ele lamentou que, para a construção do clube, árvores centenárias foram derrubadas.

Ao encerrarmos nossa conversa, sugeri ao Residente Local que, caso se lembrasse de mais histórias, não hesitasse em me procurar. Ele, com um olhar profundo, respondeu: "O bairro de Fátima tem história para caramba, mas é uma história triste, né?". Em seguida, apontando para o livro "As Veias Abertas da América Latina", ele continuou: "O índio era tratado igual bicho. Tem noção? Esse doido aqui fala do extermínio dos indígenas e que era verdade, mas na realidade foi muito mais do que ele falou aqui". Suas palavras ressoaram com uma gravidade que me fez refletir. Ele concluiu, afirmando que a história do bairro é uma história de sangue, e que, infelizmente, não se diferencia muito do restante do país neste aspecto.

5.2. Educação e Sustentabilidade: A Visão Verde do Especialista Técnico

A segunda pessoa escolhida para contribuir com a minha pesquisa de campo foi o engenheiro florestal chamado nesta pesquisa de "Especialista Técnico" e que atua Companhia de Limpeza Urbana de Niterói. Tive a oportunidade de conhecê-lo pessoalmente na 1ª Oficina Participativa para a elaboração do Plano de Manejo do Parque Natural Municipal da Água Escondida, mas já havia lido anteriormente sobre sua atuação na unidade em diversos documentos que tive acesso ao longo desta pesquisa.

A contribuição dele é valiosa, pois ele é responsável pelo Viveiro de Mudas da CLIN, um espaço com quase 300 mil mudas de plantas utilizadas para reflorestamento, revitalização de encostas e regiões deterioradas, e arborização de áreas urbanas da cidade. Este viveiro está localizado na zona de amortecimento do Parque, onde tive a oportunidade de conversar com ele em setembro de 2023.

Durante a entrevista, o Especialista Técnico explicou que o projeto nasceu de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado em 2005 entre o Ministério Público, a Prefeitura de Niterói e a CLIN, referente ao aterro sanitário do Morro do Céu. Este aterro era o destino do lixo coletado

na cidade desde 1983. No entanto, devido à ameaça de contaminação das praias da Baía de Guanabara com chorume não tratado, houve denúncias de crime ambiental.

O TAC representou um acordo legal que buscava atenuar os impactos ambientais causados pelo aterro, estabelecendo várias medidas de compensação. Uma dessas medidas era o plantio de mudas na região do aterro. No entanto, ele me explicou que, devido ao alto nível de urbanização daquela região, não foi possível estabelecer o reflorestamento proposto ali. Apenas a criação de um cinturão vegetal foi possível naquela área, e o reflorestamento foi redirecionado para outras áreas da cidade. Uma dessas áreas foi o Morro da Boa Vista, onde atualmente se localiza o PNMAE.

Para iniciar o processo de reflorestamento dessas áreas, a criação de um Viveiro de Mudas era crucial. Ele mencionou que, na época, a companhia não tinha recursos humanos e financeiros suficientes para viabilizar a ideia, além de não existirem diretrizes específicas sobre como isso poderia funcionar. Ele ressalta que o cultivo de mudas é um processo demorado, muitas vezes necessitando de um ano de tratamento antes de estarem prontas para o plantio. Esse período foi utilizado para mapear e reconhecer a região, identificar o tipo de vegetação existente, os pontos que sofriam com incêndios, e localizar bolsões de lixo que contribuíam para a degradação da área.

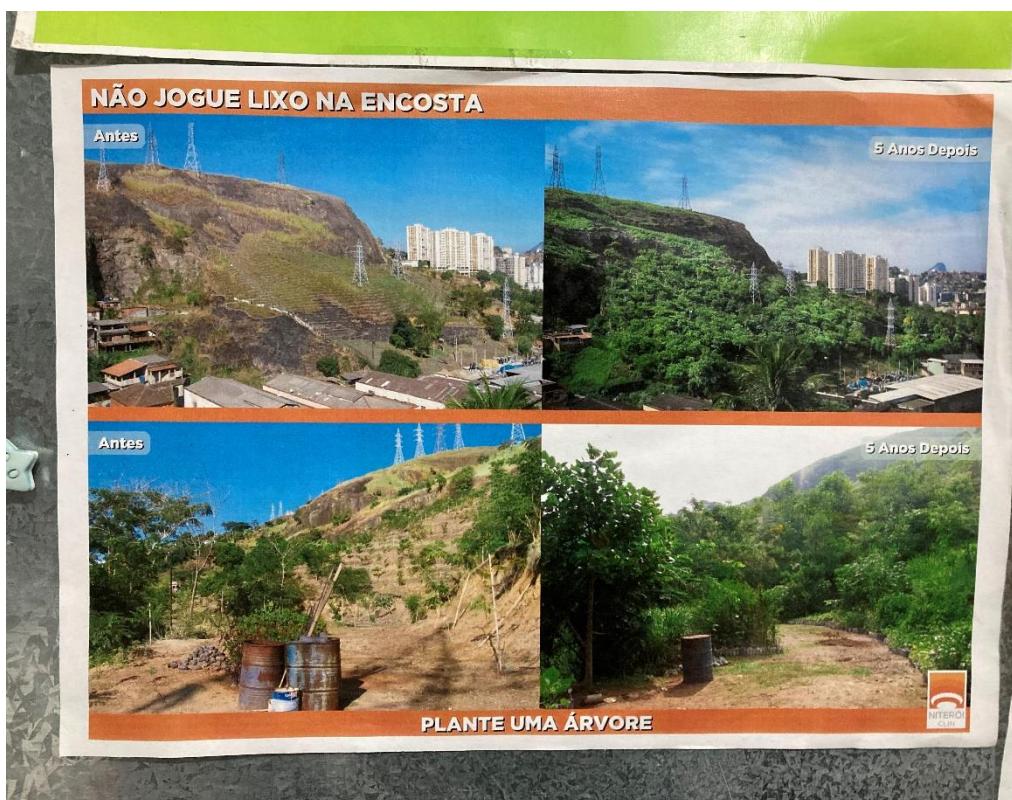


Figura 9: Fotografia tirada na sede da CLIN demonstrando os efeitos do reflorestamento.

A discussão sobre os incêndios foi um ponto crucial na nossa conversa. Enquanto morador da região, eu mesmo já presenciei diversos incêndios. Ele explicou que o morro está na rota dos balões que são lançados ilegalmente, o que eleva o risco de incêndios. Ele também mencionou que a área do morro era muito degradada, pois anteriormente era uma área de pedreira de onde foram extraídas as pedras para a construção da ponte e o aterro do centro da cidade. Este histórico contribuiu para a presença de diferentes tipos de solo na região, e os incêndios frequentes compactavam o solo, aumentando o risco de deslizamentos de terra. A equipe mapeou as áreas mais propensas a incêndios, denominando-as como "corredor de fogo". O fogo e os incêndios foram as palavras mais mencionadas nessa parte da conversa, destacando o grave problema enfrentado.

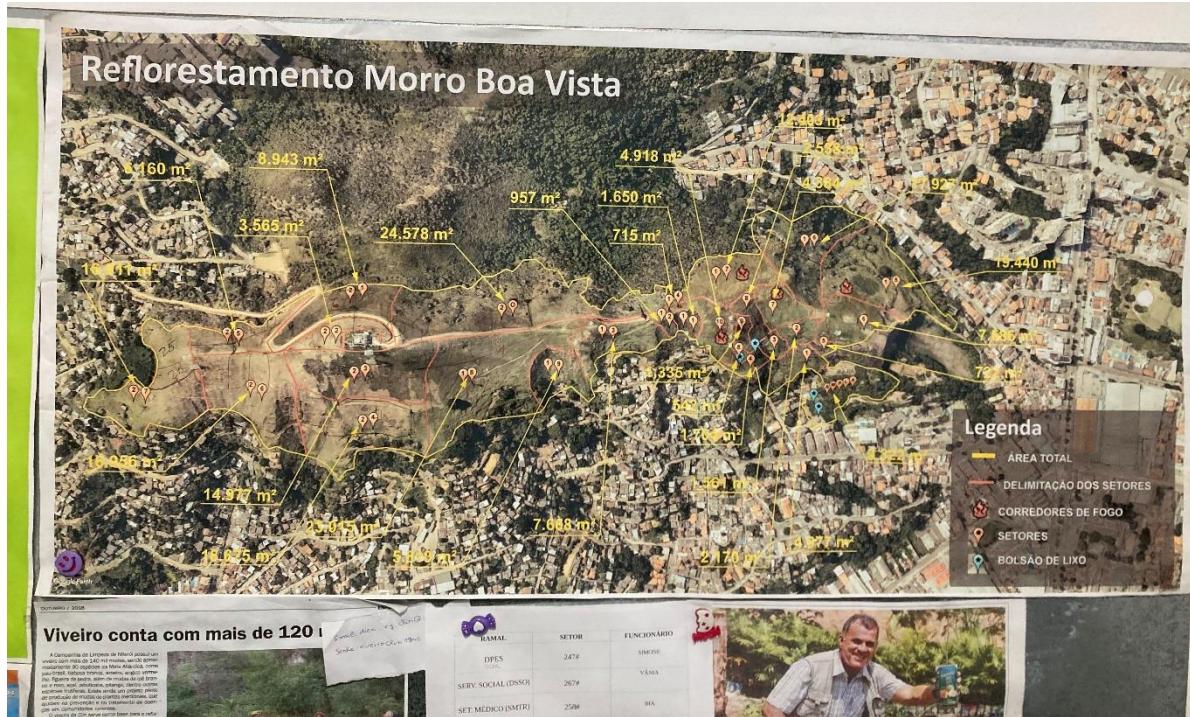


Figura 10: Fotografia tirada na sede da CLIN da Rua Indígena, mostrando o mapa do projeto de reflorestamento. O mapa aponta os bolsões de lixo e os corredores de fogo identificados na área.

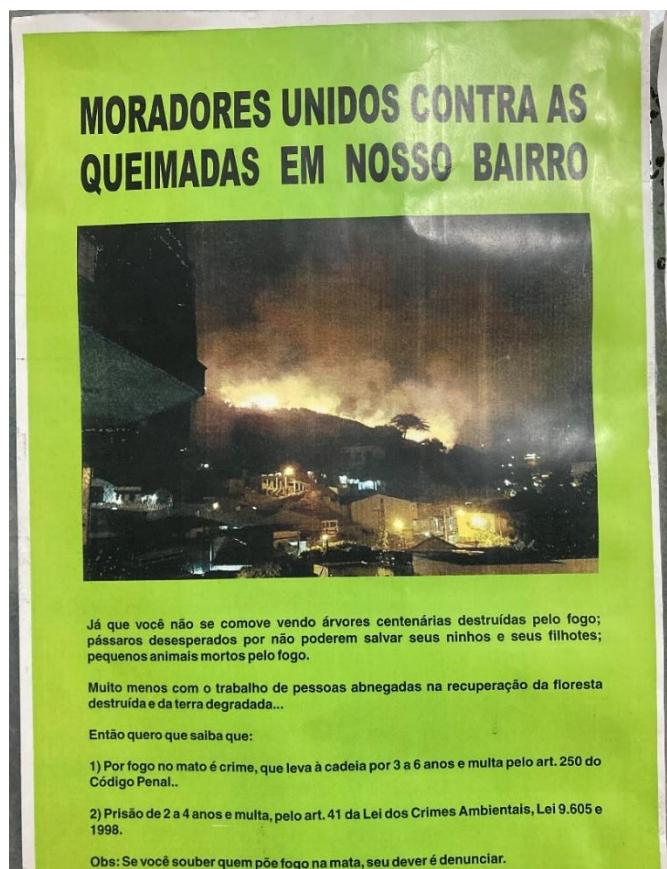


Figura 11: Fotografia de cartaz que demonstra a luta da população local contra os incêndios na região

O engenheiro mencionou que, no início, o viveiro tinha dificuldade em encontrar pessoas com o conhecimento necessário para trabalhar ali. No entanto, com o tempo, a equipe cresceu e hoje conta com cerca de 80 trabalhadores bem articulados. Ele valorizou a aprendizagem mútua e a troca de conhecimentos que ocorreram com a expansão da equipe.

A relação da população com o viveiro também foi discutida. O Especialista Técnico mencionou que a comunidade tem uma excelente relação com o viveiro, e muitas pessoas trazem contribuições para o processo de reflorestamento, inclusive levando mudas para serem tratadas pela CLIN.

Inicialmente, o viveiro tinha a missão de apoiar as áreas de reflorestamento, mas com o tempo, a demanda por plantas medicinais, plantas ornamentais e outras necessidades fez com que expandissem sua missão. Ele destacou o trabalho de reciclagem realizado no viveiro, onde todas as mudas são cultivadas em caixas de leite e o lixo urbano é reaproveitado para fazer adubo, entre outros usos, para auxiliar no cuidado das plantas.

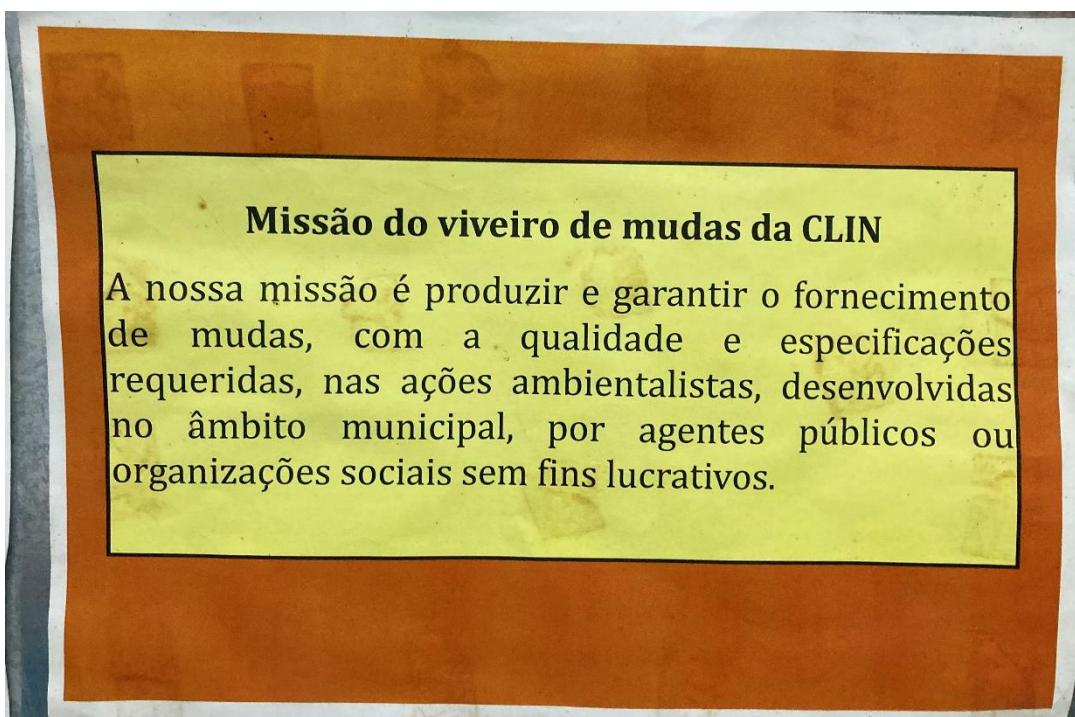


Figura 12: Fotografia de um cartaz com antiga missão institucional do Viveiro de Mudas

A complexidade do reflorestamento do morro foi acentuada pela presença de duas faces, norte e sul, com muita exposição ao sol, o que exige que as mudas estejam muito bem preparadas antes de serem transplantadas para o campo. Ele listou algumas espécies que têm no viveiro, como

goiaba, araçá, caju, pitanga, jabuticaba, entre outras. Eles adotaram a prática de plantar guandu consorciado com mudas de Mata Atlântica, pois o guandu enriquece o solo com nitrogênio, beneficiando e protegendo as mudas de Mata Atlântica. Neste sentido, mais de cinco mil mudas de guandu já foram plantadas.



Figura 13: Fotografia tirada em 29 de junho de 2023, mostrando o Viveiro de Mudas e as plantas cultivadas em caixas de leite recicladas. A imagem destaca a utilização de materiais recicláveis como parte das práticas sustentáveis do projeto.

A questão das plantas medicinais ganhou destaque ao longo do tempo, pois perceberam que um conhecimento muito importante da região, o saber popular sobre as plantas medicinais, estava se perdendo. Assim, decidiram iniciar um projeto nesse sentido para preservar esse conhecimento. Dentro da área do Morro da Boa Vista, plantaram muitas plantas medicinais, o que ajudou a interagir com a população local e a envolvê-los no debate ambiental. Ele deu o exemplo de uma oficina que contou com a presença de uma rezadeira local, que trouxe muitas contribuições.

A doação de mudas à população local criou uma forte interação com a comunidade, que, como mencionado anteriormente, também contribui com mudas para o viveiro. Eles realizam visitas guiadas e oficinas para promover essa troca e entender como o conhecimento das pessoas da região pode ajudar nos processos de reflorestamento.

No aspecto de recursos naturais, ele falou sobre a abundância de água que passa por baixo do solo do morro. Eles mapearam as nascentes e ele acredita que, com o reflorestamento, mais nascentes surgirão.

Sobre a criação do parque, o Especialista expressou que se sente mais confortáveis trabalhando na área, agora designada como parque em vez de uma Área de Proteção Ambiental (APA). Ele acredita que o status de parque proporciona melhores diretrizes e planejamentos para a realização de projetos, contando com mais recursos e infraestrutura. Ele vê isso como uma oportunidade de inserir mais a população no debate ambiental e no cuidado com a área.

A menção ao cultivo de plantas medicinais foi novamente citada como uma forma de interação com a comunidade, além de cursos de jardinagem, oficinas e outras práticas de educação ambiental que podem ser realizadas ali. Ele acredita que, sendo um parque, há mais estrutura para planejamento, programas e projetos. A possibilidade de transformar o plano de combate a incêndios em um programa para lidar com a questão do fogo foi vista como uma vantagem do status de parque, que oferece melhores condições para lidar com essas questões.

O entrevistado acredita que a equipe de trabalhadores que atuará no parque, sejam eles engenheiros, técnicos ou guardas, precisa ter uma capacitação adequada para atuar ali, a fim de criar uma equipe que compreenda as questões da unidade e saiba como lidar com elas.

Ele mencionou que a Secretaria de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Sustentabilidade de Niterói (SMARHS) mantém uma interação constante com a CLIN, com cooperações técnicas e trocas de informações que são muito úteis, e isso contribui para o trabalho de reflorestamento dentro da região do parque.

O Especialista Técnico finalizou a conversa enfatizando que o mais importante é que o Parque seja verde, com situações criadas para que o parque esteja sempre verde. A introdução de espécies e o enriquecimento da vegetação são vitais, sempre lembrando de conscientizar a população sobre a importância do meio ambiente. Ele disse acreditar que o Morro da Boa Vista, sendo central em Niterói, é visto como um ponto crucial e o mais importante para a conscientização ambiental na cidade.

5.3. Estudo, Preservação e Acesso: Reflexões com um Líder Religioso

No decorrer de minha investigação acerca do Parque Natural Municipal da Água Escondida (PNMAE), assim como deparei-me com referências ao trabalho do Especialista Técnico, também tive acesso ao Líder Religioso, cujas menções também se destacaram em um estudo técnico elaborado pela Prefeitura.

Ao iniciar nossa conversa, o Líder Religioso prontamente mencionou que muitos documentos bibliográficos relevantes ao estudo do PNMAE encontram-se nos arquivos do município do Rio de Janeiro, devido à transferência de capital da província para o Rio, sendo que alguns documentos foram mantidos na Câmara de Vereadores em Niterói, onde foi aprovada a legislação que instituiu o Parque. O acesso a essas informações veio através do diálogo com o Professor Cesar Augusto Ornellas Ramos, pesquisador do Centro Universitário La Salle do Rio de Janeiro (UNILASALLE-RJ). Segundo o ele (2023), o Professor Cesar foi um dos pioneiros na pesquisa do espaço em questão. Durante a pesquisa bibliográfica, encontrei menções ao nome do professor, embora não tenha localizado publicações específicas.

O Líder Religioso contou que descobriu a existência do Parque ao se mudar para a igreja situada no bairro, por volta de 2005. Atrás da igreja, uma imponente escadaria conduz à entrada atual da unidade. Na época, o Parque ainda não existia, mas uma observação mais apurada revelou que as pedras na escadaria não estavam dispostas de maneira aleatória. Ao explorar mais, descobriu uma estrutura subterrânea que, posteriormente, identificou ser parte de um aqueduto, remetendo-o aos famosos Arcos da Lapa (RJ). Ele percebeu uma conexão entre essa estrutura e as ruínas próximas, entendendo a real importância daquilo.

Desde 2005, ele notou uma degradação do local. Muitas estruturas encontram-se soterradas devido a uma pedreira que existia no morro, de onde eram extraídos materiais para construções locais. Acredita-se que as explosões na pedreira deslocaram terra e enterraram essas estruturas. Voltou a mencionar os túneis, também citados pelo mesmo, afirmando que alguns desmoronaram devido a essas atividades. Ele pontuou que as pedras do morro também foram utilizadas na construção do próprio aqueduto do Vintém, destacando o uso de óleo de baleia na construção.

Ele compartilhou que explorou boa parte da estrutura subterrânea e mapeou o local. Fez um esboço do aqueduto e percebeu uma semelhança com o símbolo da Cabala. Sendo simbologista, ele viu uma relação entre a estrutura e algumas presentes na cidade de Tomar em Portugal, uma cidade Templária, além de possíveis ligações com a Maçonaria. Apesar de ter explorado os túneis, a extensão total é desconhecida devido a desabamentos. Há rumores de que os túneis levam a

diferentes partes da cidade, como Pé Pequeno, Desembargador, onde fica o DETRAN de Niterói, e São Lourenço dos Índios.

Para explorar esses túneis, seria necessário equipamento especial, e mencionou que nos anos 60, um indivíduo que tentou acessar os túneis desapareceu, provavelmente tendo encontrado seu fim ali. Tentativas de exploração com os bombeiros também foram infrutíferas devido à falta de sinal de telefone e equipamento adequado. Para um estudo aprofundado e compreensão dessas estruturas, seria necessário o auxílio de um especialista em cavernas.

Posteriormente, ele mencionou que a denominação inicialmente concebida para a Unidade era Parque das Águas, contudo, essa nomenclatura foi posteriormente atribuída à Área de Preservação Permanente situada no cerne de Niterói, que carrega esse título, mas também é reconhecida como Parque Municipal Eduardo Travassos. Assim, a designação Águas Escondidas emergiu tanto pela alusão ao nome da cidade quanto pela circunstância de que, de fato, as águas acabaram por se ocultar naquele recinto. Ele relatou que, na década de 60, foi conduzido um estudo acerca da qualidade da água do PNMAE, revelando não apenas sua adequação para consumo, mas também suas propriedades benéficas, embora não tenha sido realizado nenhum estudo mais recente sobre essa água, ressaltando a relevância de tal investigação. Adicionalmente, ele manifestou a convicção de que o sistema de captação de água deveria ser reativado, não com o intuito de suprir a região, mas para elucidar à comunidade acerca de seu funcionamento e discorrer sobre a história do local.

Ele elucidou que o que temos ali são preciosos achados arqueológicos, e enfatizou a importância do conhecimento que as pessoas escravizadas trouxeram para o país. Destacou a engenhosidade de tais indivíduos, citando como exemplo os irmãos Rebouças, pioneiros engenheiros negros do Brasil. Salientou que até as árvores plantadas nas estruturas do aqueduto foram dispostas de maneira ponderada, e suspeita que isso tem relação com a história de Apaocá. A Apáoká, uma árvore de proveniência africana, não foi trazida ao Brasil durante o período escravocrata, o que levou à sua substituição no culto aos orixás por outra árvore de grande porte nativa, a jaqueira.

Ao expandir sobre esse ponto, ele conjecturou que orixás como Oxum e Oxumaré, que são associados à água, podem estar sendo simbolizados ali também pela disposição das jaqueiras. Na mitologia Iorubá, Oxum é a orixá dos rios, enquanto Oxumaré é o orixá da chuva e do arco-íris, com locais de oferta em nascentes e poços de água. Portanto, o posicionamento das jaqueiras pode estar

correlacionado com uma representação sagrada e histórica, englobando tanto a importância da água quanto a herança cultural e espiritual africana.

Ele sustenta que as jaqueiras presentes no Parque podem figurar entre as primeiras a serem plantadas em solo brasileiro, e trouxe à tona que o Laboratório de Biogeografia e Ecologia Histórica da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (LaBEH/PUC-Rio) empreendeu estudos sobre algumas dessas jaqueiras, atestando que algumas delas têm, pelo menos, 300 anos de idade. Sob essa ótica, ele indicou a marcante presença de sambaquis na região, os quais classificou como um inestimável tesouro arqueológico acadêmico que elucida uma questão extremamente contemporânea: a situação vigente da água no cenário global.

Ele enfatiza a dimensão social da água e faz menção à *Laudato si'*, uma encíclica proferida pelo Papa Francisco que discorre sobre questões ecológicas e conclama pela conscientização social em relação aos elementos fundamentais, como terra, água, alimentos, entre outros. Através desta reflexão, ele reforça a importância de compreender e valorizar a interconexão entre o meio ambiente, a história e a cultura, vislumbrando o Parque não apenas como um repositório de patrimônio natural e histórico, mas como um instrumento educativo e reflexivo sobre os desafios ecológicos e sociais contemporâneos.

Ele realçou que durante a administração do prefeito Rodrigo Neves (2013 – 2020), em colaboração com o Especialista Técnico e outros engajados, foi empreendido um robusto replantio de árvores no parque. Curiosamente, observou que durante o período pandêmico, com a significativa redução da presença humana na área, muitos desses replantios prosperaram, impulsionando um renascimento verdejante no local. Foi precisamente nessa conjuntura que tive a oportunidade de conhecer o parque, um cenário que se revelou ainda mais vivaz com o retorno de várias nascentes.

Em um dado momento, ele também discorreu sobre a água que percorre incessantemente a rua Andrade Pinto, originada de uma nascente, trazendo à tona a questão do desperdício. Apontou para a grande incongruência de, em um mesmo bairro, coexistirem domicílios desprovidos de encanamento e consequentemente afetados pela escassez de água, enquanto há uma abundante presença de água na região. Tal paradoxo ressalta não apenas as disparidades infraestruturais, mas também a necessidade de uma gestão hídrica mais consciente e eficaz, que possa tanto preservar o patrimônio natural do parque quanto atender às necessidades básicas da comunidade local.

Para o Líder, toda essa infraestrutura se configura como uma expressiva cápsula do tempo, e delineia que o trabalho a ser empreendido segue uma tríade: preservar, posteriormente estudar e, por fim, propiciar acesso às pessoas. Ele trouxe à luz o exemplo do Parque Terra Santa, situado em

Japuíba, Cachoeiras de Macacu, uma reserva ecológica que entrelaça turismo, ecologia e religiosidade. Manifesta-se entusiasta do turismo religioso na região, não vislumbrando a religião como núcleo central, mas como um atrativo capaz de convocar as pessoas.

Ele elucida que indivíduos vinculados às religiões de matriz africana, que já se harmonizam com os elementos naturais e usufruem do espaço para vivenciar suas tradições, teriam um interesse intrínseco, assim como aqueles associados a práticas religiosas orientais ou exotéricas. Ademais, menciona os evangélicos que já têm o hábito de ascender o monte para orações, sugerindo que há uma plataforma para amalgamar essas diversas expressões espirituais e criar uma proposta inclusiva.

Ele assevera que conduziu um estudo e chegou à conclusão de que o turismo religioso, desprovido de vinculação a uma fé específica, emergiria como uma vertente interessante para a área, potencializando a valorização da diversidade religiosa e cultural, ao mesmo tempo em que promove a conscientização ecológica e a preservação do patrimônio natural e histórico incrustado na região.

Ele também afirmou que há um interesse manifestado pela Prefeitura em ceder um terreno para a igreja, terreno este que se localiza próximo a uma das entradas da unidade, com o intuito de que a igreja edifique um centro de referência e turismo que possa ser empregado para fomentar essa ideia. Contudo, revela que há uma parcela de ambientalistas que não acolhe essa mescla com apreço, e academicamente, uma expressiva maioria que não vislumbra essa iniciativa como benéfica.

Tal como muitos acadêmicos, que percebem as jaqueiras como uma espécie exótica potencialmente ameaçadora para as espécies autóctones e o ambiente local, ele argumenta que essa visão é redutora, dado que é possível empreender um manejo sustentável das jaqueiras. Além disso, ele enxerga essas árvores como testemunhas históricas do processo de escravização no Brasil, haja vista que foram introduzidas no país com o propósito de alimentar as pessoas escravizadas.

Ele sustenta que o manejo sustentável deve ser arquitetado de modo a gerar benefícios econômicos para a população local e para a comunidade, sugerindo a inauguração de uma cozinha comunitária, bem como a integração dessa nutrição nas escolas municipais. Nesse sentido, ele mencionou a ONG Instituto Mão na Jaca como uma entidade que poderia ser uma aliada valiosa nessa empreitada. A ideia central é, portanto, transformar um desafio ecológico percebido em uma oportunidade de desenvolvimento sustentável e engajamento comunitário, valorizando simultaneamente a herança histórica e cultural representada pelas jaqueiras, e promovendo a educação nutricional e a inclusão social através de iniciativas práticas e colaborativas.

No entanto, ele salienta a dificuldade em estabelecer parcerias no âmbito da política institucional, pois percebe que a lógica vigente é embasada em interesses financeiros, e não no

engajamento genuíno para desenvolver tais ideias na região. Esta perspectiva ressalta um desafio proeminente, onde a necessidade de financiamento e apoio institucional muitas vezes se choca com as aspirações de preservação e desenvolvimento sustentável, exigindo um equilíbrio meticoloso para assegurar que as iniciativas em prol do bem comum e da sustentabilidade possam florescer e trazer benefícios duradouros para a comunidade e o ambiente circundante.

Ele ressaltou que os planos atuais para o Parque estão segmentados, com diferentes iniciativas sendo concebidas para diferentes áreas da unidade. Algumas propostas são voltadas para uma parte da unidade que se situa ao término da Rua Andrade Pinto, onde será estabelecida uma das entradas, enquanto outro projeto é direcionado para a entrada da Rua Ponte Ribeiro, sem que haja uma visão integradora que abarque a unidade como um todo.

No seu entendimento, projeto que a Prefeitura vinha delineando, e que foi apresentado na 1ª Oficina Participativa para a elaboração do Plano de Manejo do Parque Natural Municipal da Água Escondida, visava metamorfosear o espaço em um vasto jardim, proposta esta que enfrentou uma enxurrada de críticas. Como eu já mencionei, eu estava presente nesta reunião e de fato, em determinado momento, foi ventilada a ideia de canalizar as nascentes para a criação de um lago com um apelo paisagístico, integrado a um estacionamento que seria edificado na unidade. Ela informou que essa sugestão foi veementemente criticada durante o encontro, o que culminou na estagnação atual do projeto.

Ele enfatizou que, antes de empreender qualquer intervenção no espaço, é imperativo que sejam conduzidos estudos aprofundados. Esse ponto salienta a importância de uma abordagem meticolosa e bem informada para a gestão e o desenvolvimento do parque, que leve em consideração tanto a preservação ambiental quanto as necessidades e aspirações da comunidade local, assegurando que qualquer evolução futura seja sustentável, inclusiva e benéfica para todos os envolvidos.

Além disso, ele também destacou que a CEDAE, anterior proprietária de uma parcela do terreno que agora compõe o Parque, efetuou obras irregulares recentemente dentro do espaço, fato que foi denunciado, mas que também interrompeu os planejamentos que estavam sendo elaborados para a unidade. Essas controvérsias têm obstaculizado o progresso das negociações, gerando um cenário de desafios que demanda atenção e resoluções eficazes para que os planos de desenvolvimento e preservação do Parque possam avançar de maneira harmoniosa e benéfica para a comunidade e o ambiente local.

Quanto às motivações para a consolidação da área como um Parque, ele elucidou que foram promovidas diversas reuniões envolvendo os moradores dos bairros circundantes ao parque, lideranças comunitárias, e contando com a colaboração do Vereador Felipe Peixoto, autor da Lei Ordinária 3560/2020 de Niterói (RJ) que recategorizou a Área de Proteção Ambiental da Água Escondida. Discorreu que tal empreitada transcorreu ao longo de um ano, precisamente em 2008, e que, no último dia da gestão do Prefeito Godofredo Pinto, a APA foi instaurada.

O Líder afirmou que, com o crescimento expressivo da tradicional missa de São Miguel Arcanjo, inaugurada em 2008 e que, ano após ano, tem atraído um número crescente de fiéis à Igreja e, consequentemente, ao bairro, a Prefeitura passou a nutrir um interesse mais acentuado pela região. Suspeita que esse fenômeno pode ter exercido influência política na decisão de instituir o Parque. Além disso, ele considera que a intenção também era de conferir visibilidade ao trabalho substancial de reflorestamento que foi executado, devido ao seu impacto significativo na região. Portanto, ele acredita que o Parque emergiu não apenas como um reflexo de engajamento comunitário e político, mas também como um símbolo do compromisso ambiental e do legado de restauração ecológica que foi diligentemente cultivado no local.

Ele compartilhou informações sobre a relação da população local com o espaço, informando que uma extensa limpeza da área foi conduzida pela Prefeitura no passado, evento que catalisou um maior interesse da comunidade. Revelou que o local chegou a ser apelidado de "Parque das Ruínas de Niterói", em alusão a um conhecido ponto turístico da cidade vizinha. Diversos grupos de moradores se aventuraram a visitar o local para realizar ensaios fotográficos, explorando a estética singular da área.

No entanto, lamentou que, devido ao estado atual de desleixo da área, muitas pessoas acabam desconhecendo a existência do parque, bem como suas estruturas e potenciais. Ademais, mencionou que algumas pessoas ainda residem no interior do parque, embora não em grande número. Ele atribuiu essa diminuição populacional ao trágico desmoronamento ocorrido no morro do Bumba em Niterói, que se configura como uma das maiores tragédias enfrentadas pela cidade. Esse evento alarmante impeliu muitos a desocuparem o espaço. Atualmente, ele estima que, no máximo, cinco famílias residam dentro do parque.

Essa narrativa destaca as dinâmicas complexas entre a comunidade local, as iniciativas municipais e as circunstâncias históricas que moldaram a interação da população com o parque, ressaltando a necessidade de estratégias inclusivas e bem informadas para revitalizar o espaço, honrando seu passado e explorando seu potencial para o benefício da comunidade.

Além de tudo, o entrevistado me proporcionou uma conexão adicional ao me incluir em um grupo do WhatsApp denominado Defesa-Tombamento-PNMAE, que congrega 38 membros, incluindo moradores, integrantes de ONGs e outros indivíduos engajados na proteção da área. Além disso, me informou sobre uma página no Instagram chamada COPAGUAÊ – Comunidade do Parque da Água Escondida, que possui várias postagens elucidando sobre a unidade e, primordialmente, advogando pela preservação das jaqueiras. A página apresenta até mesmo vídeos de personalidades conhecidas, como o ator Marcos Palmeira, que defende veementemente a preservação do espaço. Notavelmente, o próprio prefeito interagiu com uma das publicações, assegurando ao ator que a Prefeitura estava engajada na preservação do espaço e o convidando para uma visita. Essa interação digital reflete um esforço comunitário para mobilizar apoio e consciência tanto no âmbito local quanto em uma esfera mais ampla, empregando plataformas sociais para destacar a importância da unidade e fomentar um diálogo contínuo sobre as estratégias de preservação e desenvolvimento sustentável.

Finalizando, ele compartilhou que, periodicamente, ele visita o espaço acompanhado de grupos, atuando como guia para explorar o local. Relatou também que tem o costume de celebrar a virada do ano lá, e que é possível apreciar a queima de fogos de diversos pontos do parque, graças à vista ampla e encantadora que o local oferece. Ele manifestou o desejo de criar roteiros de trilha, explorando ainda mais o ambiente natural do parque.

Além disso, ele revelou um entusiasmo tão profundo pelo espaço que já concebeu a ideia de um teleférico interligando o Parque das Águas ao Parque das Águas Escondidas, visando atender a população e fomentar o turismo. No entanto, ele reiterou diversas vezes a importância de estudar cuidadosamente o espaço, e enfatizou que muita pesquisa é necessária antes de tomar qualquer decisão.

Ele vislumbra o parque como uma fonte potencial de estudo que possa fomentar uma colaboração frutífera entre a academia, a prefeitura e a população, criando um campo propício para a investigação, a aprendizagem e a promoção de iniciativas sustentáveis que possam beneficiar tanto o ambiente quanto a comunidade local.

6. RESULTADOS DA ANÁLISE BIBLIOGRÁFICA DO PNMAE

Em 18 de dezembro de 2020, a prefeitura de Niterói, município da região metropolitana do estado do Rio de Janeiro, recategorizou uma Área de Proteção Ambiental no centro da cidade, que antes era uma unidade de conservação de uso sustentável, dando origem ao Parque Natural Municipal das Águas Escondidas, passando a ser de proteção integral.

A criação do Parque se deu a partir de um estudo da Secretaria de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Sustentabilidade e foi apresentado no Conselho Municipal de Meio Ambiente de Niterói e discutido em uma audiência pública em fevereiro de 2019. O objetivo foi enquadrar a área no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000), bem como a “valorização não somente da proteção ambiental, mas também resgate histórico a importância histórica do local”

Dentro desta perspectiva, a Lei Municipal 3.560/2020 foi sancionada, dando origem ao Parque. A área abrange o Morro da Boa Vista e tem localização nos bairros de São Lourenço, Cubango, Fonseca, Fátima e Pé-Pequeno. Além disso, existem pessoas que moram dentro da área de extensão do Parque, potencializando possíveis conflitos, uma vez que agora a área é de proteção integral.

Dentro desta perspectiva, fica explicitado que se trata de uma unidade de conservação muito recente e que carece de pesquisas de cunho acadêmico sobre a questão. Portanto, a lacuna de produção acadêmica sobre o tema é o que justifica o presente estudo, que tem por objetivo realizar uma revisão bibliográfica qualitativa e buscar informações em diversas fontes governamentais, acadêmicas e de notícias de jornais.

6.1. Pesquisas e Estudos Acadêmicos sobre o Parque

A metodologia utilizada na pesquisa será predominantemente qualitativa, com foco em uma ampla revisão bibliográfica sobre o tema. Através da coleta de dados a partir de diversas fontes de informação, incluindo artigos científicos, teses e dissertações, relatórios e documentos governamentais, notícias de jornais e revistas especializadas, além de outros materiais disponíveis em bibliotecas e na internet sobre a criação da unidade. Essa metodologia permitirá uma análise aprofundada das fontes consultadas, a fim de identificar as informações mais relevantes e as lacunas de conhecimento sobre o Parque Natural Municipal das Águas Escondidas. Além disso, serão

aproveitadas da pesquisa de campo eventuais fontes que sejam mencionadas e acessadas para compor a revisão. Dessa forma, será produzido um conhecimento mais completo e atualizado sobre a unidade de conservação.

De acordo com a metodologia estabelecida para este estudo, a primeira etapa foi realizar buscas nos bancos de dados acadêmicos Google Acadêmico e a base de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) buscando termos correlatos ao Parque Natural Municipal da Água Escondida. As palavras-chave empregadas foram: "Parque Natural Municipal da Água Escondida", "Água Escondida", "APA da Água Escondida", "Morro do Vintém" e "Morro da Boa Vista". A ideia por trás da utilização desses termos foi abranger a maior quantidade possível de produções acadêmicas que pudessem, de alguma forma, contribuir para a compreensão do objeto de estudo.

No entanto, as buscas não retornaram muitos resultados. A pesquisa mais proeminente encontrada foi o artigo "Estudo de Caso: Área de Proteção Ambiental da Água Escondida e a sua Recategorização em Parque Natural Municipal", de autoria de Victor de Moraes Lopes, apresentado como exigência para conclusão do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro. O artigo, datado de 2019, foca mais na fase de criação do Parque, que ainda estava sendo discutida naquele momento, e se concentra principalmente nos aspectos jurídicos da recategorização da área.

Lopes (2019) em suas considerações finais observa que o processo de recategorização estava em andamento no poder executivo municipal, com desafios a serem enfrentados para que produzisse seus efeitos integralmente. Ele aponta que a recategorização deveria ser aprovada pela Câmara Municipal de Niterói e que o plano de manejo, um documento técnico obrigatório, deveria ser elaborado em até cinco anos.

Além disso, Lopes indica a presença de áreas particulares nos limites internos do Parque Natural Municipal da Água Escondida e destaca a importância das desapropriações dessas áreas. Ele conclui que o cumprimento de todos os requisitos, a rápida concretização do projeto de lei, a elaboração do plano de manejo e o pagamento das indenizações contribuiriam para a aceitação do parque pela população. Apesar das valiosas informações fornecidas no artigo, ele acaba não contribuindo significativamente para a construção do panorama histórico do Parque Natural Municipal da Água Escondida, pois foca mais na etapa de sua criação e nos aspectos legais envolvidos.

Outra referência encontrada foi a dissertação "Estudo da Relação entre Ocorrências de Movimentos de Massa e Pluviometria no Município de Niterói (RJ) entre 2014 e 2018" de Cíntia

Magda Pessin dos Reis. A APA da Água Escondida é citada duas vezes em suas 126 páginas. O estudo de Reis centra-se na análise dos deslizamentos de terra e outros movimentos de massa em Niterói, relacionando-os com dados pluviométricos de 2014 a 2018. A pesquisa busca entender a correlação entre precipitação e deslizamentos, identificando a distribuição espacial e temporal desses eventos, e avaliando a influência de chuvas intensas no desencadeamento dos movimentos de massa.

Ademais, uma outra produção acadêmica encontrada foi o trabalho de conclusão de curso "Planejamento de Reflorestamento Ambiental com Inclusão da Sociedade Local em uma Área Periurbana", de Jéssica Raposa Rocha, apresentado ao Curso de Engenharia Agrícola e Ambiental da Universidade Federal Fluminense. O trabalho cita os objetivos visados com o aumento do grau de proteção da região da Água Escondida, que antes era uma Área de Proteção Ambiental (APA). Entre os objetivos mencionados, estão assegurar a conservação de ruínas históricas datadas de 1837, favorecer o potencial turístico da área e amparar as ações de recuperação ambiental desenvolvidas no local. No entanto, essa informação dentro do próprio trabalho mencionado foi extraída de uma reportagem do jornal O Fluminense.

Além desses trabalhos acadêmicos, não foram encontradas outras produções científicas relevantes sobre o Parque Natural Municipal da Água Escondida. Por outro lado, diversas reportagens sobre o parque foram identificadas em vários portais de notícias e jornais, como O Fluminense e O Globo, bem como em canais institucionais da prefeitura e no blog administrado pelo próprio Prefeito da cidade. Este fato pode ser explicado pelo caráter recente do Parque e pela natureza mais comum e imediata da reportagem jornalística em comparação com a produção acadêmica, que demanda mais tempo e rigor.

Portanto, na ausência de maior produção acadêmica sobre o tema, foi necessário recorrer a diversas notícias e reportagens encontradas em diferentes meios de comunicação para elaborar este artigo. Da mesma forma, a legislação atual e antiga referente ao parque também representaram fontes de informação cruciais para a construção do panorama apresentado.

No entanto, a principal fonte de informação foi o "Estudo Técnico para a Criação do Parque Natural Municipal da Água Escondida". Este estudo, elaborado pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Sustentabilidade da Prefeitura Municipal de Niterói, foi a base para a extração da maior parte das informações que permitiram a elaboração deste relatório. Devido à natureza recente do parque e à escassez de estudos acadêmicos a seu respeito, este estudo técnico

revelou-se uma fonte inestimável de informações e reflexões sobre a história e os aspectos relevantes da unidade de conservação abordada.

No decorrer da minha pesquisa, conforme já mencionado, tive a oportunidade de conversar informalmente com o Líder Religioso da Paróquia Nossa Senhora de Fátima que gentilmente me forneceu um estudo técnico elaborado pelo "Instituto Mão na Jaca" em colaboração com diversos profissionais e agentes públicos intitulado "A paisagem do Parque Natural Municipal da Água Escondida". Este relatório, oferecido à Prefeitura Municipal de Niterói em 2022, apresenta informações valiosas sobre o Parque, complementando e enriquecendo a revisão bibliográfica realizada até então. O documento foi concebido com o intuito de apresentar uma série de informações técnicas sobre os valores paisagísticos (históricos, sociais e ambientais) do Morro São Lourenço e da Chácara do Vintém, local onde se situa o Parque. A motivação principal para a elaboração deste relatório foi apoiar a Prefeitura Municipal de Niterói na construção de conceitos, sugestões e ações que otimizem o resultado final dos investimentos públicos programados para o novo parque (Instituto Mão na Jaca, 2022).

Diversos profissionais e instituições contribuíram para a elaboração deste relatório. Entre os nomes mencionados estão Marisa Furtado e Pedro Lobão, gestores do Projeto Mão Na Jaca. Dentre as instituições e profissionais envolvidos, destacam-se: a Universidade de Passo Fundo (UPF), a Universidade Cândido Mendes (UCAM), a Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR), a Universidade Federal Fluminense (UFF), e o Museu de Arqueologia de Itaipu (MAI). Profissionais como Michelle Mayumi Tizuka, doutoranda em Ciência da Computação pela UFF e geóloga pela USP, e Fernando Jose Cantele, graduado em História pela Universidade do Contestado e pós-graduado em Cultura Material e Arqueologia pela UPF, também tiveram participação significativa na elaboração do relatório. Além deles, o Laboratório Cidade e Poder do PPGH/UFF, sob a orientação de Henrique Barahona, jurista e historiador, contribuiu com pesquisa e reflexões importantes para o documento (Instituto Mão na Jaca, 2022).

Dado o caráter recente da criação da unidade, várias notícias também foram localizadas e utilizadas como referências para a construção deste tópico. No que tange ao relato mais antigo encontrado sobre a área, uma matéria publicada no jornal O Globo, em 27/02/2023, intitulada "Pesquisa destaca valor histórico do Parque da Água Escondida em Niterói", menciona que o Morro de São Lourenço foi o local escolhido para o primeiro assentamento indígena da tribo Temiminó, liderada pelo cacique Araribóia, no século XVI. Este local foi escolhido pela tribo pela sua

localização estratégica que oferecia ampla visibilidade, abastecimento de água e terras para plantações. A pesquisa a que se refere a reportagem é justamente o estudo técnico.

O relatório técnico do Instituto Mão na Jaca destaca a presença dos povos sambaquieiros na região do Parque Natural Municipal da Água Escondida há milhares de anos. Estes povos eram coletores, pescadores e, ocasionalmente, caçadores, que percorriam a costa brasileira e deixaram seus vestígios na forma de sambaquis, montes artificiais compostos principalmente por conchas e ossos (Instituto Mão na Jaca, 2022).

Os sambaquis são sítios arqueológicos de grande relevância, reconhecidos por sua complexidade e pela presença de vestígios diversificados, associados a camadas sedimentares compostas por areia, terra e conchas. No contexto do Parque Natural Municipal da Água Escondida, foram identificados três sítios do tipo "sambaqui": "Sambaqui da Chácara do Vintém", "Sambaqui da Boa Vista" e "Sambaqui de São Lourenço". Estes sítios são testemunhos da interação dos povos sambaquieiros com o ambiente há milhares de anos. Eram povos coletores (de moluscos, frutos, sementes e raízes), pescadores e, ocasionalmente, caçadores, que percorriam a costa brasileira (Instituto Mão na Jaca, 2022).

Segundo o estudo, o "Sambaqui da Chácara do Vintém" é particularmente interessante, pois está localizado dentro do atual limite do Parque Natural das Águas Escondidas. Este sambaqui, ao contrário de outros mais conhecidos, apresenta apenas uma delgada camada superficial de conchas, misturada com folhas secas existentes na superfície do solo. A pesquisa sugere que, nas proximidades da cidade de Niterói, possivelmente existam outros sambaquis ainda não localizados.

A pesquisa comparou informações do portal do IPHAN com o artigo do Professor Antônio Teixeira Guerra (1955), da Faculdade Fluminense de Filosofia, intitulado "Notas a Propósito dos Depósitos Conchíferos de São Lourenço, Boa Vista e Chácara do Vintém – Niterói, Estado do Rio de Janeiro" para identificar a localização dos sítios arqueológicos do tipo "sambaqui" na paisagem atual. Utilizando o Google Earth Pro, foi possível verificar que o croqui de Guerra (1954) engloba os três sambaquis mencionados. O "Sambaqui da Chácara do Vintém" foi identificado dentro do limite atual do Parque Natural das Águas Escondidas.

Ao comparar os dados atuais dos sítios cadastrados no IPHAN, observou-se que as coordenadas atuais do "Sambaqui da Boa Vista" e do "Sambaqui da Chácara do Vintém" estariam erradas em relação às descrições feitas pelo Prof. Antônio Guerra. O IPHAN reconhece erros em relação ao posicionamento georreferenciado em seus cadastros (Instituto Mão na Jaca, 2022).

Neste sentido, os sambaquis na região central, e provavelmente na área destinada a ser a entrada do Parque Natural das Águas Escondidas, têm o potencial de abrigar sítios tão antigos quanto o Sambaqui de Camboinhas, na região oceânica de Niterói. Mesmo com décadas de pesquisa sobre os sambaquieiros e sambaquis, os três sítios arqueológicos localizados na região central de Niterói nunca foram investigados detalhadamente.

Em relação ao povo Temiminó, o relatório menciona o chefe Temiminó Araribóia, que, em 22 de novembro de 1573, atravessou com seu povo para o lado da baía de Guanabara e se estabeleceu nas proximidades do morro de São Lourenço. A escolha deste local se deu devido à sua vantagem estratégica de proteção, proporcionada pelas amplas vistas, além da abundância de água para abastecimento e terras férteis para plantações. Este morro também foi uma das principais fontes de água para o abastecimento inicial da cidade de Niterói. Há registros que indicam a necessidade de abastecimento de água, planos e construção do sistema hidráulico entre 1819 e 1847. Parte desse sistema hidráulico ainda se encontra dentro do atual Parque (Chicaró de Campo, 2004 *apud* Instituto Mão na Jaca, 2022).

O aldeamento jesuítico de São Lourenço passou a abrigar também os vencidos nas batalhas de conquista que ocorreram pelo litoral até a tomada de Cabo Frio em 1575. O relato dramático do genocídio dessas expedições foi publicado em 1576 pelo padre Inácio de Tolosa, destacando a brutalidade e a crueldade com que os povos originários foram tratados (Instituto Mão na Jaca, 2022). A fonte bibliográfica citada no relatório que menciona este episódio é um relato de Inácio de Tolosa, publicado em 1576. Além disso, o relatório faz referência a outras fontes, como documentos do Arquivo da Câmara Municipal de Niterói e do Arquivo da Cúria Metropolitana de Niterói, que podem ter fornecido informações adicionais sobre a história e a presença dos povos originários na região (Instituto Mão na Jaca, 2022).

Em complemento, a informação sobre o assentamento indígena no local também está presente no Estudo Técnico da Prefeitura de Niterói. Este relatório destaca que o Morro Boa Vista, onde está situado o Parque, é um local de importância histórica para o município. Segundo o documento, o sopé da vertente norte do morro foi o local onde o índio Araribóia fundou a Aldeia de São Lourenço dos Índios e onde está situada a Igreja de São Lourenço dos Índios, datada do século XVI. Este local é marcado como o primeiro ponto de ocupação da colonização portuguesa no território que, mais tarde, se constituiria na cidade de Niterói (Prefeitura de Niterói, 2019).

O relatório técnico do Instituto Mão na Jaca apresenta um panorama histórico detalhado sobre a área que hoje compreende o Parque Natural Municipal da Água Escondida. A história de Niterói,

como cidade, é contada a partir do Morro São Lourenço (também conhecido como Morro Boa Vista). No entanto, a narrativa desse território é mais antiga e é contada pelas águas da Bahia de Guanabara, do mar e das águas escondidas nas fontes da exuberante topografia da região (Instituto Mão na Jaca, 2022).

No sul do Morro Boa Vista, foi implementado em 1837 o Aqueduto da Chácara do Vintém, com o intuito de ampliar o abastecimento de água de Niterói, após sua elevação à categoria de capital da Província do Rio de Janeiro em 1835. Este evento acarretou um aumento considerável da população residente na cidade. Em 1838, o manancial da Chácara do Vintém foi desapropriado e a captação de água foi significativamente ampliada com a construção de novas estruturas. Devido à sua importância, o aqueduto foi transferido para o patrimônio municipal, de acordo com o Decreto nº 172 de 30 de março de 1840 (Prefeitura de Niterói, 2019). Segundo o estudo, com a chegada de água tratada em meados do século XX, o local foi abandonado e com o passar do tempo transformou-se em ruínas.

O relatório do "Instituto Mão na Jaca" aborda a seção "EXPERIÊNCIAS PAISAGÍSTICAS NA CHÁCARA DO VINTÉM" com uma rica descrição das paisagens centenárias que puderam ser observadas durante as visitas técnicas. O Bairro de Fátima, um conjunto residencial do século XX, é destacado por suas casas isoladas com jardins. O acesso ao parque é feito por um portão no muro branco, onde existe uma bica, atualmente utilizada como lava a jato pelos cuidadores do parque. Uma vez dentro do parque, a paisagem muda drasticamente, com a sombra densa das árvores protegendo três conjuntos arquitetônicos (Instituto Mão na Jaca, 2022).

Na entrada do parque, à esquerda, encontram-se vestígios das fundações de uma edificação de tijolos, que foi parcialmente demolida. Esta edificação provavelmente serviu como uma instalação de serviço para o Clube da Cedae - Companhia Estadual de Águas e Esgotos, do século XX. Em frente à entrada, há uma "casa" identificada como P1, com duas portas de acesso e uma estrutura anexa construída posteriormente à original. O teto desta casa é coberto de vegetação, com raízes de fícus (Instituto Mão na Jaca, 2022).

Outra farta fonte de informação sobre a unidade trata-se do Blog do Axel Grael, prefeito de Niterói, que publica informações sobre o parque desde 2015. Segundo os textos publicados pelo mesmo, a cidade de Niterói enfrentou desafios significativos no abastecimento de água, o que por muito tempo representou um obstáculo para o seu desenvolvimento urbano (Grael, 2015). Conforme reportado por Eloisa Souto e César Ornelas, professores do curso de Licenciatura em História do

Centro Universitário La Salle do Rio de Janeiro - UNILASALLE, as primeiras soluções para o abastecimento público de água da cidade surgiram em 1835.

A iniciativa partiu do então presidente da Província do Rio de Janeiro, Joaquim José Rodrigues Torres, o Visconde de Itaboraí, que investiu na prospecção e canalização de águas (Grael, 2015). Os mananciais mais promissores estavam localizados nos morros atualmente denominados de São Lourenço, Boa Vista, Juca Branco e Serrão, que ainda apresentam nascentes ativas. Foi construído um aqueduto do Morro de São Lourenço para conduzir a água para um chafariz no Largo Municipal, atualmente conhecido como Praça D. Pedro II ou Jardim de São João, no Centro de Niterói.

Apesar dos avanços, a disponibilidade de água continuava insuficiente, levando as autoridades e engenheiros a buscar alternativas para complementar a oferta de água (Grael, 2015). Em 1838, o presidente da Província, Paulino José Soares de Sousa, futuro Visconde de Uruguai, desapropriou a Chácara do Vintém, cujos direitos sobre a água do proprietário, conselheiro José Caetano de Andrade Pinto, haviam sido avaliados em 6:000\$000 (seis contos de réis). No final do século XIX, a Província ampliou a busca por água para o Rio Macacu, originando o sistema Imunana-Laranjal, que atualmente fornece água para Niterói e outros municípios do Leste da Baía de Guanabara (Grael, 2015).

O Blog do Axel Grael também indica que essas informações foram retiradas do "Projeto da Chácara do Vintém: patrimônio histórico e memória comunitária", coordenado pelo professor César Ornelas. Este projeto também é mencionado no Estudo Técnico da Prefeitura, embora não tenha sido possível encontrar o mesmo publicado em nenhuma plataforma online. Compreender essa histórica busca e gerenciamento dos recursos hídricos em Niterói fornece um pano de fundo crucial para entender a importância da criação da APA da Água Escondida em 2008.

O relatório do "Instituto Mão na Jaca" dedica uma seção ao "AQUEDUTO, CISTERNA E BICAS", detalhando a importância dessas estruturas para o abastecimento de água na Chácara do Vintém. Estas estruturas, que datam de períodos distintos, são testemunhos da evolução das técnicas de captação e distribuição de água na região. O aqueduto, em particular, é uma construção impressionante que destaca a engenhosidade da época em canalizar água para abastecer a área (Instituto Mão na Jaca, 2022).

Durante minha pesquisa de campo, o Residente Local que está no bairro há mais de 50 anos, compartilhou uma perspectiva diferente sobre o espaço conhecido como "caixa d'água" no bairro, mas referido no relatório como "Reservatório de decantação e distribuição". Segundo ele, quando nasceu, esse local era conhecido como "senzala". Ele afirmou que era neste espaço que as pessoas

escravizadas, principalmente indígenas, supostamente viviam. De acordo com seu relato, nos buracos destinados a reservar a água, existiam grandes tábuas com pregos nas duas pontas, e era ali que essas pessoas eram supostamente confinadas e dormiam. Esta revelação adiciona uma camada de complexidade à história do local, ressaltando a importância de considerar múltiplas narrativas ao reconstruir o passado de um lugar.

Neste sentido, o relatório do "Instituto Mão na Jaca" dedica uma seção intitulada "A Paisagem Cultural da Chácara do Vintém: O Encontro de Diásporas", que aborda a interação entre a paisagem e a cultura local, especialmente em relação à presença africana na região. A seção começa destacando a demanda por água na cidade de Niterói no início do século XIX e a transformação da paisagem cultural ao longo do tempo. O relatório enfatiza a presença de jaqueiras (*Artocarpus heterophyllus*) na Chácara do Vintém, que retratam uma certa temporalidade da cidade (Instituto Mão na Jaca, 2022).

Segundo os autores, a presença de jaqueiras, além de representar riqueza, bom gosto e fartura, também é um testemunho da interação histórica entre humanos e natureza, criando uma paisagem cultural que deve ser compreendida e preservada. Esta paisagem cultural é vista como a interação de elementos naturais com a ação humana, tornando-os parte integrante e indissociável. As jaqueiras não são a única intervenção humana naquele bioma; tudo ali, incluindo a flora, exótica ou não, conta uma história (Instituto Mão na Jaca, 2022).

Neste sentido, o relatório também destaca a presença significativa de africanos na Chácara do Vintém, especialmente durante o período cafeeiro. Há menção a um anúncio de 1846 sobre dois escravos fugidos da chácara, o que indica a presença de escravizados na propriedade. Esses escravizados, além de trabalharem nas plantações de café, também contribuíram para a formação cultural e histórica da região, deixando marcas de seus hábitos, cultura material e cosmologias. A interação dessas comunidades com o ambiente natural e a paisagem cultural é um aspecto crucial para entender a história e a identidade da Chácara do Vintém (Instituto Mão na Jaca, 2022).

A seção destaca a interação cultural entre os povos originários e os africanos que chegaram à região. O espaço foi palco do encontro de duas diásporas: os povos originários brasileiros e os povos africanos, ambos deslocados de suas terras originais devido à violência colonizadora. Esta interação cultural é evidenciada pela presença de famílias africanas, como as de Miguel Cabinda e Escolástica Conga, que deixaram marcas de seus hábitos, cultura material e cosmologias na Chácara do Vintém (Instituto Mão na Jaca, 2022).

Então esta seção do relatório argumenta que a preservação da paisagem cultural local deve considerar todos os seus elementos constitutivos, incluindo construções e flora que se formaram historicamente a partir da relação do homem com aquele lugar ao longo de séculos ou milênios. A preservação deve levar em consideração a relação histórica das comunidades do entorno da Unidade de Conservação com a natureza e o aproveitamento de seus recursos (Instituto Mão na Jaca, 2022).

O estudo, embora breve devido ao tempo limitado para sua elaboração, conclui que a Chácara do Vintém possui uma rica história e cultura que remonta a tempos anteriores a 1848. As jaqueiras presentes na chácara são vistas como parte integrante da paisagem cultural, estando profundamente enraizadas na história local. O relatório sugere que a preservação dessas árvores e da paisagem cultural em geral deve ser realizada em consonância com a Lei da Mata Atlântica, que tem como objetivos o desenvolvimento sustentável e a estabilidade social. Além disso, o mecanismo de tombamento é proposto como uma ferramenta para garantir a preservação do patrimônio ambiental e histórico da área, beneficiando as comunidades tradicionais locais e reconhecendo os direitos dessas comunidades em relação ao uso e conservação do espaço (Instituto Mão na Jaca, 2022).

6.2. Legislação e Recategorização

Embora haja um notável hiato temporal nos registros históricos, a próxima menção legal sobre a área é encontrada na Lei Municipal nº 1621, de 19 de dezembro de 2008. Esta legislação é significativa, pois marca o estabelecimento formal da Área de Proteção Ambiental (APA) da Água Escondida, abrangendo parte dos bairros de Fátima, Pé Pequeno, Cubango, Fonseca e São Lourenço.

A referida lei delinea a APA da Água Escondida em termos de várias áreas, incluindo a Área de Especial Interesse Ambiental indicada para o Parque Municipal do Pé Pequeno, a Área de Preservação Permanente dos Morros do Abílio e Boa Vista, a Zona de Recuperação Ambiental do Morro da Boa Vista, e partes das frações urbanas adjacentes a essas áreas, consideradas importantes para a preservação dos ecossistemas ou como zonas de amortecimento. A lei autoriza o Poder Executivo a definir os limites da APA da Água Escondida dentro dessas áreas (Lei Municipal nº 1621/2008).

Um fato interessante a ser destacado é que a lei autoriza o Poder Executivo a celebrar um convênio com o governo estadual com o objetivo de criar o Parque Municipal da Água Escondida nas áreas públicas existentes dentro dos limites da APA. O Plano de Manejo da APA, como descrito na lei, deve seguir uma série de diretrizes. Entre essas, destacam-se a proteção da diversidade

biológica, a identificação de áreas destinadas à revegetação ou recuperação ambiental, a contenção de ocupações irregulares e a identificação e proteção do primeiro manancial de água potável da cidade, bem como as ruínas de seu aqueduto e reservatório.

Por fim, a lei indica a importância de desenvolver atividades e projetos sociais ou ambientais em parceria com as comunidades vizinhas, empresas, escolas, associações e entidades da sociedade civil, com o intuito de promover a consciência ambiental e estimular a participação da população na utilização e defesa da Área de Proteção Ambiental. Esta menção realça o papel do Parque da Água Escondida não apenas como uma reserva natural, mas também como uma área de valor cultural e social.

Tendo compreendido o contexto histórico e o papel significativo da Área de Proteção Ambiental da Água Escondida, surge uma questão: como essa APA se transformou no atual Parque Natural Municipal da Água Escondida? A resposta para essa transição remonta ao ano de 2015, quando o prefeito Axel Grael, conforme informações em seu blog, fez uma visita à área da APA. Segundo suas palavras:

A iniciativa da criação do novo parque teve início numa visita que fizemos à área, em junho de 2015, a convite do padre João Cláudio e fiéis da Igreja de Nossa Senhora de Fátima, quando conhecemos a área e todo o seu potencial ambiental e cultural, uma vez, que abriga remanescentes da maior relevância para a história de Niterói (Grael, 2020).

Em sequência, o projeto de lei que visava transformar a APA no Parque Municipal da Água Escondida foi apresentado e discutido em uma audiência pública realizada em fevereiro de 2019, onde o Estudo Técnico desenvolvido pela Prefeitura mencionado anteriormente foi apresentado à população e aos envolvidos na decisão (Menegassi, 2020).

O projeto de lei foi então aprovado na Câmara de Vereadores e aguardava apenas a sanção do prefeito para ser promulgado. Essa aprovação veio por meio da Lei Municipal nº 3.559/2020, sancionada em 18 de dezembro de 2020, que consolidou oficialmente a transformação da Área de Proteção Ambiental da Água Escondida no Parque Municipal da Água Escondida.

A mudança de status da Área de Proteção Ambiental da Água Escondida para Parque Natural Municipal da Água Escondida foi motivada por uma série de fatores, conforme evidenciado pelo estudo técnico detalhado que fundamentou essa decisão. O estudo evidenciou que a área possui fragmentos florestais significativos da Floresta Ombrófila Densa e áreas em processo de recuperação, que necessitavam de um nível mais alto de proteção (Prefeitura de Niterói, 2019).

A recategorização se alinha com a política municipal de Niterói de criar e ampliar unidades de conservação de proteção integral. Além disso, a região do estudo é uma das que mais sofreu com

o desmatamento durante a rápida expansão urbana da cidade, e está localizada próxima às primeiras áreas mais ocupadas do município.

Grande parte da área delimitada no estudo é classificada como Área de Preservação Permanente (APP) de encostas ou partes destas com declividade maior de 45°, ou possui uso restrito devido ao seu alto grau de declividade. A presença de diversos cursos hídricos perenes e temporários, inclusive com ocorrência de várias nascentes no local, torna ainda mais importante a sua conservação.

Do ponto de vista econômico, a recategorização é uma importante estratégia para incrementar o turismo na região. A nova categoria de unidade de conservação, Parque Natural Municipal, permite a melhoria ambiental, a recuperação e restauração ecossistêmicas, e proporciona a possibilidade de desenvolvimento de atividades turísticas, tornando a região mais atraente e gerando novos postos de trabalho (Prefeitura de Niterói, 2019).

Ainda dentro da perspectiva econômica, o Estudo destaca que outra vantagem significativa desta proposta é a possibilidade de aumentar a arrecadação de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) Ecológico. Nesse sentido, vale ressaltar que Niterói está atualmente na 4^a posição deste tipo de imposto, com uma das maiores arrecadações entre os 92 municípios do Estado do Rio de Janeiro, graças às políticas públicas que priorizam o saneamento básico e a criação e implementação de unidades de conservação. Portanto, a criação deste Parque proporcionaria um aumento do percentual deste imposto para o município de Niterói, conforme previsto na Lei Estadual nº 5.100 de 2007 e no Decreto Estadual nº 41.844 de 2009.

Diante das informações extraídas do Estudo, cabe realizar uma análise da própria legislação que deu origem à unidade. A Lei nº 3.560, de 18 de dezembro de 2020 estabelece uma série de normas e disposições a respeito do Parque Natural Municipal da Água Escondida. Seu propósito principal é mudar a classificação da Unidade de Conservação Área de Proteção Ambiental da Água Escondida para o Parque Natural Municipal da Água Escondida, que abrange uma área de 62 hectares.

A lei descreve em detalhes os limites geográficos do Parque Natural Municipal da Água Escondida, destacando que as terras, florestas, fauna, ecossistemas terrestres e aquáticos e belezas naturais dentro dessa área estão sujeitas às regras definidas nesta lei. Os mapas com os limites do parque estão arquivados em diversas localidades para consulta pública, incluindo a Secretaria de Urbanismo e Mobilidade do Município de Niterói, a Biblioteca Pública Municipal, a Secretaria de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Sustentabilidade, bem como nos Cartórios de Registro de

Imóveis. O parque será implementado e operado com base na legislação federal, estadual e municipal, e também no Plano de Manejo e na legislação orçamentária do município.

O Plano de Manejo, como descrito na lei, é um documento gerencial que estabelece o zoneamento, as normas e os programas de implantação das áreas descritas. Ele deve ser revisado a cada dez anos. A lei também estabelece uma série de objetivos para o Parque Natural Municipal da Água Escondida, que incluem a proteção de ecossistemas e a preservação da biodiversidade, o incentivo ao turismo ecológico, a proteção da paisagem e seus pontos de vista, e o fornecimento de um espaço de lazer para a comunidade.

Conforme já mencionado, o objetivo é também aumentar a arrecadação do município através do ICMS ecológico e proteger um dos primeiros mananciais de abastecimento de água potável da cidade. Estipula-se um prazo máximo de cinco anos, a partir da data de publicação da lei, para a elaboração do Plano de Manejo. Durante este tempo, é proibido o licenciamento de construção, edificação, acréscimo ou modificação de uso em edificação, parcelamento ou loteamento do solo e abertura de logradouro nas áreas mencionadas.

O Parque Natural Municipal da Água Escondida será administrado pelo órgão ambiental municipal de meio ambiente e para sua viabilidade e operacionalização serão necessários aquisição de tecnologia, aparelhos, viaturas, bem como a implantação de sede física própria e tudo que for necessário para atender os objetivos da Unidade de Conservação. A lei também estabelece que os recursos para o custeio do Parque Natural Municipal da Água Escondida virão do Tesouro Municipal, do Fundo Municipal de Meio Ambiente e de outros recursos legais cabíveis.

O plano de manejo é uma ferramenta fundamental para a gestão eficaz de uma unidade de conservação. É um documento técnico que, entre outras coisas, define a zona em que a unidade de conservação se situa, estabelece normas, restrições e ações para o uso sustentável dos recursos naturais, prescreve medidas para a recuperação de áreas degradadas e indica as instalações necessárias à gestão da unidade. No caso do Parque Natural Municipal da Água Escondida, o plano de manejo ainda está em fase de elaboração e deve ficar pronto em cinco anos a partir da criação da unidade, de acordo com a legislação analisada.

Os objetivos desta unidade de conservação também devem ser levados em consideração na elaboração do Plano de Manejo da área afetada. Segundo a Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000 (Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC) todas as unidades de conservação devem dispor de um plano de manejo. O plano de manejo é uma ferramenta essencial para garantir a efetividade destas áreas (Brasil, 2000). A própria legislação municipal que

recategorizou a área traz informações importantes sobre esta ferramenta, informando em seu artigo 4º que a elaboração deve ser realizada no prazo máximo de 05 (cinco) anos.

Neste sentido, atualmente o Parque Natural Municipal da Água Escondida encontra-se em uma etapa crucial de sua implantação: a elaboração deste plano. Segundo registros da Prefeitura, a primeira de uma série de oficinas participativas para a elaboração deste plano foi realizada em 28 de abril de 2022. Durante este encontro, houve um debate de ideias voltadas à elaboração do plano de manejo do parque. No entanto, não foi possível encontrar nenhum registro detalhado desta reunião online. A própria prefeitura descreveu o objetivo da oficina da seguinte maneira: "O objetivo é apresentar o material elaborado pelos técnicos da Secretaria de Meio Ambiente e discutir de forma participativa os elementos que irão constituir o principal documento da unidade de conservação." (Prefeitura de Niterói, 2022).

Além disso, a Prefeitura anunciou uma 2ª Oficina Participativa para a elaboração do Plano de Manejo, inicialmente programada para 25 de agosto de 2022. No entanto, essa reunião foi adiada e, desde então, a prefeitura não divulgou uma nova data ou publicou informações adicionais sobre a questão.

No relatório técnico do Instituto Mão na Jaca, a seção "3. PROPOSTA DE CRITÉRIOS DE ATUAÇÃO PARA O PARQUE NATURAL MUNICIPAL DA ÁGUA ESCONDIDA" delinea recomendações para a gestão eficaz do Parque da Água Escondida. A visão central é transformar a área em um "PARQUE ESCOLA" caracterizado por sua inclusão, potência e democracia. Para alcançar isso, sugere-se uma profunda conexão, tanto física quanto de memória, entre o Parque e a cidade, integrando o parque, a floresta e a paisagem urbana. Esta integração visa, sobretudo, a proteção das fontes naturais de água e das estruturas históricas de canalização e armazenamento, tornando-as parte integrante da vida cotidiana do parque e das comunidades circundantes.

Além disso, enfatiza-se a importância de valorizar o patrimônio ecológico, histórico e arqueológico da região, promovendo acessos e atividades que reconheçam e celebrem os valores culturais e ecológicos intrínsecos ao local. Finalmente, o relatório propõe ações que incorporem a rica paisagem cultural e histórica da Chácara do Vinté, considerando a interação histórica das comunidades locais com o ambiente natural (Instituto Mão na Jaca, 2022).

Assim, as informações disponíveis até o momento indicam que o Parque Natural Municipal da Água Escondida está em uma fase de planejamento e organização por meio da construção participativa de seu Plano de Manejo. É importante destacar que este processo é essencial para garantir a proteção e o uso sustentável da área.

Nesta revisão bibliográfica, mergulhei na rica história e cultura do Parque da Água Escondida em Niterói, utilizando uma variedade de fontes, desde legislações e notícias até relatos diretos obtidos em pesquisas de campo. O estudo "Pesquisa destaca valor histórico do Parque da Água Escondida em Niterói" do Instituto Mão na Jaca foi particularmente revelador, trazendo à luz a importância de se valorizar e preservar a memória das populações que foram escravizadas e que viveram na região.

Por outro lado, o "Estudo Técnico para a Criação do Parque Natural Municipal da Água Escondida" da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Sustentabilidade da Prefeitura Municipal de Niterói, embora detalhado, não abordou profundamente a história das comunidades que habitaram a área. É crucial reconhecer que o sistema de captação de água, que é um marco do parque, foi construído em grande parte pela mão de obra escrava. A ausência dessa menção no estudo da Prefeitura é uma lacuna que precisa ser preenchida.

Nêgo Bispo (2015) em seu livro "Colonização, Quilombos: modos e significações", é possível perceber a importância de se recontar a história a partir de uma perspectiva que não seja apenas eurocêntrica. Bispo destaca a necessidade de se ler a sociedade considerando suas subjetividades, crenças, modelos mentais e matrizes culturais de linearidade ou circularidade. Ele analisa a realidade e constata dois blocos antagônicos: de um lado, os que foram expropriados e escravizados, os contra colonizadores, e no outro, europeus, brancos, cristãos, que sob o bastão da igreja e suas leis, expropriaram, subjugaram e mataram, mas não conseguiram apagar a resistência, os sonhos e os espíritos (Santos, 2015).

A preservação da memória é fundamental na construção de qualquer projeto que envolva espaços carregados de história, especialmente quando se trata de áreas que foram palco de práticas coloniais. Ao criar um parque, é essencial que se evite replicar lógicas coloniais que, historicamente, têm apagado ou minimizado as contribuições e vivências de comunidades marginalizadas. A lógica colonial frequentemente relega ao esquecimento as narrativas de povos indígenas, comunidades quilombolas, grupos urbanos e outros que resistiram e contribuíram significativamente para a formação cultural e histórica de uma região.

No entanto, é importante reconhecer que a criação de Unidades de Conservação pode inadvertidamente introduzir novas formas de colonialismo ao impor modelos contemporâneos de proteção ambiental que não necessariamente respeitam ou integram as tradições locais e as relações históricas entre homem e natureza. Assim, ao desenvolver tais áreas, deve-se buscar uma abordagem

que verdadeiramente dialogue com e valorize as práticas e perspectivas locais, promovendo uma coexistência mais harmônica e justa entre conservação ambiental e preservação cultural

A memória desses grupos sociais é uma ferramenta poderosa de resistência contra o apagamento e a continuidade de práticas coloniais. Ignorar ou minimizar essa memória em projetos de conservação ou revitalização é perpetuar uma visão de mundo que valoriza apenas certas narrativas em detrimento de outras. Além disso, a preservação dessa memória é uma forma de reconhecimento e reparação, garantindo que as futuras gerações compreendam a riqueza e complexidade da história local.

Ao se criar um parque é importante, portanto, buscar maneiras de evitar lógicas não inclusivas e colonizadoras. Isso implica em reconhecer e valorizar as histórias, culturas e contribuições de todos os grupos que habitaram e moldaram a área. Mais do que um espaço de lazer ou conservação ambiental, um parque pode ser um espaço de memória viva, onde as histórias de resistência, luta e contribuição são celebradas e perpetuadas. Ao fazer isso, não apenas se honra o passado, mas também se constrói um futuro mais justo e inclusivo.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de não ser comum trazer novas citações nas conclusões de um trabalho acadêmico, considero pertinente fazer uma exceção aqui. A razão para isso é que a citação que escolhi serve como uma provocação para voltar ao início do meu próprio trabalho e refletir se realmente cumpri os objetivos que havia estabelecido.

O que eu comprehendi a partir de tudo isso?... Que a vida é começo meio e começo ou seja... geração vó começo, geração mãe meio e geração neta começo de novo... assim como a semente é o começo, a árvore é o meio e a semente o começo novamente... que o mundo é redondo para que as pessoas não se enganchem nos cantos...”⁴

Esta citação não é apenas uma conclusão sobre a natureza cíclica da vida, mas também um convite para avaliar se o percurso que tracei ao longo desta dissertação está alinhado com os objetivos iniciais. É um chamado para considerar não apenas o que foi alcançado, mas também o que se inicia a partir daqui.

⁴ Fala extraída da carta que Nego Bispo redigiu ao Fórum Social Mundial em 2020. Acesso em: <https://observatoriosc.org.br/nego-bispo-questiona-em-carta-ao-forum-social-mundial-valores-da-civilizacao/>

Ao refletir sobre o percurso da minha pesquisa, percebo que o objetivo de desvendar os mecanismos que levaram à transformação da Área de Proteção Ambiental das Águas Escondidas em Parque Natural Municipal foi uma tarefa complexa, mas gratificante. A metodologia da Pesquisa Orientada para Ação e Decisão (PAD) permitiu uma abordagem multifacetada, o que fez com que minhas fontes de informações qualitativas se expandissem.

No que diz respeito ao preenchimento de lacunas nos estudos acadêmicos sobre a recategorização de áreas protegidas em Niterói, minha pesquisa trouxe contribuições significativas. A escassez de trabalhos anteriores sobre o tema foi tanto um desafio quanto uma oportunidade para inovação. No entanto, a pesquisa poderia ter sido enriquecida por uma revisão literária mais abrangente, talvez incorporando estudos de caso de outras regiões, já que Niterói possui casos similares de processos de recategorização, porém seria necessário uma equipe mais robusta e um trabalho com outro foco para atingir esse alcance. Acredito que nesta lógica esta dissertação aponta para lugares onde buscar.

A meta de entender as diferentes perspectivas e interesses dos atores envolvidos foi parcialmente cumprida, por isso acredito que existe muito mais trabalho a ser feito. Embora tenha conseguido captar uma variedade de vozes, a pesquisa teria ganhado em profundidade com a inclusão de mais *stakeholders*, como ONGs e autoridades locais, representantes da prefeitura e principalmente moradores do Parque poderiam oferecer uma visão mais abrangente do contexto. Porém acredito que para isto seria necessário o estabelecimento melhor de uma parceria institucional e um acesso muito bem trabalhado para lidar com estes atores.

Quanto ao impacto que este estudo pode ter no Plano de Manejo do Parque, é uma questão que permanece em aberto. O trabalho fornece dados que podem ser valiosos para a gestão do Parque, mas a verdadeira medida do seu impacto só será conhecida com o tempo. Este é um claro indicativo da necessidade de estudos futuros que possam validar ou refinar as descobertas desta pesquisa.

Embora a verdadeira extensão desse impacto ainda seja incerta, estou profundamente contente com a riqueza de informações que consegui compilar. Este trabalho é um mosaico de dados, perspectivas e descobertas que, espero, ofereça um retrato fiel de um período específico na vida do Parque. A sensação de ter conseguido articular em palavras o que aprendi de fontes tão diversas é imensamente gratificante.

Sobre o ponto de vista teórico, o conceito de território é abordado de forma profunda na dissertação, especialmente através das perspectivas de Milton Santos e outros teóricos. Milton Santos vê o território não apenas como um espaço físico, mas como um "quadro de vida" que é

constantemente moldado por estruturas econômicas, políticas e culturais. Ele também destaca a importância de entender o território em sua totalidade, considerando todas as suas dimensões, incluindo as vivências, memórias e significados que ele carrega.

Entender essas teorias é crucial por várias razões. Primeiramente, elas oferecem uma lente através da qual podemos examinar a complexidade e a multifacetada natureza dos territórios, indo além de uma simples definição geográfica ou política. Isso é especialmente relevante em contextos como o da América Latina, onde a questão do território tem implicações profundas para a descolonização e para a compreensão das relações de poder que moldam os espaços.

Em segundo lugar, essas teorias nos ajudam a entender como os territórios são construções sociais e culturais, o que é vital para abordar questões como o racismo ambiental e a exploração de recursos naturais. Por último, elas fornecem ferramentas teóricas para analisar como diferentes dimensões (econômicas, políticas, culturais) se entrelaçam para formar territórios complexos e multifacetados, o que é crucial para qualquer pesquisa que busque entender a dinâmica espacial em sua complexidade.

Quanto às recomendações para pesquisas futuras, o trabalho sugere que é fundamental adotar uma abordagem cosmológica ao estudar territórios, que considere não apenas aspectos políticos e econômicos, mas também culturais e simbólicos. Dada a complexidade e a natureza multifacetada dos territórios, métodos de pesquisa interdisciplinares que combinem *insights* de Geografia, Ciências Sociais, e estudos culturais podem ser particularmente úteis, mas também os saberes tradicionais devem sempre serem buscados e compreendidos.

Interessante destacar que em uma visita recente ao Parque Natural Municipal das Águas Escondidas, em 29 de novembro de 2023, uma descoberta inesperada trouxe novas dimensões aos desafios enfrentados no processo de gestão e recategorização da área. Na entrada do parque, mensagens escritas em postes por moradores locais - "propriedade particular", "isso não é um parque" e "aqui se paga IPTU" - manifestavam uma evidente resistência à transformação do espaço em uma unidade de conservação. Embora a autoria das mensagens não tenha sido identificada, elas indicam uma possível tensão entre as expectativas dos moradores e os objetivos de conservação ambiental promovidos pelo plano de manejo.

Essas inscrições revelam mais do que uma simples objeção à recategorização; elas refletem as preocupações profundas dos residentes locais que podem sentir-se ameaçados por possíveis restrições de uso da terra e alterações no cotidiano da comunidade. A falta de comunicação efetiva e de processos de consulta inclusivos pode ter contribuído para essa situação, evidenciando a

necessidade de abordagens mais participativas na gestão de áreas protegidas. Este incidente destaca a importância de estabelecer canais de diálogo abertos e contínuos entre a gestão do parque, a prefeitura e a comunidade, a fim de construir um entendimento comum sobre os benefícios da conservação e como ela pode coexistir harmoniosamente com os direitos e necessidades dos moradores locais.

Além disso, o episódio serve como um lembrete crítico de que o sucesso da gestão de áreas de conservação não depende apenas de critérios técnicos e ambientais, mas também da aceitação e do apoio da comunidade local. Assegurar que os moradores se sintam parte do processo de gestão e decisão não apenas mitiga conflitos, mas também enriquece o plano de manejo com perspectivas locais, garantindo sua relevância e eficácia. Portanto, é fundamental que futuras etapas do plano de manejo incluam esforços intensificados para engajar a comunidade, entender mal-entendidos e trabalhar coletivamente para alcançar os objetivos de conservação de forma que beneficie tanto o meio ambiente quanto as pessoas que vivem na região.

A aplicabilidade das descobertas deste estudo em outros contextos é uma das suas forças mais notáveis. A abordagem teórica e metodológica adotada, particularmente a Pesquisa Orientada para Ação e Decisão (PAD), oferece um modelo robusto que pode ser útil em outros estudos focados na gestão de áreas protegidas. A PAD não é apenas uma estrutura metodológica, mas uma abordagem que prioriza a aplicabilidade prática dos resultados da pesquisa. Portanto, pesquisadores que buscam uma abordagem mais prática e orientada para a ação em seus próprios estudos podem encontrar na PAD um modelo valioso a ser seguido. No entanto, é sempre importante lembrar que se trata de uma metodologia pensada de uma lógica externa e que precisa ser adaptada para cada realidade.

Voltando para as recomendações para futuras pesquisas, a inclusão de mais colaboradores na pesquisa é algo também a ser abordado. Embora este estudo tenha sido bem-sucedido em captar algumas perspectivas, há espaço para uma compreensão ainda mais abrangente do contexto. Futuras pesquisas poderiam se beneficiar enormemente da inclusão de outros participantes, como as comunidades e instituições locais. A incorporação dessas perspectivas adicionais permitiria não apenas uma análise mais múltipla, mas também uma visão mais completa dos desafios e oportunidades associados à gestão de áreas protegidas.

A falta de transparência em relação à gestão do Parque Natural Municipal das Águas Escondidas é um ponto crítico que merece atenção. A ausência de registros detalhados de reuniões e a comunicação vaga sobre eventos importantes, como oficinas para a elaboração do plano de manejo, são lacunas que comprometem a eficácia da gestão e a confiança da comunidade. Esta questão não é apenas um problema administrativo, mas também um obstáculo para a governança

participativa eficaz. A falta de clareza e abertura por parte das autoridades municipais dificulta a participação informada dos cidadãos.

Além disso, conforme já mencionado, este estudo focou principalmente em métodos qualitativos, então também há um espaço significativo para a incorporação de métodos quantitativos em pesquisas futuras. Uma análise quantitativa mais robusta poderia complementar os métodos qualitativos, fornecendo uma visão mais completa do cenário. Isso poderia ser alcançado através de pesquisas de opinião, análise de dados ambientais ou outros métodos que ofereçam informações quantificáveis.

É importante salientar que esta dissertação, fundamentada na metodologia da Pesquisa Orientada para Ação e Decisão (PAD), já se configura como um Relatório Técnico em sua essência. A robustez acadêmica e a aplicabilidade prática deste estudo o qualificam como um recurso valioso não apenas para a comunidade acadêmica, mas também para as autoridades municipais encarregadas da administração do Parque Natural Municipal das Águas Escondidas.

Futuramente a dissertação será reeditada para se adequar ao formato de um Relatório Técnico. Este relatório será então encaminhado para as autoridades municipais pertinentes, servindo como um instrumento informativo e orientador para futuras ações relacionadas ao parque.

Neste ponto, cabe destacar que Prefeitura de Niterói tem demonstrado uma abordagem proativa e bem planejada em relação à gestão ambiental. A criação de Unidades de Conservação como o Parque Natural Municipal das Águas Escondidas é uma ação louvável, especialmente em áreas onde a pressão imobiliária é alta. Isso representa um compromisso significativo com a preservação de espaços naturais e a sustentabilidade da região.

A realização da Oficina Participativa pela administração municipal é outra medida positiva, que indica uma vontade de incluir a comunidade nas decisões. Pensar em métodos colaborativos e plurais é uma atitude de grande importância. No entanto, a diligência não deve ser apenas um ato inicial, mas um processo contínuo e circular. A comunicação eficaz e o andamento das ações são igualmente importantes para o sucesso da gestão ambiental.

As ações da CLIN, particularmente no que se refere ao reflorestamento e monitoramento da região, bem como o Viveiro de Mudas, são notáveis e potentes, demonstrando um compromisso sério com a sustentabilidade e a preservação ambiental. Este é um exemplo de como a gestão pública pode efetivamente contribuir para a melhoria da qualidade ambiental em áreas protegidas.

Dentro desse contexto, a pesquisa aponta para ações integradas da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Sustentabilidade como um caminho promissor. Nesse sentido,

seria fundamental articular com outros órgãos e instituições para desenvolver ações específicas para este período que antecede a elaboração do Plano de Manejo. Isso é especialmente relevante quando consideramos o parágrafo único do artigo 28 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000 (SNUC), que destaca a necessidade de ações que garantam a integridade dos recursos que a unidade de conservação objetiva proteger.

Esse enfoque integrado e colaborativo não apenas fortalece as ações já em andamento, mas também abre espaço para abordagens mais inovadoras e eficazes na gestão ambiental. É uma forma de garantir que o compromisso com a sustentabilidade seja não apenas uma declaração de intenções, mas uma prática contínua e bem coordenada.

Em resumo, certamente, a Prefeitura de Niterói merece elogios adicionais por suas iniciativas proativas em gestão ambiental. A proposta de abordagem integrada e colaborativa adotada pela administração municipal é um modelo que poderia inspirar outras cidades e regiões.

No entanto, é crucial abordar essas questões com uma perspectiva crítica e cuidadosa, especialmente considerando que o modelo de Sistema de Unidades de Conservação que seguimos é importado do Norte Global. Este modelo pode, inadvertidamente, reproduzir lógicas colonialistas se não for adaptado e contextualizado para as realidades locais e regionais.

Encaminhando este estudo para seu fim, gostaria de expressar minha profunda gratidão a todos que colaboraram, direta ou indiretamente, com esta pesquisa. O processo foi imersivo e espontâneo, proporcionando-me aprendizados valiosos que vão além do escopo acadêmico por ter se inserido no meu cotidiano.

Embora esta dissertação seja um documento público, acessível a todos, quero reforçar meu compromisso de encaminhar uma cópia do texto a todos que colaboraram diretamente com meu estudo de campo. As contribuições foram inestimáveis para a qualidade e o impacto deste trabalho, e é uma honra poder compartilhar os resultados com quem colaborou.

Por fim, retomando a ideia de circularidade — de começo, meio e novo começo — que permeia este trabalho, aprendi imensamente durante este processo e espero ter transmitido algo valioso em troca. Desejo que esta dissertação sirva não apenas como um retrato de um período e lugar específicos, mas também como uma inspirar preservar de memórias e que, por fim, seja um novo começo.

REFERÊNCIAS

- ANDRÉ ARRAES. O Dia. **Região central de Niterói ganhará parque natural.** 2020. Disponível em: <https://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/o-dia-no-estado/2020/02/5864222-regiao-central-de-niteroi-ganhara-parque-natural.html>. Acesso em: 21 maio 2023.
- BRITO, R. R.; MARQUES, R. C. Pagamento por Serviços Ambientais: Uma Análise do ICMS Ecológico nos Estados Brasileiros. **Revista de Administração Pública**, v. 49, n. 1, p. 7-32, 2015.
- BRASIL. Lei no 9.985, de 18 de julho de 2000. **Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza.** Brasília, DF, Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9985.htm. Acesso em: 25 abr. 2023.
- COSTA, Lara Moutinho da. Territorialidade e racismo ambiental: elementos para se pensar a educação ambiental crítica em unidades de conservação. **Pesquisa em Educação Ambiental**, [S.L.], v. 6, n. 1, p. 101, 25 jul. 2012. Departamento de Educacao da Universidade Estadual Paulista – UNESP. <http://dx.doi.org/10.18675/2177-580x.vol6.n1.p101-122>.
- FIEGE, Karin. **Configurar a Pesquisa em função da Prática:** pesquisa orientada para a ação e decisão (PAD). Berlim: Humboldt-Universität Zu Berlin, 2019. 190 p. Disponível em: <https://unees.net/wp-content/uploads/2020/12/Pesquisa-Orientada-para-a-Acao-e-Decisao-PAD-2020.pdf>. Acesso em: 01 jul. 2023.
- GUIMARÃES, Ana Claudia. Parque Natural da Água Escondida em Niterói ganhará paisagismo do escritório Burle Marx. **O Globo**, Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: [URL]. Acesso em: 01 out. 2023.
- GRAEL, Axel. **ÁGUAS ESCONDIDAS:** área que deu origem à cidade de Niterói e foi um dos primeiros mananciais da cidade vai virar parque. Área que deu origem à cidade de Niterói e foi um dos primeiros mananciais da cidade vai virar parque. 2020. Blog do Axel Grael. Disponível em: <https://axelgrael.blogspot.com/2020/02/aguas-escondidas-area-que-deu-origem.html>. Acesso em: 20 maio 2023.
- GRAEL, Axel. **ÁGUAS ESCONDIDAS: NITERÓI CRIA MAIS UM PARQUE MUNICIPAL.** 2020. Blog do Axel Grael. Disponível em: <http://axelgrael.blogspot.com/2020/12/aguas-escondidas-niteroi-cria-mais-um.html>. Acesso em: 20 maio 2023.

GRAEL, Axel. **CHÁCARA DO VINTÉM:** uma relíquia da história do abastecimento de água em Niterói. 2015. Blog do Axel Grael. Disponível em: <http://axelgrael.blogspot.com/2015/06/chacara-do-vintem-uma-reliquia-da.html>. Acesso em: 20 maio 2023.

KRENAK, Ailton. **Ideias para Adiar o Fim do Mundo.** Companhia das Letras. São Paulo, 2019.

LEAL, Natacha Simei et al. Das confluências, cosmologias e contra-colonizações. Uma conversa com Nego Bispo. Revista **Entre Rios**, do Programa de Pós-Graduação em Antropologia, v. 2, n. 1, p. 73-84, 2019

LEUZINGER, Márcia Dieguez (org.); SANTANA, Paulo Campanha (org.); SOUZA, Lorene Raquel de (org.). **Os 20 anos da Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação.** Brasília: CEUB, 2020.

LOPES, Jéssica Raposa. **Planejamento de Reflorestamento Ambiental com Inclusão da Sociedade Local em uma Área Periurbana.** 2021. 94 f. TCC (Graduação) - Curso de Engenharia Agrícola e Ambiental, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2021. Disponível em:

<https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/21957/TCC%20-%20Jessica%20Raposo%20Rocha.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 25 maio 2023.

LOPES, Victor de Moraes. **Estudo de Caso:** Área de Proteção Ambiental da Água Escondida e sua Recategorização em Parque Natural Municipal. 2019. 18 f. Monografia (Especialização) - Curso de Curso de Pós-Graduação Lato Sensu, Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em:

https://www.emerj.tjrj.jus.br/paginas/trabalhos_conclusao/1semestre2019/pdf/VictordeMoraesLopes.pdf. Acesso em: 25 maio 2023.

MENEGASSI, Duda. **Prefeitura de Niterói cria novo parque no município fluminense - ((o))eco.** 21 dez. 2020. Disponível em: <https://oeco.org.br/noticias/prefeitura-de-niteroi-cria-novo-parque-no-municipio-fluminense/>. Acesso em: 15 maio 2023.

MORADORES de Niterói convidados para o Plano de Manejo do Parque Natural Municipal da Água Escondida. **Portal Cidade de Niterói: Editora Krrera Ltda-me.** Niterói, p. 1-2. 26 abr. 2022. Disponível em: <https://cidadedeniteroi.com/2022/04/26/moradores-de-niteroi-convidados-para-o-plano-de-manejo-do-parque-natural-municipal-da-agua-escondida/>. Acesso em: 17 maio 2023.

NASSER, Gabriela. **Moradores são convidados a participar da construção do Plano de Manejo do Parque Natural Municipal da Água Escondida.** 2022. Disponível em: <https://www.gabrielanasser.com.br/2022/04/26/moradores-sao-convidados-a-participar-da->

construcao-do-plano-de-manejo-do-parque-natural-municipal-da-agua-escondida/. Acesso em: 20 maio 2023.

NAVARRO, Eduardo de Almeida. **Dicionário ilustrado TUPI GUARANI**: nosso dicionário tem a missão de divulgar e valorizar a cultura brasileira. 2017. Disponível em: <https://www.dicionariotupiguarani.com.br/novo-recorde/>. Acesso em: 01 dez. 2021.

NITERÓI (Município). **Lei nº 1621, de 19 de dezembro de 2008**. Cria a Área de Proteção Ambiental da Água Escondida e autoriza a criação de Parque Municipal em área que abrange parte dos bairros de Fátima, do Pé Pequeno, Cubango, Fonseca e São Lourenço... Niterói, 29 dez. 2008. Disponível em:

http://pgm.niteroi.rj.gov.br/legislacao_pmn/2008/LEIS/2621_Area_de_protecao_Ambiental_da_Agua_Escondida_Criacao.pdf. Acesso em: 25 maio 2023.

NITERÓI (Município). **Lei no 3.560, de 18 de dezembro de 2020**. Recategoriza a Área de Proteção Ambiental da Água Escondida, criada pela Lei no 2.621, de 19 de dezembro de 2008, em Parque Natural Municipal da Água Escondida e dá outras providências. **Diário Oficial de Niterói**, Niterói, 19 dez. 2020.

PREFEITURA DE NITERÓI. Estudo técnico para criação do Parque Natural Municipal da Água Escondida: (recategorização da área de proteção ambiental da água escondida). Niterói: Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Sustentabilidade, 2019. 46 p. Disponível em: https://docs.wixstatic.com/ugd/cf2ece_140df584ef4c4193861f4ca381af9051.pdf. Acesso em: 01 jun. 2023.

PREFEITURA DE NITERÓI. Niterói conquista 4º lugar no ranking do ICMS Ecológico do estado. [online], Niterói, RJ, 16 jan. 2023. Disponível em:

<http://niteroi.rj.gov.br/2023/01/16/niteroi-conquista-4a-lugar-no-ranking-do-icms-ecologico-do-estado/>. Acesso em: 01 out. 2023.

PREFEITURA DE NITERÓI. Prefeitura de Niterói promove oficina participativa para elaborar plano de manejo do Parque Natural Municipal Floresta do Baldeador. 2022.

Disponível em: <http://www.niteroi.rj.gov.br/2022/05/20/prefeitura-de-niteroi-promove-oficina-participativa-para-elaboracao-do-plano-de-manejo-do-parque-natural-municipal-floresta-do-baldeador/>. Acesso em: 12 maio 2023.

REDAÇÃO O FLUMINENSE (Niterói). Niterói ganha nova área de conservação. 2021.

Disponível em: <https://www.ofluminense.com.br/cidades/2021/01/1161153-niteroi-ganha-nova-area-de-conservacao.html>. Acesso em: 14 maio 2023.

REIS, Cíntia Magda Pessin dos. **Estudo da Relação entre Ocorrências de Movimentos de Massa e Pluviometria no Município de Niterói (RJ) entre 2014 e 2018. 2020.** 126 f.

Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Defesa e Segurança Civil, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2020. Disponível em: <https://defesacivil.uff.br/wp-content/uploads/sites/325/2021/04/DISSERTACAO-CINTIA-PESSIN.pdf>. Acesso em: 25 maio 2023.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **Colonização, Quilombos:** modos e significações. Brasília: Inct, 2015.

_____. A terra dá, a terra quer. São Paulo: Ubu, 2023.

SANTOS, Milton; BECKER, Bertha K. **Território, territórios:** ensaios sobre o ordenamento territorial. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

_____. **A Natureza do Espaço.** 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

_____. **Por uma Geografia Nova:** Da crítica da Geografia a Uma Geografia Crítica. São Paulo: Edusp, 1978.

QUIJANO, Anibal. **Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina.** Buenos Aires: Clacso, 2005. p. 1-27.

11º Seminário Diálogos para a Prática do Desenvolvimento Sustentável: parcerias para a sustentabilidade. **Painel 8: Articulando potências: comunidades tradicionais e indígenas.** YouTube, 3 de jun. de 2022. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=EHKpeTqfhk8&t=517s>. Acesso em: 23set2023

ANEXO I



UFRRJ - UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE FLORESTAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PRÁTICAS EM
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Prezado Senhor/Senhora,

Meu nome é Lucas Abreu Xavier e estou realizando a pesquisa acadêmica aplicada sobre Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) e o caso do Parque Natural Municipal das Águas Escondidas. Esta pesquisa compõe a minha dissertação de mestrado realizada no Programa de Pós-Graduação em Práticas em Desenvolvimento Sustentável/UFRRJ, sob orientação do Prof. Dr. Leandro Martins Fontoura. As informações a seguir destinam-se a convidá-lo a participar voluntariamente deste projeto na condição de fonte, ou seja, o sujeito que fornece as informações primárias para a pesquisa em curso.

Para tanto é necessário formalizarmos a sua autorização para o uso das informações obtidas nos seguintes termos:

- A sua participação é totalmente voluntária;
- Pode se recusar a responder qualquer pergunta a qualquer momento;
- Pode se retirar da pesquisa no momento da coleta de dados e dá-la por encerrada a qualquer momento;
- A coleta de dados tem caráter confidencial e seus dados estarão disponíveis somente para o pesquisador autor do Trabalho Final de Curso (TFC) e para seu orientador;
- Partes do que for dito poderão ser usadas no relatório final da pesquisa, sem, entretanto, revelar os dados pessoais dos entrevistados, como nome, endereço,

telefone, etc. Dessa forma, as informações obtidas não serão divulgadas para que não seja possível identificar o entrevistado, assim como não será permitido o acesso a terceiros, garantindo proteção contra qualquer tipo de discriminação ou estigmatização;

- Os dados e resultados desta pesquisa poderão ser apresentados em congressos, publicados em revistas especializadas e da mídia, e utilizados na dissertação de mestrado, preservando sempre a identidade dos participantes;
- Fica, também, evidenciado que a participação é isenta de despesas;
- Se desejar, o participante poderá receber uma cópia dos resultados da pesquisa, bastando assinalar ao lado essa opção:
() SIM, desejo receber cópia do relatório final.
- Em casos específicos de pesquisas em que se requer o uso gravação de áudio dos informantes (*grupo focal, pesquisa ação, etc*), o informante deverá assinalar que concorda e libera o uso de imagem para divulgação em ambientes midiáticos ou em ambientes científicos como congressos, conferências, aulas, ou revistas científicas, desde que meus dados pessoais não sejam fornecidos:
() SIM, concordo com a cessão de minhas imagens em forma de gravação de áudio por livre e espontânea vontade /OU / () NÃO, o uso de minhas imagens em forma de gravação de áudio.

Ao concordar com os termos descritos e aceitar participar do estudo, pedimos que assine o termo em sinal de que o TCLE foi lido, formalizando o consentimento voluntário de participante.

Nome completo (Legível): _____

Tels: () _____

Email: _____

ASSINATURA